

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CÂMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

LUCAS ALVES DA SILVA

**“A FAMÍLIA EM PRIMEIRO LUGAR”: CAMPANHA DE
CANDIDATOS EVANGÉLICOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PARANAENSE EM 2018**

**CAMPO MOURÃO – PR
2020**

LUCAS ALVES DA SILVA

**“A FAMÍLIA EM PRIMEIRO LUGAR”: CAMPANHA DE
CANDIDATOS EVANGÉLICOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PARANAENSE EM 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

Co-orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

**CAMPO MOURÃO – PR
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

S586f Silva, Lucas Alves da
A família em primeiro lugar: campanha de candidatos evangélicos à Assembleia Legislativa Paranaense em 2018. / Lucas Alves da Silva. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR, 2020.
132 f. ; il. ; color.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.
Co-orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.
Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2020.
Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Processo Eleitoral. 2. Religião. 3. Família. I. Mezzomo, Frank Antonio. (orient). II. Pátaro, Cristina Satiê de O. (Co-Orient.). III. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. IV. UNESPAR. V. Título.

CDD 21.ed. 324
324.24082
306.85

LUCAS ALVES DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão

Frank A. Mezzomo

Prof. Dr^a. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Co-Orientadora) - UNESPAR/ Campo Mourão

Prof. Dr. Ricardo Mariano – USP/ São Paulo

Ricardo Mariano

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – UDESC/ Florianópolis

Reinaldo Lohn

Data de Aprovação

13/03/2020

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Alzira, e ao meu pai, Milton, que sempre me incentivaram a não desistir de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em meio ao processo de pesquisa que culminou com o presente texto, inúmeras pessoas estiveram ao meu lado ou cruzaram meu caminho, compartilhando experiências e me dando o incentivo que era preciso para seguir em frente. Considero que nenhum saber se constrói sozinho, o conhecimento só toma forma e se manifesta nos espaços e momentos de troca. Pensando nisso, a todos que fizeram parte da minha trajetória enquanto mestrando deixo aqui os meus agradecimentos, que embora simples, são de coração.

Agradeço aos meus orientadores, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, que tanto contribuíram com a minha formação, e sempre se mostraram tão engajados e comprometidos com a qualidade do ensino público e da educação. Agradeço também pela paciência e desafios a mim lançados, fatores essenciais para que buscasse ir além daquilo que acreditava que era capaz.

Aos colegas e companheiros de luta do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, que contribuíram com meu crescimento pessoal e acadêmico, por todas as discussões e leituras realizadas e pelas conversas descontraídas que tornaram esta trajetória mais suave. Em especial, agradeço aos colegas Brandon Lopes dos Anjos, Lara Pazinato e Crislaine Lima, que estiveram comigo na coleta dos dados que foram aqui analisados. Agradeço ainda aos colegas Leonardo Carvalho e Alessandra Reis, pelas conversas e angústias compartilhadas.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Emerson Cervi, Magali Cunha, Ricardo Mariano e Reinaldo Lohn, agradeço pelas contribuições, tanto aquelas ligadas diretamente à pesquisa quanto pelas reflexões que levarei para minha vida docente.

A todo o corpo institucional da Unespar, em especial aos colaboradores do campus de Campo Mourão, que sempre estiveram prontos para me atender e me ajudar no que fosse possível. Aos docentes do PPGSeD, que contribuíram por meio de suas aulas para que eu entendesse o mundo por outras perspectivas. Aos colegas de turma pelas experiências compartilhadas, em especial ao amigo José Lucas Benevides, que partiu deste mundo terreno, mas nos deixou seu legado de dedicação, alegria e de amor à ciência.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido, que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

À toda minha família, em especial minha mãe, pai, irmã, sobrinha e cunhado, e demais amigos e amigas que, de maneira explícita ou não, acreditaram em mim e contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

SILVA, Lucas Alves da. “**A família em primeiro lugar**”: campanha de candidatos evangélicos à Assembleia Legislativa paranaense em 2018. 132f. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

A pesquisa tem o objetivo de investigar como os candidatos evangélicos para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em 2018 abordaram pautas relacionadas à defesa da família cristã e como, em torno desta temática, orbitaram outras discussões de ordem moral. Temos como hipótese a ideia de que as pautas morais levantadas pelos pleiteantes, em sua diversidade, tiveram como pano de fundo, explícito ou implícito, o ideal de manutenção da estrutura familiar patriarcal. Para tanto, identificamos os candidatos evangélicos que mobilizaram elementos religiosos, direta ou indiretamente, dos quais coletamos os materiais publicados nas páginas e perfis no *Facebook* durante o período de campanha eleitoral, tais como vídeos, fotos, textos, entre outros. Após a coleta, organização e tabulação dos dados, buscamos identificar e analisar o material daqueles que apresentaram como pauta a preservação da família patriarcal cristã, foco da nossa investigação. A partir da análise dos materiais, verificamos que o discurso em torno da defesa da família aparece articulado a outras pautas morais, como a de uma educação baseada em valores religiosos – com o apoio ao movimento Escola Sem Partido e contra a “ideologia de gênero” –, e a defesa e valorização da vida – contra o aborto e as drogas. A família patriarcal, composta por um homem uma mulher e seus filhos, se mostrou como núcleo perpetuador dos valores cristãos, tomada como modelo que justifica a não aceitação de outras formações familiares e que motiva a luta de evangélicos para barrar avanços a respeito de direitos de expressão da sexualidade, das liberdades individuais e da emancipação feminina.

Palavras-chave: Eleições; evangélicos; política; mídias sociais.

ABSTRACT

SILVA, Lucas Alves da. **“The family first”**: campaign of evangelical candidates to the Legislative Assembly of Paraná in 2018. 132f. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

The research aims to investigate how the evangelical candidates to the Legislative Assembly of Paraná (ALEP) in 2018 approached guidelines related to the defense of the Christian family and how orbited other moral discussions regarding this theme. We hypothesize that the moral guidelines raised by the plaintiffs, in their diversity, had as their background, explicitly or implicitly, the ideal of maintaining the patriarchal family structure. To this end, we identified evangelical candidates who mobilized religious elements, directly or indirectly, from which we collected materials published on Facebook pages and profiles during the election campaign period, such as videos, photos, texts, among others. After collecting, organizing and tabulating the data, we sought to identify and analyze the material of those who presented as a guideline the preservation of the Christian patriarchal family, focus of our investigation. From the analysis of the materials, we find that the discourse around the defense of the family appears articulated with other moral guidelines, such as an education based on religious values - with the support of the School Without Party movement and against “gender ideology” -, and the defense and valorization of life - against abortion and drugs. The patriarchal family, composed of one man, one woman and their children, has proved to be the perpetuating core of Christian values, taken as a model that justifies the non-acceptance of other family formations and motivates the struggle of evangelicals to bar advances on the rights of expression of sexuality, individual freedoms and female emancipation.

Key words: Elections; evangelicals; politics; social media.

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1: Candidatos eleitos para a ALEP em 2018 por partido.....	55
Tabela 2: Total de candidatos por religião que acionaram elementos religiosos na campanha à ALEP em 2018.....	58
Tabela 3: Candidatos evangélicos que acionaram com maior intensidade elementos religiosos durante a campanha eleitoral da ALEP em 2018.....	59
Quadro 1: Definição de termos do meio digital.....	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Cantora Mara Lima: Em defesa dos princípios bíblicos	62
Imagem 2: Carla Pimentel: Importância da relação entre religião e política	62
Imagem 3: Oziel Rodrigues: É esquerda ou é cristão, os dois não dá.....	65
Imagem 4: Pastor Alessio Violato: Padre Cícero contra os comunistas.....	66
Imagem 5: Pastor Luciano Baruk: Resposta aos comunistas	66
Imagem 6: Missionário Ricardo Arruda: Compromisso com o cidadão de bem e com a família tradicional brasileira	72
Imagem 7: Samuel Pinheiro: Defesa da bandeira da família tradicional	72
Imagem 8: Carla Pimentel: Defesa dos princípios da família cristã.....	74
Imagem 9: Noemia Rocha: Valorização da família e dos ensinamentos cristãos	74
Imagem 10: Soldado Fruet: Deus é família	75
Imagem 11: Denilson Caleran: Meu compromisso é com a família	75
Imagem 12: Samuel Pinheiro: Minha família: meu bem maior	75
Imagem 13: Sandro Martins: Defesa da comemoração do dia dos pais e das mães.....	75
Imagem 14: Gilson de Souza: Em defesa da família.....	76
Imagem 15: Elizeu Liberato: Em defesa da família tradicional e cristã.....	76
Imagem 16: Alexandre Amaro: Proteger a família	77
Imagem 17: Cantora Mara Lima: Para a sua família estar protegida	77
Imagem 18: Ezequias Barros: Pela vida e pela família	77
Imagem 19: Misael Junior: Defende a família	77
Imagem 20: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Objetivo familiar da direita e da esquerda.....	79
Imagem 21: Missionário Ricardo Arruda: Autor do projeto ESP no Paraná	84
Imagem 22: Missionário Ricardo Arruda: Manifestação a favor do movimento ESP.....	84
Imagem 23: Carla Pimentel: Proteção ao direito biológico.....	87
Imagem 24: Gilson de Souza: Não a doutrinação política e ideológica nas escolas	88
Imagem 25: Cantora Mara Lima: Contra “ideologia de gênero” nas escolas	88
Imagem 26: Misael Junior: Contra a “ideologia de gênero” nas escolas	88
Imagem 27: Misael Junior: Deixem nossas crianças em paz	88
Imagem 28: Alexandre Amaro: Ideologia de gênero, eu sou contra!.....	89
Imagem 29: Missionário Ricardo Arruda: Precisamos salvar nossas crianças!!!	89
Imagem 30: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Contra o kit gay para crianças	91

Imagem 31: Zé Luiz: Defesa do ensino religioso nas escolas públicas.....	93
Imagem 32: Zé Luiz: Defesa da inserção da Bíblia nas escolas públicas	93
Imagem 33: Ezequias Barros: Fatos sobre os fetos	97
Imagem 34: Missionário Ricardo Arruda: O aborto como assassinato	97
Imagem 35: Bill Pastéis: Cristão contra o aborto	100
Imagem 36: Cantora Mara Lima: Contra o aborto	100
Imagem 37: Misael Junior: Contra o aborto	100
Imagem 38: João Geraldo Barros: A favor da vida	100
Imagem 39: Elizeu Liberato: Contra o aborto	102
Imagem 40: Damasceno Júnior: Contra o aborto e a favor da vida	102
Imagem 41: Professor Luiz Arnaldo: Contra o aborto	103
Imagem 42: Noemia Rocha: Brasil sem aborto	103
Imagem 43: Bill Pastéis: Sou a favor da política anti-drogas	106
Imagem 44: Vandeli Lima: A força da família contra as drogas.....	106
Imagem 45: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Contra a liberação das drogas	106
Imagem 46: Pastor Silvio Toshio: Contra a liberação das drogas	106
Imagem 47: Noemia Rocha: Bandeira de trabalho social	108
Imagem 48: Bill Pastéis: Reconhecer a Igreja como entidade social e filantrópica.....	108
Imagem 49: Noemia Rocha: Combate às drogas.....	109
Imagem 50: Gilson de Souza: Prevenção às drogas	109
Imagem 51: Andreza Albuquerque: Contra a legalização das drogas.....	110
Imagem 52: Cantora Mara Lima: Disse não à legalização das drogas	110

LISTA DE SIGLAS

AD – Assembleia de Deus
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DC – Democracia Cristã
DST`s – Doenças sexualmente transmissíveis
ESP – Escola Sem Partido
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FPE – Frente Parlamentar Evangélica
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IB – Igreja Batista
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus
IMPD – Igreja Mundial do Poder de Deus
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRC – Igreja Renascer em Cristo
ISOSED – Igreja Só o Senhor é Deus
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MPL – Movimento Passe Livre
NOVO – Partido Novo
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
RCC – Renovação Carismática Católica
STF – Superior Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
Unespar – Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: RELIGIÃO, POLÍTICA E MÍDIAS	21
1.1 Religião e política no Brasil	22
1.2 Relações entre mídias, religião e política	34
CAPÍTULO 2: CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA A ALEP: CENÁRIOS, EMPIRIA E A MISSÃO SALVACIONISTA DE CANDIDATOS EVANGÉLICOS	45
2.1 Panorama político nacional e estadual	46
2.2 Levantando a empiria	55
2.3 Atendendo ao “chamado de Deus”: candidatos evangélicos em missão pela moralidade e pelos valores cristãos	61
CAPÍTULO 3: “PARA A SUA FAMÍLIA ESTAR PROTEGIDA”: CANDIDATOS EVANGÉLICOS EM MISSÃO PELA PRESERVAÇÃO DA FAMÍLIA TRADICIONAL	69
3.1 A família tradicional como entidade sacralizada	70
3.2 Educação com base nos valores morais e religiosos	80
3.3 Sobre a reprodução e valorização da vida	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	129

INTRODUÇÃO

“Ditadura gayzista”; “Feminazis”; “Assassinas de inocentes”; “Doutrinadores de crianças”. Estas são algumas das denominações pejorativas atribuídas a grupos que atuam na luta pela garantia dos direitos humanos no Brasil por aqueles que se dizem defensores da família tradicional e dos bons costumes. De forma especial, os grupos feministas e LGBT`s, entre outros, que há anos lutam pela ampliação dos direitos ligados à liberdade e igualdade de gênero, têm sido vítimas de ataques constantes por parte de lideranças religiosas cristãs, com destaque para os evangélicos que, em especial nos últimos anos, passaram a contar com apoio de demais movimentos conservadores. Em meio à beligerância de discursos, os grupos que lutam pela ampliação dos direitos sexuais, pelo direito à prática do aborto e pela emancipação feminina, taxados como inimigos da nação, são vistos como ameaças ao modelo familiar tradicional, núcleo no qual determinados segmentos das religiões cristãs entende ser o perpetuador de seus valores e estrutura sobre a qual se organiza todo o seu processo de formação.

Este modelo de família considerado tradicional pode ser observado na sociedade brasileira desde o período colonial, o qual, com o passar dos séculos, incorporou valores burgueses, como a ideia de “família amorosa” e monogâmica – valores aplicados e cobrados especialmente às mulheres. Apesar destas transformações, as famílias continuaram com “[...] sua matriz patriarcal, hierárquica e autoritária reforçada pelos ideários cristão e positivista” (ARAÚJO, 2011, p. 185). Neste modelo específico de família, cada integrante deve ocupar um papel nas relações familiares: o homem como chefe do lar, marido, pai e provedor; a mulher como mãe, responsável pelo cuidado, educação e reprodução da família, além de obediente ao marido; os filhos, que devem se submeter às imposições dos pais. Segundo Araújo (2011), tanto o cristianismo como o pensamento positivista defendem a ideia de família tradicional patriarcal¹, centrada na figura masculina, a mesma que aqui consideramos como a estrutura defendida pelos candidatos no material analisado.

Mesmo com os avanços alcançados pelos movimentos feministas no Brasil e no mundo no século XX, na luta pela emancipação da mulher e na ocupação de espaços até então majoritariamente masculinos (RODRIGUES; NASCIMENTO; NONATO, 2015), podemos

¹ Embora nos materiais analisados os candidatos não utilizem expressões como “família patriarcal” ou “família heteronormativa”, utilizamos estes termos ao longo do texto e consideramos a família tradicional cristã, defendida e acionada pelos pleiteantes, como aquela cuja formação tem como fundamento o modelo ancorado no patriarcalismo e na heteronormatividade. Isto decorre devido ao posicionamento contido nas doutrinas judaico-cristãs (ARAÚJO, 2011), as quais são contra a união entre casais do mesmo sexo e é centrada na figura masculina.

notar que o raciocínio patriarcal ainda está presente na sociedade e é externalizado no discurso de alguns líderes religiosos cristãos. A título de exemplo, tivemos, em setembro de 2019, o discurso do Bispo Edir Macedo², da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que declarou publicamente que as mulheres não deveriam ter mais estudos que seus maridos, pois isto levaria as famílias ao “fracasso”. O Bispo ressaltou ainda que não permitiu que suas filhas cursassem ensino superior antes do casamento pois isto “não serviria à vontade de Deus”. A colocação do líder vai na contramão das pautas dos grupos que buscam garantias dos direitos humanos e reforça a estrutura social patriarcal, pautada no masculino e que marginaliza a mulher.

Tal posicionamento se apresenta dissonante da realidade de parcela das famílias brasileiras, por exemplo, ao notarmos que cerca de 40,5% das famílias do país são chefiadas por mulheres – o equivalente a quase 28,9 milhões de famílias –, e que este número tem aumentado nos últimos anos (CAVENAGHI; ALVES, 2018). Diferente do que pregam os defensores da família tradicional, o cenário brasileiro apresenta uma configuração um tanto diferente e que muitas vezes não é levada em conta, em que um contingente de pais abandona seus filhos e companheiras, ou mesmo não assumem suas responsabilidades na criação das crianças, o que implica em estruturas familiares distintas.

A respeito deste tipo de posicionamento, é notório o fato de que a defesa dos valores cristãos no espaço público e o engajamento religioso na luta contra o avanço de movimentos sociais e suas pautas não é algo novo, e há décadas podem ser observados no Brasil. Sobre este assunto, cientistas sociais têm se debruçado a entender os motivos e consequências da ampliação da participação religiosa no espaço público brasileiro, em especial no âmbito da política institucional. Temos atualmente em nosso país um quadro político em que grupos religiosos estão fortemente inseridos e atuantes, e carregam consigo seus valores e compreensões de mundo. De forma expressiva, Igrejas e agentes evangélicos têm se mostrado articulados e deixado explícitas suas projeções de ampliação de participação e ação na esfera pública. Não diferente, outros grupos religiosos, como os católicos, demonstram abertamente seus interesses e estratégias de ação política, embora não sejam objeto de nossa investigação, que tem como foco os evangélicos.

Um dos fatores que melhor representa esta atuação político-religiosa é a presença dos agentes religiosos no Congresso Nacional, onde atualmente há uma intensa participação da Bancada Evangélica, cujos membros buscam, sobretudo, incluir pautas morais em suas discussões, tendo por base suas doutrinas e crenças, expressando, em grande medida, os

² Disponível em: <<https://bit.ly/2V9HKbg>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

interesses de grupos e denominações dos quais são representantes. Conforme aponta Campos (2013), a atuação política de grupos evangélicos está atrelada à busca por identidade religiosa em um período de fluidez de valores, uma forma de organização para atuar contra a “corrosiva” modernidade. Para tanto, a atuação destes grupos se dá por meio de um recrudescimento do conservadorismo, que tem ocasionado retrocessos no campo dos direitos humanos no Brasil.

Em um processo que deixou explícito este movimento de parcela da sociedade em direção à retirada e diminuição de direitos, no ano de 2018, fomentada pelas eleições estaduais e nacionais, a polarização política que já existia no Brasil foi intensificada, trazendo à tona um cenário de tensão em que argumentos de cunho religioso se tornaram ainda mais presentes, contribuindo para que adversários se tornassem verdadeiros inimigos. No período eleitoral, assim como já vinha ocorrendo anteriormente, mais do que apresentar saídas e propostas para resolução dos problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pela sociedade, o que vimos foi uma tentativa de desqualificar o outro, em especial com base em argumentos que recorriam à moral. Neste processo, tudo o que poderia negatar o que o outro representava, mesmo que baseado em informações falsas ou distorcidas – as *fake news* –, foi utilizado como argumento político.

Considerando o breve contexto apresentado e a imbricação entre os campos da religião e da política observada nos últimos anos, temos como propósito central desta pesquisa investigar como os candidatos evangélicos para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em 2018 abordaram pautas relacionadas à defesa da família cristã e como, em torno desta temática, orbitaram outras discussões de ordem moral. Trabalhamos tendo como horizonte a hipótese de que as pautas morais levantadas pelos pleiteantes, em sua diversidade, tiveram como pano de fundo, explícito ou implícito, o ideal de manutenção da estrutura familiar patriarcal. Tendo em vista tais considerações, o material empírico aqui analisado foi coletado a partir da mídia social *Facebook*, plataforma onde buscamos identificar os candidatos evangélicos que concorreram às eleições para a ALEP de 2018 e que acionaram elementos religiosos durante suas campanhas. As referências aos elementos religiosos ocorreram por meio da utilização de títulos religiosos no nome de urna, uso de trechos bíblicos em suas publicações, presença nos espaços e templos no período eleitoral, apoio de líderes eclesiais e recorrência a símbolos próprios do universo cristão, deixando expressa sua vinculação ou pertencimento religioso durante o pleito.

Objetivando pensar as posições dos candidatos evangélicos em torno da defesa da família tradicional, como critério para nossa pesquisa, delimitamos nossas análises aos materiais de campanha dos candidatos identificados como evangélicos que abordaram esta

temática, tomando a família como entidade sacralizada, seja de forma direta ou indireta. Ao todo, nosso corpus empírico se delineou com um total de 41 pleiteantes evangélicos, dentre os quais trabalhamos com o material daqueles que trataram do tema da preservação da família. Entre os 41 selecionados, 4 foram eleitos e 3 reeleitos, sendo que uma candidata reassumiu sua vaga na ALEP após a nomeação de um deputado para uma secretaria do governo de Ratinho Júnior, eleito no pleito de 2018. Os candidatos estavam distribuídos entre 16 partidos políticos, sendo que o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) concentraram o maior número, 7 e 6 concorrentes, respectivamente. Entre eles, o PSC garantiu duas vagas na ALEP, e o Partido Social Liberal (PSL), Partido da República (PR), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Podemos e Partido Republicano da Ordem Social (PROS) garantiram uma cadeira cada.

Entre os pleiteantes que compuseram nossa pesquisa, podemos destacar os vinculados à Igreja Assembleia de Deus (AD), denominação que apresentou o maior número de candidatos, 12 no total, seguido pela Igreja Batista (IB), com 2, além de outras 13 Igrejas, cada uma com 1 concorrente à ALEP. Tivemos ainda outros 14 que foram classificados como “não identificados”, ou seja, aqueles candidatos em que o material apresentava conteúdo com teor religioso, e até declarações de que eram evangélicos, embora sem apresentar referência a uma Igreja específica, ou então, como ocorreu em alguns casos, tivemos o trânsito dos mesmos em celebrações de diferentes denominações religiosas, mas sem uma identificação precisa nos materiais de campanha. Entre os “não identificados”, tivemos 3 candidatos eleitos, e a IURD, Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) e AD também conseguiram levar à câmara estadual 1 deputado cada.

As reflexões e discussões realizadas a partir do material do grupo de candidatos destacados têm sido pensadas a partir da problemática da laicidade, e, para tanto, parte de uma reflexão interdisciplinar para se pensar o fenômeno que tem assumido novas configurações em solo brasileiro. Ao considerarmos a complexidade da realidade da pesquisa e as características multifacetadas do objeto investigado, utilizamos uma perspectiva teórica baseada na interdisciplinaridade. Em consonância com Edgar Morin (1996), entendemos que pensar interdisciplinarmente é ter ciência de que o conhecimento jamais será algo completo, acabado, uma verdade absoluta, mas um pensamento situado em determinado tempo e espaço, cercado por dúvidas e incertezas. Para pensarmos a questão da interdisciplinaridade, partimos das discussões realizadas por Morin (1996, 2005), Alvarenga et al. (2011), Vasconcelos (2007) e Raynaut (2014).

Os debates realizados no presente trabalho estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), e integra a linha de pesquisa Formação humana, processos socioculturais e instituições. A investigação também está vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Unespar de Campo Mourão, e contou com a participação de outros estudantes de iniciação científica³, os quais colaboraram com discussões sobre a temática e na coleta de dados.

Buscando compreender com maior nitidez a inserção dos evangélicos na política brasileira e a reverberação das pautas morais na esfera pública nos últimos anos, até chegarmos às eleições paranaenses de 2018 e à posição dos candidatos selecionados, estruturamos o presente texto em três capítulos. No primeiro, trazemos alguns elementos históricos voltados para o trajeto da relação entre religião e política no Brasil, principalmente a partir da Proclamação da República, em que foi instituída oficialmente a separação entre Estado e Igreja Católica (FAUSTO, 2006; LUSTOSA, 1991), e que estabeleceu os princípios da laicidade e da liberdade religiosa. Considerando estes dois pontos como mobilizadores da emergência evangélica no espaço público, abordamos a questão da laicidade e das diversas formas com que ela se constituiu nas diferentes sociedades, além de problematizações sobre a liberdade religiosa e a abertura que ela propiciou ao crescimento de uma miríade de Igrejas (GIUMBELLI, 2008; ORO, 2005; CAMURÇA, 2017; HERVIEU-LÉGER, 2015; MARIANO, 2011, 2009).

De olho no crescimento da comunidade evangélica e seus avanços sobre a política institucionalizada, fazemos algumas ponderações tratando desta relação e de características que marcam a presença destes grupos nestes espaços. Ao adentrar a esfera pública, notamos como as Igrejas evangélicas se moldam para constituir uma cultura própria, em que tentam propalar suas doutrinas de maneira que naturalize sua presença em meio à sociedade, em uma busca constante por diminuir, ou mesmo barrar, a hegemonia católica presente muitas vezes de forma invisível na sociedade brasileira (GIUMBELLI, 2014). Na esteira destas assertivas, trazemos ainda discussões a respeito das relações entre política, religião e mídias, em diálogo com o espaço público e a democracia, ressaltando a busca desenfreada por visibilidade que vai além da conquista de fiéis, e relatamos sobre as novas possibilidades de ação por parte dos grupos evangélicos abertas pelas mídias sociais (CUNHA, 2016, 2017a; WOLTON, 2012; JUNGBLUT, 2009).

³ A investigação aqui apresentada está vinculada a uma pesquisa maior, coordenada pelo Professor Frank Antonio Mezzomo, intitulada: “Agentes religiosos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: articulações entre religião e política na campanha eleitoral”, a qual conta com apoio da Fundação Araucária.

No segundo capítulo, contextualizamos de forma breve a situação política brasileira e do Estado do Paraná que antecederam o período eleitoral, a fim de compreendermos o ambiente em que ocorreram as eleições à ALEP no ano de 2018 e seus delineamentos, servindo de base para entendermos alguns posicionamentos dos candidatos expressos em seus materiais. Apresentamos na sequência o percurso traçado para a realização da pesquisa, ressaltando nosso trajeto metodológico, que ocorreu em duas fases: a primeira iniciada com o acompanhamento prévio dos possíveis nomes que se colocariam como candidatos, seguida pela identificação dos evangélicos e coleta dos materiais empíricos dos perfis e páginas do *Facebook* dos pleiteantes – como vídeos, fotos, textos, jingles, *lives* e “memes” –, e a segunda com a organização, tabulação e análises do conteúdo das publicações. Trazemos também algumas informações sobre o resultado das eleições estaduais no Paraná. Buscamos ainda neste capítulo, com a finalidade de compreender como os candidatos selecionados se apresentaram ao público eleitor, descrever a maneira a partir da qual eles se colocaram como solução à falta de ética, honestidade e moralidade que estariam, segundo eles, ausentes da política brasileira e, por isso, a entrada de “homens de Deus” na política seria uma solução para tais problemas de ordem moral.

Por fim, em nosso terceiro capítulo, partimos para uma análise pormenorizada de como o ideal de sacralização e preservação da estrutura familiar patriarcal se fez presente e se tornou ponto central nas campanhas analisadas, e de que maneira este tema acabou por mobilizar outras discussões, como as ligadas à educação, por meio do movimento Escola Sem Partido (ESP) e do ataque à “ideologia de gênero”, e em torno da valorização e defesa da vida, ligadas ao tema da descriminalização do aborto e ao consumo de drogas. Sob a bandeira de defesa da família e com argumentos baseados no desejo divino e nas escrituras bíblicas, os candidatos se colocaram no papel de cristãos em missão. Como parte deste trabalho, realizaram diversos ataques a grupos e indivíduos que lutam por respeito e valorização da diversidade, pela liberdade e pela equidade de gênero, atribuindo a eles a figura de vilões da sociedade e um risco declarado às crianças.

Com base nestas considerações, os pleiteantes colocam a instituição familiar acima do estado, ressaltando sua soberania no que diz respeito à educação e assuntos morais que consideram ser dever exclusivo dos pais abordarem. Outro aspecto abordado nas campanhas se refere à criminalização da docência e cerceamento do trabalho do professor em sala de aula, visto como potencial doutrinador e com desconfiança pelos pais.

Ao tratar da questão do aborto, temos um entendimento por parte dos candidatos que foge das abordagens que percebem o assunto como uma questão de saúde pública, e muito menos discutem a situação como uma questão de autonomia feminina e direito sobre o próprio corpo. A versão predominante é que a prática deve ser tratada como o assassinato de um

inocente. De forma parecida, as drogas também não são questionadas a partir dos problemas da saúde e das motivações que levam as pessoas a se tornarem usuárias, ou mesmo do efeito de algumas drogas frente a outras legalizadas, mas sim como uma ameaça às famílias.

De modo geral, as discussões teóricas, as contextualizações políticas e análises aqui realizadas buscam trazer elementos que revelam características do conservadorismo religioso, além de trazer uma contribuição sobre a articulação discursiva dos evangélicos utilizada para mobilizar o público. O estudo das relações entre política e religião, aqui desenvolvido com base nos materiais de campanha dos candidatos selecionados, podem demonstrar mudanças importantes em nossa sociedade, assim como ajudar a entender melhor as relações de poder em disputa no cenário público atual.

CAPÍTULO 1

RELIGIÃO, POLÍTICA E MÍDIAS

No Brasil, para as eleições de 2018, tivemos um aumento de 6,54% na quantidade de nomes de urna que utilizaram títulos religiosos, considerando todos os cargos em disputa – 489 em 2014 para 521 em 2018 (GELAPE; PUTINI, 2018). A informação destacada é indício de um fato recorrente nos últimos pleitos eleitorais: o aumento gradativo do número de candidatos que fazem uso de símbolos que remetem a suas crenças religiosas para tentar garantir um cargo no âmbito político institucional, em grande parte evangélicos, sendo que uma parcela considerável tem alcançado êxito nos pleitos eleitorais. Os dados apresentados expressam uma das formas de cruzamento entre os campos da religião e da política, dentre os quais tem gerado novas interpretações em torno do ideal republicano de laicidade estatal e novos tensionamentos em relação ao processo de secularização do âmbito público no cenário brasileiro.

Durante as campanhas, os postulantes a cargos políticos têm buscado reafirmar suas condições de pertencimento às igrejas na qual congregam, tanto líderes como leigos, e promovem durante a corrida eleitoral o acionamento de elementos ligados à denominação à qual pertencem. Tal processo de articulação de signos e representações pode ocorrer com diferentes arranjos, seja reivindicando a origem dos concorrentes a cargos políticos, seja por meio de discursos em defesa da família cristã e da moralidade – elementos muito presentes nas campanhas que acompanhamos –, recorrência a textos bíblicos, uso de símbolos próprios de uma determinada religião, apoio de nomes conhecidos ligados ao âmbito das Igrejas, utilização dos espaços religiosos, entre outros.

Observa-se que tais maneiras de se fazer campanhas eleitorais, não só dos evangélicos, mas dos candidatos de maneira geral, têm passado por intensas transformações nos últimos anos. Um dos fatores que contribuiu para que tais mudanças ocorressem foi o advento dos ambientes digitais nas plataformas da rede mundial de computadores. O uso intenso da internet, tanto por parte da população quanto dos políticos, vem propiciando uma nova dinâmica no que tange ao acesso às informações e nas relações entre políticos e eleitores.

Tomando por base tais perspectivas, discutimos neste capítulo algumas problemáticas em torno das noções de laicidade e secularização, assim como das relações entre religião, política e o uso de mídias por parte dos evangélicos, a fim de buscar compreender as novas configurações que caracterizam a presença religiosa no espaço público na contemporaneidade.

1.1 Religião e política no Brasil

No Brasil, a cada dois anos, a sociedade tem sua rotina alterada por conta das eleições políticas, seja em nível municipal ou em nível estadual e nacional. Este período é entendido, por boa parte dos cidadãos não envolvidos com a política partidária, como o ponto máximo do sistema democrático do país, e percebido por muitos como o único momento possível de participação política da população. O processo democrático brasileiro funciona por meio representacional, em que os eleitores escolhem os indivíduos que serão responsáveis pela tomada das principais decisões políticas, dentro da esfera a que lhe diz respeito, pelo período de quatro anos. Durante o espaço de tempo eleitoral, discussões em torno de questões políticas passam a ser intensificadas e em muitos casos são afloradas. Conforme apontam Heredia e Palmeira (2006, p. 38), “ao contrário de outras atividades, a política não é pensada como uma atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, designado sintomaticamente como o tempo da política”, que significa o despertar, mesmo que momentâneo, para um campo que implica na ampla participação popular no contexto de uma democracia.

Durante as eleições, temos a emergência para o âmbito público de grupos políticos que atuam, em grande parte, dentro das estruturas institucionais, e somente em tempos de disputa por votos é que saem em busca de apoio popular e alianças com grupos sociais. Para os partidos políticos e candidatos de modo geral, durante este período, “incorporar o maior número possível de pessoas torna-se essencial pelo que representa não só em termos de votos, mas de demonstração pública de força” (HEREDIA; PALMEIRA, 2006, p. 38), ou seja, se fazer visível e presente nos mais variados espaços durante as campanhas são ações fundamentais para o sucesso eleitoral.

Como parte do processo democrático, as campanhas tornam possível “o adentrar da política a dimensões múltiplas da vida cotidiana, fazendo ver e crer a sua existência como atividade que, embora exercida por profissionais, diz respeito ao interesse de todos os cidadãos” (BARREIRA, 1998, p. 204). Desta forma, a sociedade durante o “tempo da política”, conforme entendimento recorrente das pessoas ao se referir ao período eleitoral (PALMEIRA, 2002), se vê permeada de materiais e símbolos de campanhas, tanto os espaços físicos, com *flyers*, santinhos, *perfurades*, etc., como nos meios de comunicação, com o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) no rádio e na televisão, e também nos espaços digitais, sobretudo a partir das eleições de 2018. Principalmente nas mídias sociais, as pessoas podem, além de compartilhar conteúdos diversos, explicitar suas opiniões e interpretações no que concerne a assuntos de cunho político, entre outros, o que tem possibilitado uma ampliação do campo de

discussões políticas, e, conseqüentemente, do espaço democrático, que muitas vezes é associado, quase que exclusivamente, ao período das eleições.

Considerando estes embates acerca da participação popular na política, em uma democracia relativamente jovem, ao falarmos de Brasil – se considerarmos o processo de redemocratização ocorrido em meados da década de 1980 –, um elemento tem deixado suas marcas no delineamento deste sistema: a presença religiosa na esfera política. Vale lembrar que a relação entre Estado brasileiro e religião é um caso antigo, e remonta à chegada dos portugueses à terra de Santa Cruz, tendo sido a Igreja Católica a religião oficial do país até a Proclamação da República, em 1889. A separação oficial entre religião e Estado se estabeleceu com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1891 (FAUSTO, 2006; LUSTOSA, 1991), documento em que constavam os princípios da laicidade estatal e da liberdade religiosa. Considerada como uma das bases da sociedade moderna, que despontou a partir da Revolução Francesa, a laicidade, de modo abrangente, “refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa” (MARIANO, 2011, p. 244). Ocorreu que este ato jurídico não selou o afastamento da Igreja Católica do âmbito político, e nem mesmo promoveu sua restrição aos espaços privados. Conforme pontuam Giumbelli (2008) e Oro (2005), houve a permanência de privilégios à instituição católica, como subvenções e concessão de imóveis, além da persistência da aproximação entre membros do clero e agentes políticos, relação que se estende até os dias atuais, embora em outro contexto e ladeado por diferentes organizações religiosas.

Em meio a esta seara, complexificando ainda mais esta questão, tivemos a emergência de outras denominações religiosas na arena pública brasileira no decorrer do século XX, pautadas principalmente no argumento da liberdade religiosa⁴ garantida institucionalmente. Neste processo, um penoso caminho foi percorrido, principalmente para os cultos espíritas e afro-brasileiros, os quais por muito tempo sofreram com acusações de charlatanismo e feitiçaria, visto que o modelo de religião legalmente aceito era o católico (ISAIA, 2011). Após um longo período de definições e debates, tanto as igrejas evangélicas, espíritas e de matriz afro-brasileira puderam também galgar e conquistar legitimidade na sociedade brasileira, e gozar, ao menos teoricamente, dos mesmos direitos que a Igreja Católica. Mesmo com tais avanços, a intolerância religiosa ainda é recorrente no Brasil, como, por exemplo, nos casos

⁴ A liberdade religiosa tem como base a liberdade de crença e de culto, sendo a primeira o direito à liberdade de escolha individual de uma religião, bem como o direito de ser ateu ou agnóstico, e a segunda o direito de exercer publicamente sua religião, tanto em locais públicos como privados, desde que respeitadas as regras de convívio sociais estabelecidas pelo Estado (LEITE, 2012).

ocorridos em 2019, em que terreiros de Candomblé da cidade do Rio de Janeiro foram atacados por um grupo de fiéis evangélicos que contaram com apoio de traficantes, que destruíram as imagens de santos e demais símbolos, e ainda, tivemos nos últimos anos o aumento de casos de ataques a religiões não cristãs que têm sido registrados pela polícia (JANSEN, 2019).

Com base na observação da diversidade do quadro religioso do Brasil⁵, notamos que a secularização estatal não teve necessariamente como decorrência a promoção da privatização da religião (MONTERO, 2006), mas possibilitou a abertura para que diferentes tipos de crenças pudessem coabitar o espaço público brasileiro. O que ocorre, segundo Pierucci (2012, p. 90), é a “secularização no plano jurídico-estatal, vitalidade religiosa no plano sociocultural”, em que tal força de ação mobilizada pelas religiões possibilita a formação de uma cultura demarcada por princípios religiosos, os quais se fazem presentes e influentes em diferentes âmbitos sociais.

A diversidade religiosa e a presença pública da religião são consideradas por Pierucci (2012) como fruto da separação entre religião e Estado, fato que seria então a “operação inaugural” da modernidade religiosa. Tal modernidade é consequência da busca pela racionalização da sociedade, fenômeno observado a nível global, e resultou em uma nova dinâmica no que tange ao papel e na posição ocupada pelas religiões no seio destas sociedades. Esta mesma racionalização que marcou a modernidade submeteu os indivíduos a constantes incertezas e inseguranças, em um período em que tudo se transforma com imensa velocidade (HERVIEU-LÉGER, 2015; BAUMAN, 2003; GIDDENS, 1991).

Em boa parte das sociedades modernas ocidentais, embora haja oficialmente a separação entre Estado e religião, o cenário de inconstâncias propiciou condições para que ocorresse uma retomada das demandas religiosas. Algumas práticas religiosas, assim como a sociedade de modo geral, foram marcadas pelos efeitos da modernidade, e foram metamorfoseadas por algumas de suas características, como, por exemplo, a extrema racionalidade e individualidade (CARRANZA; MARIZ; CAMURÇA, 2009), que fez emergir o apelo a questões emocionais, que é hoje uma das marcas na atuação de vários grupos cristãos, como ocorre com algumas ramificações evangélicas, principalmente aquelas ligadas ao pentecostalismo, e da Igreja Católica, sobretudo aquelas próximas às dinâmicas promovidas pela Renovação Carismática Católica (RCC). Com isso, percebemos que, “ao mesmo tempo em que emergia um vivo

⁵ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresentava em 2010 as seguintes porcentagens em cada religião: católicos 64,6%; evangélicos 22,2%; sem religião 8%; espíritas 2%; Umbanda 0,26%; Candomblé 0,08%; e outras religiosidades 2,7%. Segundo pesquisa de projeção divulgada pelo instituto DATAFOLHA em dezembro de 2016, entre os brasileiros com 16 anos ou mais, o número de católicos caiu para 50%, enquanto o número de evangélicos aumentou para 29% da população, os sem religião passaram para 14%, os espíritas mantiveram os 2%, Umbanda e Candomblé ficaram com 1% cada, ateus também 1%, e outras religiões 2%. Para mais informações, consultar: <<https://bit.ly/2tcbPva>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

interesse pelas formas de religiosidade associadas ao individualismo moderno, abria-se o caminho para uma nova leitura das relações entre religião e política e entre as instituições religiosas e o Estado” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 21). Ou seja, as instituições religiosas voltam a ganhar força quando o ideal de progresso prometido pela razão científica passa a ser questionado e apresenta sinais de crise, o que dá margem para que as religiões se articulem e passem a trabalhar de forma a conquistar fiéis e garantir sua presença no cenário público.

Além da questão da modernidade, Burity destaca outro motivo para a desprivatização e emergência da religião nas sociedades modernas, em que “atores religiosos estariam respondendo a desafios claramente contemporâneos e refazendo suas posições mesmo quando aparentemente reafirmam tradições antigas” (BURITY, 2015, p. 97). Com isso, a inserção religiosa ocorreria como uma oposição a tendências da atual política, da cultura e da economia, devido, entre outros fatores, à falta de confiança nas instituições que regem estas áreas, e em busca de supostos valores perdidos que precisariam ser resgatados. Novas demandas surgem e exigem uma mudança de atores, assim como um novo ambiente para negociações, ampliando o espaço público e permitindo que diferentes grupos e instituições levem para a sociedade suas propostas e seus interesses (NOVAES, 2012).

Inseridas neste contexto, as igrejas evangélicas se apresentaram no âmbito político como um elemento inédito em meio a uma já conhecida política partidária. No que se refere à imbricação entre religião e política no Brasil, além da histórica aproximação entre Igreja Católica e Estado, temos uma reconfiguração deste quadro a partir da década de 1980, período de redemocratização em que igrejas evangélicas passam a se inserir na política partidária nacional. Este processo foi capitaneado pela forte atuação da AD, da IURD e IEQ, que estiveram presentes na ocasião da primeira bancada evangélica brasileira, em 1986, para a Assembleia Constituinte que deu origem à nossa atual Constituição Federal, promulgada em 1988. Na ocasião, o foco do grupo evangélico engajado na política era a luta contra a suposta ameaça de retorno da Igreja Católica como religião oficial do Estado, e, além disso,

sua presença e participação na Constituinte era crucial, para combater, sobretudo, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e inserir símbolos religiosos (Bíblia) na nova Constituição. Tratava-se, portanto, de ingressar na política partidária para defender sua liberdade religiosa e a moralidade cristã tradicional e para fazer oposição direta a seus adversários religiosos e laicos (MARIANO, 2009, p. 116).

Desde então, estas pautas têm sido o foco dos discursos dos políticos evangélicos, tanto no decorrer de seus mandatos como durante suas campanhas, em que os discursos em torno da conservação da família tradicional patriarcal e da moralidade tornaram-se constantes. Destes discursos surgiram os supostos inimigos dos valores cristãos, representados principalmente pelos movimentos feministas e LGBT`s, os quais passaram a ser alvo dos grupos conservadores, em especial nos últimos anos. Os referidos movimentos são acusados de desvirtuarem as crianças ao tratar de assuntos relacionados à sexualidade, pregar a destruição da família heteronormativa e o aborto, quando, na verdade, defendem a liberdade individual sobre o próprio corpo e o direito de manifestação de suas expressões sexuais, assim como a igualdade de gênero e emancipação feminina, em uma sociedade ainda marcada pelo machismo.

Além destes temas de ordem moral, notamos também que a busca pela entronização de símbolos cristãos em espaços a princípio secularizados é uma tentativa de tornar as religiões minoritárias, neste caso os evangélicos, constituintes do que Giumbelli chama de cultura pública, ocasião em que expõem e buscam disseminar valores, crenças, práticas e signos, em uma disputa por espaço com o catolicismo, que foi assimilado ao longo do tempo como a “‘religião natural’ dos brasileiros” (GIUMBELLI, 2014, p. 193).

Em paralelo ao processo de engajamento político evangélico, temos um aumento gradual e considerável da quantidade de adeptos a este grupo no país⁶ – mesmo que percentualmente o número de políticos evangélicos não tenha acompanhado o crescimento do número de fiéis – e, em consequência, uma redução do número de católicos, o que é um dos indícios do poder de influência adquirido por este segmento na esfera pública. Não obstante, em se tratando de uma democracia representacional e da atuação desses grupos em meio à sociedade, sua forte expressão gera reflexos também no campo político. Para tanto, o princípio da liberdade religiosa é frequentemente acionado por parlamentares representantes ou vinculados a denominações religiosas, a fim de justificar tanto práticas como a sua própria presença na esfera pública como sendo legalmente regulamentadas.

Notamos que a presença de religiosos na política nacional ganhou força a partir da criação da primeira bancada evangélica, a qual passou a atuar tanto no Congresso Nacional como em algumas Assembleias Estaduais e, em alguns municípios, nas Câmaras Municipais (ORO, 2005). A bancada evangélica, como ficou popularmente conhecida, só ganhou o caráter de Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional em 2003, ocasião em que foi

⁶ Segundo dados do IBGE (2010), a comunidade evangélica no Brasil passou de 6,6% em 1980 para 15,4% em 2000, e 22,2% em 2010, perfazendo o montante de 42.275.440 habitantes, neste grupo, ganha destaque as religiões pentecostais, a qual representava cerca de 60%, ou seja, 25.365.264 habitantes.

registrada, apesar de há anos se articular na política do país e embora tenha sido oficializada somente em 2015⁷, quando, conforme regimento da Câmara, passou a contar com pelo menos um terço de parlamentares vinculados. Quando foi criada, a FPE teve sua formação composta por um total de 203 membros, sendo 199 deputados federais e 4 senadores, distribuídos entre 24 partidos. Para além de cadeiras no congresso e no senado, a articulação da FPE já contribuiu para que seus membros ocupassem espaços em ministérios e comissões.

Cabe ressaltar que, apesar dos parlamentares que compõem a Frente defenderem pautas comuns, uma de suas características é que ela não é política nem ideologicamente homogênea (PRANDI; SANTOS, 2017). Os membros que a compõem são, em sua maioria, vinculados direta ou indiretamente a igrejas evangélicas, sendo liderados pelas denominações pentecostais (BURITY, 2018), contemplando até mesmo integrantes de setores católicos, além de partidos tanto do espectro político da esquerda como da direita.

A respeito do posicionamento político dos grupos evangélicos brasileiros, majoritariamente os mesmos têm apresentado uma postura moralmente conservadora – em defesa da chamada família tradicional e contra pautas reivindicadas por grupos considerados progressistas, como a legalização do aborto, das drogas e a união homossexual. Na área econômica, estes grupos se aproximam do liberalismo quando se trata da retirada de direitos para os trabalhadores e redução dos impostos pagos pelas empresas, contudo, demandam subsídios ao setor privado e proteção em relação ao comércio exterior. No Brasil, atualmente, o posicionamento conservador dos evangélicos se mostra próximo ao espectro político-ideológico considerado de “direita”, enquanto o polo da “esquerda”, representado pelos progressistas, trata de interesses investidos em setores de caráter mais “cultural” ou “social”, ancorados, entre outros pressupostos, na defesa da diminuição das desigualdades econômicas e na maior intervenção do Estado na sociedade (CORADINI, 2010; TAROUCO; MADEIRA, 2013). Vale destacar que existem, no Brasil, Igrejas evangélicas inclusivas⁸, que apresentam doutrinas e discursos mais alinhados às pautas dos grupos políticos ligados à esquerda. Considerando tais nuances, ao utilizarmos os termos “conservadores” e “progressistas” ao longo deste trabalho, estaremos fazendo referência aos grupos e sujeitos que têm atuado no espaço público com base nestas considerações elencadas.

⁷ Informações sobre os deputados e senadores que compuseram a criação da Frente Parlamentar Evangélica disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

⁸ Sobre pesquisas que tratam das estratégias discursivas e formas de atuação das Igrejas inclusivas no Brasil, consultar os trabalhos de Jesus (2010, 2013), Natividade (2010, 2017), Natividade, Pereira e Silva (2012) e Silva (2018).

A FPE, apesar das diferenças entre parte de seus componentes, e de nem sempre representarem o posicionamento da comunidade evangélica na sociedade, apresenta algumas características em comum, que, segundo Prandi e Santos (2017, p. 187), “traz para a luta política demandas moralistas”. Demonstrando uma certa continuidade em suas pautas desde sua criação na década de 1980, a FPE tem se prontificado a combater os setores progressistas da sociedade, representados principalmente pelos grupos feministas, movimentos negros e defensores de direitos aos LGBT`s.

Outra característica dos grupos evangélicos atuantes na política está na sua capacidade de negociação com outros grupos que demonstrem interesses em comum. Como aponta Mariano (2008), os grupos religiosos evangélicos, mesmo que em suas práticas revelem uma tentativa de confessionalização da política e da esfera pública, recorrem ao princípio da laicidade quando se percebem em situação de risco. Isto ocorre, por exemplo, com a iminência de aproximação entre Estado e catolicismo, ou então em uma busca pela não discriminação de sua instituição religiosa em favor de outra ou de setores laicos da sociedade. Neste processo, Camurça (2017) aponta que ocorre a aproximação inclusive entre evangélicos e católicos, quando se trata da defesa de valores cristãos e demais pautas em comum, como tem ocorrido em torno da questão da descriminalização do aborto, em um entrave contra setores laicos da sociedade.

Em períodos eleitorais, o acionamento de identidades religiosas e a aproximação entre candidatos e igrejas revelam o quanto a religião tem sido instrumentalizada para conquistar um eleitorado específico, assim como a religião tem se utilizado da política como forma de garantir e ampliar sua presença e influência no âmbito público. Ao se apropriar do seu pertencimento religioso para construir determinada representação como candidato, surgem os religiosos políticos (CARVALHO JUNIOR; ORO, 2017), que demonstram de forma explícita sua ligação com a igreja a qual possuem vínculo. Percebemos que, desde a Constituinte nacional, e acentuadamente a partir da década de 1990, em todos os pleitos, o eleitorado evangélico foi amplamente disputado pelos candidatos, tanto dos cargos legislativos quanto dos executivos (CARREIRO, 2017; TADVALD, 2015). Desta forma, boa parte dos candidatos, mesmo que não possuam pertencimento religioso, busca, em períodos eleitorais, apoio da membresia religiosa com promessas de privilégios futuros e apoio a suas causas, caso eleito.

É válido destacar que as Igrejas, ao declararem seu apoio, possuem capacidade de mobilização de uma rede de contatos nada desprezíveis, afinal, “fornece a qualquer candidatura um capital social não contabilizado que permite alcançar círculos muito mais distantes daquele centrado no bairro da própria comunidade religiosa” (PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019, p.

54). Este capital, continuam os autores, pode surgir na forma da articulação de serviços essenciais em qualquer campanha política, fornecido por parte dos “irmãos”, como serviços gráficos, advocatícios, cartorários, aparelhagem de som, entre outros. Por meio deste aparato, as igrejas se mostram munidas de um potencial de capilaridade que pode ir desde as camadas populares até o meio empresarial, permitindo que seus objetivos se façam presentes em diferentes espaços.

Há também um outro movimento por parte de algumas Igrejas evangélicas que têm buscado nas últimas décadas se infiltrar em partidos políticos e neles apresentar seus interesses e sua forma religiosa de fazer política, como é o caso da IURD, com o Partido Liberal (PL) e o Partido da República (PR), e a AD, com o PSC⁹. Em outro caso que chama ainda mais a atenção, temos a criação e controle de um partido por uma instituição religiosa, como o PRB, dirigido pelos membros da IURD. Além disso, acentuadamente em períodos eleitorais, temos mais uma vez como exemplo a IURD, que, de maneira planejada, utiliza de seus recursos materiais – templos e demais espaços religiosos – e midiáticos para difundir sua campanha entre seus fiéis e para além deles (TADVALD, 2015). Outro exemplo de denominação religiosa que possui um trabalho articulado entre os campos da religião e política, principalmente em períodos eleitorais, é a IEQ, a qual possui no Paraná uma secretaria específica para tratar de assuntos ligados à participação de seus fiéis na política, a Secretaria Geral de Cidadania (QUADRANGULAR, 2019). Este tipo de prática persuasiva tem surtido efeitos em diferentes Igrejas evangélicas, e tem levado seus representantes a ocuparem importantes cargos políticos em todo o país e em diferentes instâncias governamentais.

É válido ressaltar que, embora ainda hoje seja possível observar o “fenômeno do voto evangélico”, e a ideia ainda presente de que “irmão vota em irmão” (MARIANO, 2009), devemos considerar a existência de uma série de outros fatores sociais que agem no momento da decisão do voto, e devem ser relativizados além da indicação dos líderes e da instituição religiosa.

Interligadas a tal problemática, diversas pesquisas têm se interessado em investigar as relações entre religião e política, e se debruçaram sobre temas como: o uso de símbolos religiosos na construção das figuras de campanha; o acionamento da pertença religiosa por parte de candidatos; as estratégias adotadas pelas igrejas para apoiar os candidatos selecionados

⁹ A exemplo da IURD, a AD tem tentado criar seu próprio partido, o Partido Republicano Cristão, e espera que este venha a se tornar o 36º partido político brasileiro. O processo de criação é coordenado pelo Deputado Federal Ronaldo Fonseca (Podemos, do Distrito Federal), o qual, acredita-se, será o futuro presidente do partido. Mais informações disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867553-assemblya-de-deus-articula-criacao-de-partido-pro-familia-tradicional.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

(CARVALHO JUNIOR; ORO, 2013, 2015, 2017; MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014; MEZZOMO; PÁTARO, 2017a, 2017b; TREVISAN, 2015; GONÇALVES, 2015; CARREIRO, 2017; CUNHA; LOPES; LUI, 2017). Os estudos têm revelado como o número de candidatos que recorrem à religião tem se ampliado e reconfigurado o período que é um dos grandes marcos da democracia nacional: as campanhas eleitorais. Uma demonstração clara dos efeitos da referida relação é o número crescente de candidatos que se autoidentificam como membros religiosos, utilizam sua função religiosa como nome de campanha – como por exemplo, Pastor, Bispo, Padre, Missionário, Mãe/Pai de Santo –, acionam a rede de fiéis e a estrutura eclesial, além da presença de políticos em templos religiosos em anos de campanha eleitoral.

Tomando por base as estratégias de ação evangélicas, Burity enfatiza que:

Acumulando uma sólida experiência através da criação de estruturas cada vez mais profissionalizantes de planejamento, deliberação e monitoramento da estratégia, os chamados *conselhos políticos*, a cúpula pentecostal se constituiu como *partido religioso* [...]. O sucesso eleitoral do modelo pentecostal levou a uma emulação por parte de outros grupos religiosos, da Renovação Carismática Católica aos espíritas e às religiões de matriz africana, com variados resultados (BURITY, 2018, p. 37, grifos do autor).

Todo este aparato estruturado pelas Igrejas evangélicas com finalidades políticas tem resultado em uma nova dinâmica de ação por parte de outros segmentos religiosos, conforme apresentado por Burity. A ameaça observada nas últimas décadas pela expansão evangélica, tanto em números de seguidores como em influência política, tem feito outras religiões também se articularem para garantir seu espaço e sua representatividade na esfera pública. Tornou-se comum também entre as Igrejas não evangélicas a criação de setores internos próprios, como ministérios, responsáveis por tratar especificamente do envolvimento institucional de seus membros com questões políticas e da orientação aos fiéis em períodos eleitorais, inclusive com a escolha de qual candidato será apoiado pela Igreja, e qual, ou quais, será lançado oficialmente como seu representante. A título de exemplo de articulação religiosa que surge no bojo do crescimento evangélico, temos dentro da Igreja Católica, especificamente no movimento da RCC, o Ministério Fé e Política – funcionando tanto nos estados como nacionalmente –, que foi instituído como uma “suborganização especializada em eleições” (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018, p. 225), voltada a orientar a participação dos membros da comunidade carismática durante o pleito eleitoral, assim como promover a escolha dos candidatos oficiais que serão apoiados pelo movimento (MIRANDA, 2015).

Observamos o aumento da participação e influência político-religiosa no âmbito público, bem como a capacidade de mobilização que os evangélicos adquiriram nas últimas décadas, tanto que tivemos nas eleições de 2014 como candidato para o cargo de presidente do país um líder religioso da AD, Pastor Everaldo. O referido pastor concorreu ao pleito presidencial pelo PSC e, mesmo tendo atingido uma votação tímida – apenas 0,75% do total dos votos válidos –, demonstra as pretensões de um grupo que se expande a cada ano. A exemplo de uma parcela dos demais candidatos e políticos evangélicos, Pastor Everaldo apresentava uma postura conservadora no campo moral, contra pautas progressistas, e liberal no campo econômico, em defesa da mínima intervenção estatal (GONÇALVES, 2015; CUNHA; LOPES; LUI, 2017).

Outra demonstração da força e pretensão dos grupos evangélicos em ocupar o campo político brasileiro pode ser percebida em declarações de líderes políticos que possuem vinculação religiosa, os quais passaram a defender – a partir da eleição de Marcelo Crivella (PRB) para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, o qual possui vinculação com a IURD – suas ambições em eleger um presidente que os representasse (MACHADO; NACIF, 2016). Ainda, o próprio prefeito do Rio de Janeiro já deu declarações nas quais enfatizou que “é esse Brasil evangélico que vai dar jeito nessa pátria”¹⁰. Em casos mais recentes, podemos notar o peso do apoio de líderes evangélicos a candidatos à presidência no pleito de 2018, como foi o caso do Bispo Edir Macedo, líder da IURD, e o Pastor Romildo Ribeiro Soares¹¹, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), em que ambos declararam apoio ao presidente eleito em 2018 pelo PSL, Jair Bolsonaro. O candidato apoiado, embora tenha se declarado católico, foi batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo Pastor Everaldo, e possui forte ligação com lideranças evangélicas.

Ao se fazerem presentes nos diferentes níveis da esfera política nacional, os religiosos demonstram como sua atuação está condicionada a dispositivos estatais que garantam sua livre relação com o Estado (GIUMBELLI, 2008). Para isso, as relações entre o secular e o religioso se apresentam como pares inseparáveis para pensarmos na constituição das sociedades modernas.

¹⁰ Para mais informações sobre a fala de Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro eleito em 2014, consultar: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/e-esse-brasil-evangelico-que-vai-dar-jeito-nessa-patria-diz-crivella-em-agenda-secreta-22855477.html>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

¹¹ Notícia e vídeo com a declaração do Pastor Romildo Ribeiro Soares em apoio a Jair Bolsonaro disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/contra-ideologia-de-genero-rr-soares-declara-apoio-a-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

Notícia sobre o apoio do Bispo Edir Macedo a Jair Bolsonaro disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/09/edir-macedo-diz-no-facebook-que-apoia-bolsonaro-para-presidente.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

Ancorados em toda a trajetória católica de ligação com o Estado brasileiro, e da intensa aproximação dos evangélicos com a política já apresentada, notamos que, por meio da defesa de pautas próprias, e tendo como princípio basilar a liberdade religiosa, este grupo tem ganhado espaço no cenário público e redesenhado as relações entre religião e Estado, traçando novos desafios para pensarmos que tipo de laicidade é construída no país. Neste sentido, Giumbelli (2014) aponta para uma nova forma de se pensar a questão da laicidade, não como um modelo teórico que estabelece as limitações de ação da esfera religiosa e sua restrição ao ambiente privado, tal como estabelecia inicialmente a concepção republicana, mas buscando entender como a religião vem se constituindo nos espaços públicos. Seguindo esta mesma linha de reflexão, Camurça destaca que

para se refletir sobre a questão da laicidade hoje precisa-se de um novo olhar. Ao invés de um modelo abstrato e normativo de laicidade, através do qual as situações concretas são avaliadas positivamente ou negativamente por aproximação ou distanciamento deste, a alternativa será a de buscar o “ponto de vista nativo” do que é considerado laicidade pelos próprios agentes (religiosos e laicos) em tela. Ao invés do que a laicidade deve ser segundo paradigmas jurídicos, constitucionais e programáticos, deve-se contemplar como os atores sociais contextualizados se apropriam destas normas consagradas como “regime laico” em função dos seus interesses e projetos (CAMURÇA, 2017, p. 859).

É possível perceber que o autor busca entender a laicidade como fruto das distintas relações estabelecidas entre agentes religiosos, Estado e espaço público. Desta forma, podemos pensar em como o contexto histórico, social, cultural e político que cada país e região apresentam pode influenciar na configuração e no entendimento do que se denomina laicidade. Seguindo esta lógica, Moniz (2017, p. 147) aponta que “os princípios guiadores que justificam a separação da religião e da política – liberdade e tolerância, igualdade e imparcialidade, neutralidade e universalidade – são pesados e hierarquizados diferentemente de uma versão de secularismo para outra”. Como exemplo desta problemática, as pesquisas de Moniz (2017) demonstram alguns casos de Estados modernos na Europa – como Áustria, Eslováquia, Espanha, Itália, Polônia e Portugal – que visam reconhecer o valor público das religiões, e estabelecem relações de mútua colaboração para atingir objetivos comuns, ocasiões em que o Estado, por meio de concessões financeiras, contribui para conservação do patrimônio religioso, promoção de educação confessional, entre outros programas sociais coordenados por instituições religiosas.

No caso brasileiro, com a manutenção da presença católica próxima ao Estado mesmo após a Constituição de 1891, o processo de secularização ganhou contornos próprios. É

oportuno ressaltar que, para Hervieu-Léger (2015, p. 187), a laicidade republicana não se opõe à religião, “mas à tutela clerical que a instituição religiosa entendia fazer pesar sobre o poder público”. Neste cenário, ao mesmo tempo em que ocorre a separação entre Estado e religião, abrem-se lacunas para que demais denominações religiosas possam se articular livremente em meio à sociedade.

No Brasil, tamanha é a complexidade da relação entre os campos da religião e da política que, segundo Burity, os evangélicos:

optaram por uma estratégia de *representação eleitoral autônoma* (“corporativa”) que, pelo seu sucesso, foi se redefinindo paulatinamente em termos de uma pretensão a *tornarem-se governo*, participando *como tais* (ou seja, como grupo religioso) em negociações de coalizões, ocupando diferentes partidos e buscando controlá-los (BURITY, 2018, p. 36, grifos do autor).

A organização religiosa no interior da política brasileira deixa clara sua luta em prol do grupo social que representa, a partir de um tipo de clientelismo com o qual têm buscado trabalhar para atender os interesses e demandas dos seus apoiadores. Para tanto, desenvolvem uma forma própria de atuação pública, “deixando de lado o caráter proselitista confessional, para adentrarem na esfera política” (GONÇALVES, 2015, p. 326), ocasião em que passam a readequar seus discursos para que sejam jurídica e politicamente reconhecidos, e seus argumentos em defesa de suas pautas sejam aceitos no âmbito legislativo.

Podemos observar, conforme constata Giumbelli (2008, p. 81), que “certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior”. Tal afirmação implica na ideia de que a presença religiosa junto ao Estado ocorreu graças a um aparato jurídico amparado no princípio da laicidade, e não como uma forma de combater o processo de secularização, mas que encontrou nos próprios Estados seculares, garantidos pelo direito à liberdade e a pluralidade religiosa, solo fértil para que pudessem ampliar seu espaço de atuação e disseminar suas crenças.

Ao se debruçar sobre a complexidade de se pensar a laicidade, em especial o caso do Brasil, Mariano (2011, p. 254) afirma que “a laicidade do Estado brasileiro tem sido acuada pelo avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados para intervir na esfera pública”. Privatizar ações religiosas em um país marcadamente cristão e tentar inibir suas ações na esfera pública tornou-se um desafio para os defensores da laicidade, que gradativamente têm percebido nos últimos anos o avanço religioso sobre o campo político. Neste cenário, é preciso pensar em novas concepções de laicidade, em que tanto a política como

religião possam coexistir sem ameaçar o Estado democrático e o direito dos demais grupos sociais.

Um dos meios que tem promovido a emergência religiosa na sociedade e tem aumentado seu poder de influência são os canais de comunicação, importante instrumento de promoção da democracia que têm sido utilizados com fins proselitistas por algumas instituições religiosas. Ao adquirir maior visibilidade, tornam-se cada vez mais alvo de interesses políticos. Portanto, procuramos discutir no próximo tópico sobre o uso das mídias e sua importância para os contextos político e religioso, principalmente voltados para o cenário brasileiro, em razão também da presente pesquisa ter como fonte empírica materiais coletados de um canal de comunicação, a mídia social *Facebook*.

1.2 Relações entre política, religião e mídias

Uma das principais marcas da contemporaneidade é o amplo acesso às tecnologias que permitem com facilidade a disseminação de informações e a possibilidade de comunicação de um indivíduo com o restante do mundo. A respeito deste processo, Wolton afirma que:

A comunicação é o cerne da modernidade, isto é, inseparável deste lento movimento de emancipação do indivíduo e do nascimento da democracia. Hoje ela é central por três razões: supõe seres livres para os quais a liberdade de informação e de comunicação está no cerne de todas as relações sociais e políticas; ela deve administrar, constantemente, no seio da nossa sociedade individualista de massa os dois sentidos contraditórios provenientes de duas heranças políticas, dos séculos XVIII e XIX, a liberdade individual e a igualdade de todos; por fim, a comunicação é a condição para a democracia de massa (WOLTON, 2012, p. 10).

Ao considerar o acesso aos meios de comunicação como a base para a constituição de uma democracia, Wolton (2012) destaca que o uso de novas tecnologias da comunicação não está condicionado simplesmente à inovação técnica, mas ligada a mudanças de modelo nas dimensões social e cultural. Para o autor, a comunicação é um conceito que comporta três características: “um sistema técnico, um modelo cultural de relações individuais e sociais e um projeto de sociedade” (WOLTON, 2012, p. 10). Desta forma, consideramos o uso da tecnologia não apenas uma ferramenta que de maneira desconecta se insere na sociedade, mas, para que a mesma seja difundida, é preciso que esteja interligada a uma extensão da cultura e a um desejo social e político em promover a sua livre utilização pelos sujeitos.

Percebemos então como o projeto de uma sociedade democrática cria condições para que diferentes grupos tenham liberdade de se utilizarem de diversos meios para se inserir no

âmbito público, como tem ocorrido com o uso das mídias por algumas religiões. Ao tratar da ampliação das atividades religiosas, Pierucci (2012) reflete sobre como, no Brasil, as Igrejas nunca foram tão livres e ativas para se manifestarem publicamente, e que “nunca os profissionais religiosos se sentiram tão livres e à vontade como agora para lutar entre si por todos os meios e a toda hora a fim de assegurar a reprodução ampliada de sua fé” (PIERUCCI, 2012, p. 87-88). Nota-se que “a adoção da mídia é chave para a manifestação da religião” (MEYER, 2015, p. 145), e é um dos motivos pelos quais segue sendo uma força vital na sociedade contemporânea. Sendo assim, o acentuado trabalho das instituições religiosas em torno dos meios de comunicação tem gerado características próprias do mercado que passou a formar, em uma disputa tanto por fiéis como por poder de influência social e política.

Neste jogo de forças produzido pela concorrência religiosa na busca por visibilidade, uma das principais ferramentas utilizadas pelas Igrejas evangélicas engajadas no campo político têm sido os meios de comunicação de massa, como televisão, rádio e mais recentemente, e com grande intensidade, a internet¹² e o aplicativo de mensagens *WhatsApp*¹³. Percebemos que as mídias são entendidas como inerentes à religião, e não oposta às suas atividades, sendo que muitas de suas práticas funcionam com e por meio da instrumentalização das mídias (MEYER, 2015). Tendo em vista estas novas práticas, algumas instituições religiosas tornaram-se proprietárias de importantes canais na televisão aberta da rede nacional, assim como estações de rádio espalhadas em todo o país. A IURD, por exemplo, comanda a segunda maior rede de comunicações do Brasil¹⁴, a Rede Record, a qual está também fortemente relacionada ao PRB, conforme já dito anteriormente, ambos atuando sob a tutela da mesma Igreja (AIRES et al., 2009). Outras Igrejas, como a IIGD, a Igreja Renascer em Cristo (IRC) e a Igreja Católica, também são detentoras de canais de televisão abertas. Há outras ainda buscando utilizar seu poder de influência política para garantir o direito às concessões públicas de canais de

¹² Segundo dados do IBGE, em 2016, 64,7% dos brasileiros acima dos 10 anos de idade tinham acesso à internet. Disponível em: <<http://twixar.me/8shT>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

¹³ O aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* se mostrou como um grande vetor das campanhas de 2018. A respeito do seu uso, Schaefer et al. (2019) fizeram uma revisão sistemática, em que apontam algumas pesquisas que tratam da utilização para fins políticos do *WhatsApp* durante períodos eleitorais, tanto no Brasil em 2018 como em outras eleições ao redor do mundo.

¹⁴ Para contextualizar o cenário comunicacional brasileiro sobre as mídias mais utilizadas como meio de acesso à informação, conforme demonstram os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, a televisão é o meio de comunicação utilizado com maior frequência pela população para se informar sobre os acontecimentos do país, com um percentual de cerca de 63%, seguidos pela internet com 26%, rádio com 7%, jornal 3%, e outros com 1%. No Estado do Paraná os percentuais se aproximam dos resultados nacionais, com algumas variações, como no uso da televisão, que perfaz o percentual de 61%, da internet, que atinge 29%, e o jornal com 2%. Pesquisa realizada instituto IBOPE, em 2016, sob encomenda da Secretaria de Comunicação do Governo Federal. Disponível em: <<http://bit.ly/3ab5Ere>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

comunicação, as quais são adquiridas pela concorrência em editais do governo federal (CUNHA, 2016).

Assim como na televisão e no rádio, no ambiente digital o ativismo religioso de membros e líderes evangélicos tem proporcionado grande repercussão aos assuntos defendidos por este grupo e seus representantes no espaço político, além de estar inserido em um ambiente contemporâneo de relações sociais, ampliando sua atuação para além das mídias e locais tradicionais. A busca por espaço nos meios de comunicação se revela interligada à constatação de Giumbelli (2014, p. 194), de que “os evangélicos não se mostram interessados em apelar à história ou à tradição para fundamentar sua presença. Sua visão está mais orientada para o futuro. Quanto ao presente, a resultante é uma busca pela visibilidade”. Diferente da Igreja Católica, que busca legitimar sua posição com base na sua tradição histórica, os evangélicos buscam construir a imagem de suas igrejas embasados por uma visão de contestação do presente e promessas de prosperidade no futuro. Para Cunha, a relação entre os meios de comunicação, grupos evangélicos e política tem se apresentado “como um elemento que tem colocado conservadores em vantagem sobre progressistas no embate entre controle e libertação dos corpos, defesa da fé e liberdade de crença/estado laico, integrismo e pluralismo sociocultural” (2017a, p. 224). Para tanto, é notável que a detenção dos meios de comunicação tornou-se fundamental para garantir a visibilidade almejada a seus valores e conjunto de ideais, tanto de cunho moral como de suas posições políticas.

Neste processo, Jungblut (2009) ressalta que o ambiente digital é um espaço propício para destradicionalização religiosa e reformulação identitária, tornando-se local de ampla concorrência do mercado religioso. A presença dos evangélicos na internet possui características próprias, e é marcada pelo envolvimento e ativismo de grupos empenhados em difundir seus valores e crenças aos demais usuários da Web. Conforme apontado por Jungblut, os evangélicos tomam como obrigação o trabalho de evangelização, e:

empenham-se, como ninguém mais, numa gigantesca mobilização pela expansão de seu rebanho e a Internet, como já havia acontecido com o rádio e a TV, se tornou um front no qual esses religiosos gastam muito de sua energia conversionista. Diferentemente de outros grupos, eles agem escancaradamente segundo a lógica do mercado, fazendo com que cada grupo ou indivíduo evangélico potencialize, ao máximo, na Internet, os apelos salvacionistas dessa modalidade de cristianismo (JUNGBLUT, 2009, p. 153-154).

A atuação fervorosa dos evangélicos, conhecida nas mídias tradicionais e no espaço público de modo geral pelo seu projeto de evangelização e de proselitismo, expande-se também

para o meio digital. Tal inserção é reflexo de um movimento que ocorre em toda a sociedade, que se insere cada vez mais nestes ambientes *online*, que permitem com facilidade a difusão de informações e a interação com interlocutores. Estes espaços são utilizados para tratar de assuntos relacionados à política, à cultura, à educação, entre outros, principalmente por meio de blogs e mídias sociais, propiciando o surgimento de práticas que originaram novas formas de socialização, em que o receptor pode transformar-se em emissor (CUNHA, 2016).

Cabe aqui ressaltar que, no meio digital, há uma série de especificidades e particularidades que podem afetar tanto a forma como o conteúdo de uma mensagem. Para entendermos melhor o funcionamento deste meio, as terminologias destacadas no Quadro 1 nos ajudam a compreender alguns elementos presentes e atuantes no ambiente *online*, visto que, como veremos no decorrer da pesquisa, nas eleições de 2018, as mídias sociais foram amplamente acionadas para impulsionar as campanhas dos candidatos religiosos. Em relação à transmissão de mensagens por meio das mídias sociais, vale ressaltar, conforme afirma Latour (2012, p. 65), que “os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam”. Neste mesmo sentido, Meyer (2015, p. 149) ressalta o “potencial da mídia em agir como ‘mediador’ que molda e afeta o conteúdo que transmite, ao invés de apenas agir como ferramenta de transmissão”. Com isso, a internet, bem como os demais meios de comunicação, são invisibilizados no momento da mediação, tornando-se o meio a própria mensagem. No caso em especial das mídias sociais, um espaço ambíguo e complexo passa a se formar, e leva a pensar em como sua utilização exerce influência sobre o conteúdo no qual veicula, assim como nos efeitos que seu uso pode provocar na sociedade em períodos decisivos, como nas campanhas político-eleitorais.

Quadro 1: Definição de termos do meio digital

Termos	Definição
Mídias digitais	O termo “mídia”, em sua concepção, significa meio (GOMES, 2016), no caso específico das mídias digitais trata-se de meios de comunicação caracterizados por existirem em plataformas ligadas à internet, como blogs, mídias sociais, sites eletrônicos, jogos, entre outros, sendo que cada meio de comunicação digital possui especificidades próprias.
Blog	É um formato de publicação <i>online</i> , considerado um tipo de diário, em que usualmente são publicados textos – geralmente curtos – e fotos de forma organizada, em um espaço onde seus administradores escrevem com uma linguagem condizente com a do público leitor, apresenta simplicidade e facilidade no acesso, sem exigência de cadastro para acessar o conteúdo divulgado (PAZ, 2003). Diferente dos demais sites, possui um caráter mais interacional e menos informacional.
Redes sociais	O conceito compreende os vínculos relacionais entre os indivíduos, em ambientes que reforçariam a capacidade de atuação, compartilhamento de ideias e gostos, aprendizagem, mobilização (MARTELETO, 2010), e permite o aprofundamento de laços entre as pessoas em torno de interesses e valores em comum. Na internet, convencionou-se utilizar o termo para denominar as diversas redes de relacionamento que permitem a aproximação entre as pessoas e a criação e manutenção de vínculos de modo virtual – no Brasil as mais conhecidas são <i>Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e Snapchat</i> .
Ciberativismo	Podemos conceituar como ciberativismo um “conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet” (SILVEIRA, 2010, p. 31). No Brasil esta prática tem se acentuado nas mídias sociais digitais.
Haters	Sua tradução literal do inglês significa “odiadores”. São reconhecidos no meio digital como aqueles responsáveis por disseminar o ódio e promover a discórdia por meio de comentários nas mídias sociais a figuras públicas como políticos, artistas, atletas, ou qualquer outro tipo de celebridade que se exponha nas redes (BERTOLINI, 2016). Os <i>haters</i> podem agir de forma coletiva ou individual, por meio de perfis falsos, com o objetivo de provocar o ódio contra alguém ou um grupo.
Fake news	Refere-se a notícias que se apresentam intencionalmente com uma falsa pretensão à verdade, podendo conter alguma informação verdadeira associada a um falso discurso textualmente bem elaborado, com o intuito de enganar o leitor sobre determinado fato ou assunto. É divulgada sem a identificação de seus autores e pode ser facilmente disseminada (SPINELLI; SANTOS, 2018). O termo <i>fake news</i> é amplamente utilizado para desqualificar as interpretações das quais uma pessoa discorda, ou seja, “o que é <i>fake news</i> para um fanático é verdade cristalina para o fanático da seita oposta” (FILHO, 2018, p. 42) ¹⁵ .

Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁵ Tamanha é a gravidade do efeito das chamadas *fake news*, que o então Presidente do TSE, Ministro Luiz Fux, ressaltou que, conforme previsto na legislação eleitoral brasileira, as eleições podem ser anuladas caso seja comprovada a influência das notícias falsas no resultado das eleições. Entrevista com o Ministro disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ctMdWVnU3Os>>. Acesso em: 6 dez. 2019. Para apurar as denúncias de *fake news* ocorridas durante as eleições, em setembro de 2019 foi instalada no Congresso a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, encarregada de investigar ataques cibernéticos, perfis e notícias falsas e assédio virtual nas mídias sociais. Informações disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

Analisando as formas de uso das mídias sociais durante períodos eleitorais, diversos pesquisadores têm se dedicado a entender a maneira e a intensidade com que este meio vem sendo utilizado pelos candidatos a cargos políticos no Brasil, bem como as formas de interação entre indivíduos, candidatos e eleitores, possibilitadas nas plataformas digitais (AGGIO; REIS, 2013; OLIVEIRA; LEAL; PEREIRA, 2016; BARROS, 2016; MASSUCHIN; TAVARES, 2016). Também interessados nesta temática, outros trabalhos têm visado a atuação de alguns periódicos impressos tradicionais, como a *Folha de São Paulo* e a *Revista Veja*, ao adentrar o ambiente digital e veicular notícias eleitorais (CERVI; CARVALHO, 2015; CERVI; CARVALHO; BUCKSTEGGE, 2015). Tais pesquisas, ao estudar um fenômeno relativamente novo nas sociedades contemporâneas, têm contribuído para a percepção das mudanças ocasionadas pelo surgimento de novos espaços públicos políticos.

Nota-se que as facilidades de divulgação de conteúdo oferecidas pelo meio digital, como a postagem de textos, fotos, vídeos e as transmissões em tempo real, e o baixo custo, em muitos casos a custo zero, têm contribuído para a ampliação da sua utilização em períodos de campanha eleitoral. Neste meio digital, vale destacar que, segundo Massuchin e Tavares (2016, p. 130), “os candidatos e partidos usam as redes para fugir dos filtros dos meios de comunicação de massa, ou seja, o conteúdo postado segue direto aos eleitores”. Com isso, o uso das mídias sociais como ferramenta política permite que se fale em um novo tipo de engajamento, agora nos espaços *online*, o que podemos considerar como ciberativismo.

Um exemplo de ampla utilização das mídias sociais e de envolvimento de eleitores pode ser percebido no pleito eleitoral do candidato à presidência eleito pelo PSL, Jair Bolsonaro. Tanto durante o HGPE como nas pequenas inserções diárias durante as programações no rádio e na TV, os chamados *spots*, o candidato possuía pouquíssimo tempo disponível, em razão do tamanho do seu partido e das coalizões firmadas, contudo, teve sua campanha alavancada pela sua base eleitoral nas mídias como *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*. Diferente de outros candidatos, que investiram nos espaços de propaganda tradicionais, Jair Bolsonaro se mostrou ativo no meio digital, divulgando mensagens com linguagem de fácil entendimento e de rápida difusão entre os eleitores, conseguindo de certa forma superar a hegemonia da TV em períodos de eleição.

Trabalhando nesta lógica, temos alguns grupos evangélicos na internet, os quais buscam a colaboração intensiva de seus fiéis, para que atuem na defesa de suas pautas (JUNGBLUT, 2009). Este tipo de usuário das redes é visto em tempos de campanhas eleitorais não apenas como portadores de votos, mas também como uma espécie de “cabos eleitorais digitais” que

atuam voluntariamente, e com isso “funcionam como elo entre as campanhas e outros eleitores que trafegam pela mesma plataforma” (AGGIO; REIS, 2013, p. 161).

A internet, conforme ressaltam Massuchin e Tavares (2016) em sua pesquisa sobre o uso do *Facebook* entre os presidenciáveis durante a campanha eleitoral de 2014, passou a compor o cenário eleitoral, e se tornou um dos principais meios de informação dos eleitores nas últimas eleições. As diferentes formas de uso das redes pelos presidenciáveis daquele ano foram influenciadas pelas estratégias de ação de cada um fora do meio digital. Enquanto Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou uma maior diversidade temática, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), direcionou suas postagens no ataque a seus adversários e agenda de campanha. No que se refere à interação dos eleitores, as autoras constataram maior interação naquelas postagens que tratavam da formação da imagem dos candidatos, e principalmente naquelas que apresentavam ataques aos adversários. O grau de interação e repercussão das publicações nas redes é atravessado por questões contextuais e particulares que envolvem cada candidato (MASSUCHIN; TAVARES, 2016).

Seguindo esta mesma linha de pesquisa, Oliveira, Leal e Pereira (2016) analisaram as campanhas de três candidatos a deputado federal do estado de Minas Gerais no ano de 2014 no *Facebook*, oportunidade em que investigaram a interação proporcionada pelas mídias sociais. Utilizando como base os comentários das postagens, buscaram observar a conversação estabelecida entre candidatos e cidadãos, e os debates estabelecidos entre os próprios eleitores. A constatação dos autores foi de que as páginas analisadas foram mais utilizadas como canais de publicidade e divulgação do que como um canal de interação participativa, e que a presença dos eleitores nas mídias não implica necessariamente na participação dos usuários em assunto de interesse público (OLIVEIRA; LEAL; PEREIRA, 2016). Tal constatação nos leva a questionar o uso das mídias sociais como ferramenta de participação democrática, e até mesmo sobre a noção de democracia dos usuários.

Ao investigar a campanha de três candidatos no *Facebook*, eleitos em três capitais brasileiras nas eleições de 2012 – São Paulo, Salvador e Manaus –, Aggio e Reis (2013) também verificaram quais tipos de postagens, por meio de categorias criadas, foram mais recorrentes, ocasião em que se destacaram as agendas de campanha e as publicações voltadas para o engajamento e apoio dos eleitores durante o período eleitoral. Nas pesquisas com os candidatos a prefeito em 2012, os autores buscaram verificar também como os conteúdos foram construídos para se adequar ao ambiente das redes, como por exemplo, o uso dos “memes”, assim como vídeos, imagens, e em menor escala textos escritos.

Os trabalhos de Cervi, Carvalho e Buckstegge (2015), e também de Cervi e Carvalho (2015), que tiveram como base empírica postagens realizadas no *Facebook*, demonstram o aumento da adesão da população a esta mídia. Os trabalhos analisam as publicações realizadas nas *fanpages* e na internet, de periódicos tradicionais brasileiros que se consagraram como meios de comunicação impressos, e aderiram às mídias sociais como forma de se reconfigurar para garantir seu público. Cervi, Carvalho e Buckstegge (2015) exploram as *fanpages* de três dos principais jornais de circulação nacional no Brasil durante o período eleitoral de 2014: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, nos quais buscaram apurar qual dos principais candidatos à presidência foi mais citado, assim como o número de comentários de cada publicação. Cervi e Carvalho (2015) investigam o período pré-eleitoral por meio das publicações na internet das revistas *Veja* e *CartaCapital*, e verificaram também qual dos candidatos à presidência surgiu com maior constância nas publicações, e qual dos dois periódicos teve suas matérias mais repercutidas nas mídias sociais – *Facebook* e *Twitter*. Ambas as pesquisas contribuem para uma reflexão sobre as transformações dos meios de comunicação tradicionais, e sobre as consequências da possibilidade de os cidadãos compartilharem publicamente sua opinião sobre determinado assunto, fato até então pouco comum, ou restrito a um seleto grupo de pessoas que possuíam espaço de fala.

Em 2018 no Brasil, fomentado pelo contexto das eleições, em que as mídias sociais foram amplamente acionadas, o debate sobre a temática do uso destes meios para fins políticos e eleitorais se intensificou, tornando-se alvo de recentes pesquisas. Vale destacar algumas das investigações já realizadas que se desdobraram a partir das eleições de 2018, como as de Schaefer et al. (2019), que buscaram levantar literatura que trata dos possíveis impactos do uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp* em períodos eleitorais de diferentes países. Tendo como fonte de análise a mídia social *Twitter*, Nobre, Almeida e Ferreira (2019) analisaram a utilização de robôs na divulgação e propagação de *fake news* e para aumentar o engajamento e visibilidade de candidatos à presidência em 2018 no Brasil. Voltadas para o uso do *Instagram* pelos dois principais candidatos brasileiros à presidência de 2018, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), Ribeiro e Pozobon (2019) fizeram uma análise das estratégias discursivas dos dois pleiteantes, ocasião em que verificaram, por exemplo, se os referidos candidatos utilizaram deste ambiente *online* para a construção de sua imagem política ou para depreciar os adversários. Já Oliveira, Marques e Silva (2019) discutem sobre os usos e articulações das mídias sociais pelo Partido Novo (NOVO) durante o ano de 2018, na tentativa de conseguir sua consolidação e ampliação da sua participação no cenário político nacional.

A ampla utilização das mídias sociais faz repensar a noção de espaço público, entendido como o local onde o sujeito que fala pode ser visto e ouvido pelo restante da sociedade (ARENDDT, 2007), afinal, em tese, na internet, todos podem se expor deliberadamente. Para Castells (2013), a dinâmica das mídias sociais configura uma nova forma de comunicação e uma nova cultura, que implica em mudanças nas relações pessoais, de trabalho, e na relação com o tempo e o espaço, assim como nas formas de fazer política. Diante desta nova configuração entre indivíduos e espaço público, afetado pelas relações virtuais e sua ampliação da possibilidade de livre expressão de pensamentos, a pluralidade de ideias e a polarização política e ideológica apresentada no Brasil tem gerado uma verdadeira guerra virtual nas mídias sociais, especialmente *Facebook* e *Twitter*. Inseridas neste contexto moderno de uso das tecnologias da informação, as religiões, assim como os candidatos religiosos, vão também buscar utilizar destes espaços de visibilidade para garantir sua posição e disseminar o conjunto de normas que as regem.

O que podemos notar é que o ativismo evangélico surge de forma mais consistente em paralelo à atuação da Bancada Evangélica contra grupos progressistas, em especial a partir do governo Lula (2003-2011), intensificando-se em oposição ao governo de Dilma Rousseff (2012-2016). Um dos fatores que tem contribuído para a expansão evangélica nas mídias sociais é a ausência de espaço para algumas igrejas de menor expressão nas grandes mídias, como televisão e rádio. Mesmo havendo no país uma grande quantidade de emissoras de rádio e televisão sob a concessão de denominações religiosas, muitas religiões com menor força política ainda não gozam do uso deste instrumento, o que fez com que a internet passasse a ser amplamente utilizada por grupos invisibilizados em outros meios (CUNHA, 2017a). Nestes espaços sociais digitais, é possível não somente emitir conteúdo de cunho religioso, mas também promover encontros, debates, gerar informações e divulgar eventos (CUNHA, 2016), facilitando as trocas entre Igrejas e população, como uma nova forma de evangelização.

Frente a tal conjuntura, há que se pensar também na ausência de controle institucional por parte das Igrejas sobre a propagação de doutrinas religiosas e apoios políticos, em razão da possibilidade de qualquer indivíduo se expressar publicamente, e de realizar suas próprias interpretações, muitas vezes distintas daquelas pensadas pelas igrejas. Em investigação sobre as eleições de 2018 para a presidência da República no Brasil, por exemplo, Rodrigues (2019) destaca a participação de grupos evangélicos durante as campanhas. O pesquisador aponta para o conteúdo de áudios enviados por pastores evangélicos a seus fiéis por meio do *WhatsApp*, em que os mesmos fazem indicações de candidatos a serem votados, fato que, muitas vezes, foge do controle das instituições religiosas. Há destaque, também, para o estímulo de líderes a seus

fiéis, para que divulguem em suas contas particulares nas mídias sociais posicionamentos e pautas defendidas por Igrejas evangélicas.

Com a intenção de compreender melhor os usos religiosos das mídias sociais, Matos e Almeida (2017) intentaram verificar as formas de interação entre igrejas evangélicas e seus fiéis por meio de suas páginas no *Facebook*. Na ocasião, foram acompanhadas postagens de 5 denominações evangélicas: IB de Lagoinha, Belo Horizonte; IURD, Brás, São Paulo; AD Vitória em Cristo Penha, Rio de Janeiro; IMPD Brás, São Paulo; Bola de Neve Church, Lapa, São Paulo. Nas publicações, as autoras analisaram os comentários e níveis de interação entre os seguidores e a própria página, e verificaram que as discussões são desencadeadas, em sua maioria, pelos e entre os próprios usuários das redes de forma independente, reforçando a noção de que nas mídias sociais as Igrejas não conseguem tutelar e regular as ações de seus fiéis.

Nota-se que, em meio à concorrência estabelecida pelo mercado religioso entre as diversas denominações, quem têm maior visibilidade acaba por agregar maior público, e, segundo Cunha (2016, p. 6), “na contemporaneidade, os grupos religiosos midiáticos buscam mais captação de público do que de fiéis/adeptos”. Segundo esta lógica, quanto maior o alcance, maior o sucesso das práticas religiosas, em uma aparente tentativa de difundir um tipo de cultura pública – conceito de Giumbelli (2014) já apresentado anteriormente – em que visibilidade pode ser entendida como garantia de legitimidade, continuidade e poder de influência política e social.

* * *

Ao longo do presente capítulo, fizemos uma breve retomada a respeito da participação dos evangélicos na política brasileira, bem como das nuances que configuram as novas formas de laicidade na contemporaneidade. Ao contrário do que projetou parte da teoria da secularização, os princípios da laicidade não afastaram a religião do espaço público, mas, tomando por base o direito à liberdade e a pluralidade religiosa, acabaram por propiciar o surgimento de novos modos de engajamento e articulação política de diversas denominações, de modo especial das evangélicas. Desta forma, temos princípios laicos fluidos, flexíveis, que se adequam à realidade de cada país onde são estabelecidos, com características e performances próprias de cada local.

No Brasil, temos um exemplo da complexidade e implicações das novas configurações que se formaram com a instauração de um estado teoricamente laico e o avanço religioso sobre a sociedade. Percebemos que a própria Constituição Federal é invocada quando se questiona a

presença de membros de igrejas na política institucionalizada e a imposição de suas crenças e valores a projetos que deveriam ser pensados de forma distanciada de qualquer doutrina de fé, o que torna a própria luta pela privatização religiosa uma tarefa um tanto árdua.

Atrelada a tais transformações, temos visto emergir na esfera pública uma gama de manifestações midiáticas que buscam dar cada vez mais visibilidade e notoriedade a denominações religiosas, cenário em que as igrejas evangélicas têm se destacado. Por meio de canais de TV, rádio e internet, em especial das mídias sociais, vemos acirradas disputas que constituem um verdadeiro mercado religioso, conforme aponta Pierucci (2012), e acabam ainda por ampliar a noção que temos de espaço público. Com base nas discussões realizadas, notamos que, com o advento da internet, principalmente do uso intenso das mídias sociais, fazer-se visível tornou-se essencial para que as igrejas garantam seu poder, influência e atuação em meio à sociedade.

Diante das considerações a respeito da imbricação entre religião e política no Brasil, das reflexões acerca da laicidade e das relações entre mídias, religião e política, nosso foco no próximo capítulo será voltado para o contexto político brasileiro e paranaense, e para a apresentação do material empírico levantado para a pesquisa.

CAPÍTULO 2

CONSTRUÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA A ALEP: CENÁRIOS, EMPIRIA E A MISSÃO SALVACIONISTA DE CANDIDATOS EVANGÉLICOS

Marcada pelo intenso engajamento de uma grande parcela da sociedade no período eleitoral, as campanhas de 2018 se apresentaram carregadas de violentos discursos de ódio entre grupos políticos opostos. Este cenário, caracterizado pela dicotomia política, aflorou intensas discussões, boa parte delas reverberado nas mídias sociais. Ladeada por tais implicações, a utilização da internet como local de campanha eleitoral por parte dos candidatos contribuiu para que diferentes assuntos se tornassem cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, em razão da facilidade no acesso às informações e de interação pessoal.

Em meio a este contexto de polarização extremada e acompanhado por uma pluralidade de candidatos e pautas, os sujeitos que mantinham vinculação ao campo evangélico marcaram forte presença, divulgando nas mídias sociais seus valores e reivindicações, não só hipotecando como pedindo apoio dos líderes eclesiais engajados nas campanhas políticas, trazendo para o debate público elementos próprios de doutrinas religiosas. Inseridos em um cenário de verdadeiro caos político, tanto em nível nacional como estadual, estes candidatos se colocaram como fontes de honestidade e moralidade. Os pleiteantes evangélicos seriam, desta forma, uma alternativa em meio aos inúmeros casos de corrupção desvelados nos últimos anos em diferentes esferas do poder público, como responsáveis por conduzir a nação à “terra prometida”. Não obstante, a imbricação entre religião e política foi defendida como sendo uma relação necessária para livrar o país das mãos de forças laicas que estariam colocando em risco os valores e ensinamentos cristãos.

Tendo em vista tais aspectos, objetivamos neste capítulo apresentar inicialmente uma breve contextualização do cenário político nacional e estadual dos últimos anos. Consideramos que as campanhas eleitorais analisadas se constituem a partir e em articulação a um campo mais amplo, além de sofrerem interferência das tensões e conflitos que ocorrem em outros âmbitos políticos – tensões estas que se intensificaram nas mídias sociais. Neste sentido, conhecer o panorama político em que o país e o estado do Paraná apresentavam no período que antecedeu as eleições pode contribuir para um melhor entendimento dos conteúdos encontrados nos materiais coletados, bem como da dinâmica de poderes e relações que atravessam os candidatos e as igrejas aqui analisados. Na sequência, apresentamos o percurso da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização tanto do levantamento de dados

como das análises dos materiais coletados, além de informações a respeito do resultado das eleições paranaenses. A fim de entender como os candidatos selecionados em nossa pesquisa se colocaram diante do cenário político conturbado que estávamos e ainda estamos atravessando, trazemos, por fim, uma descrição de algumas formas nas quais eles se apresentaram aos eleitores, com uma breve discussão a respeito de como grupos evangélicos se posicionam frente a seus adversários políticos.

2.1 Panorama político nacional e estadual

Direita versus esquerda, conservadores versus progressistas, coxinhas versus mortadelas, capitalistas versus socialistas. Estes são alguns dos termos utilizados para denominar os grupos políticos em disputa no Brasil nos últimos anos, os quais têm ocasionado intensos conflitos, em uma sociedade cada vez mais polarizada. Na tentativa de contextualizar o momento no qual se constituiu as eleições de 2018, apresentamos nesta seção alguns fatos que marcaram a política brasileira nos últimos anos, a começar pelas Jornadas de Junho de 2013, um dos possíveis pontos de partida para entender a conjuntura sociopolítica do Brasil e a complexidade que se desenhou durante o pleito aqui analisado.

As Jornadas de Junho foram um movimento ocorrido no ano de 2013, marcado por uma onda de protestos iniciados em São Paulo que se espalhou pelo país, e que se tornou, conforme algumas análises, a maior série de manifestações de rua desde o movimento que pedia o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992 (ANTUNES, 2013). As manifestações foram detonadas inicialmente por conta do aumento na tarifa do transporte público da cidade de São Paulo, que deu origem ao protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL). Mesmo após baixar as tarifas em mais de cem cidades brasileiras, as manifestações prosseguiram com outras pautas, em especial contra a corrupção. Uma das marcas é que o movimento adotou um caráter apartidário, mas que em vários momentos se mostrou antipartidário, contra o governo petista que estava na presidência do Brasil. Por mais que as manifestações tivessem sua origem ligada à esquerda, muitos dos participantes apresentavam posicionamentos políticos ligados à direita, com um viés liberal no campo econômico e conservador no campo moral (SAKAMOTO, 2013; ANTUNES, 2013).

As manifestações de 2013 deixaram evidente a insatisfação de uma parcela considerável da sociedade brasileira com a política do período, em grande parte a classe média, e demonstrou grande desconfiança da população a respeito da efetividade do sistema democrático brasileiro. Arelado a este processo, surgiram demandas conservadoras que passaram a ganhar espaço no âmbito público, e receber apoio de um grande contingente de brasileiros (BURITY, 2018),

também motivados pelo sentimento difuso de rejeição aos integrantes e ao próprio PT, o qual englobava toda a esquerda. Aqui cabe lembrar que ações do governo de Dilma, como a incorporação de adversários políticos e ideias consideradas da oposição no combate à crise econômica, desagradaram e geraram instabilidades entre a própria base governista e seus apoiadores. Os movimentos posteriores a junho de 2013 passaram a atribuir os problemas do Brasil quase que exclusivamente aos governos do PT e à corrupção ligada à sua gestão, fato que agudizou a polarização da sociedade entre direita e esquerda (TATAGIBA, 2018).

Após esta onda de manifestações, e em meio ao clima de hostilidade entre grupos políticos, as eleições de 2014 para a presidência foram acirradas e marcadas pelo ódio e ressentimento, em mais uma disputa de forças entre o PT, representado por Dilma Rousseff, candidata à reeleição, e o PSDB, representado por Aécio Neves. No mesmo ano das eleições, houve manifestações pedindo o *impeachment* da então presidenta Dilma, logo após sua vitória no pleito presidencial, organizadas principalmente por movimentos sociais de direita, com destaque para o Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁶. Todo o discurso político contra o PT e a esquerda gerou uma narrativa que associou os diversos casos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato¹⁷ e a crise econômica brasileira ao governo do PT, ampliando o apoio de parcela significativa da população em favor do *impeachment* da presidenta e pressionando cada vez mais o Congresso Nacional a se colocar favorável ao processo. Neste contexto, o cenário econômico Estes fatores, atrelados às dificuldades cada vez maiores para gerir a heterogeneidade das coalizões políticas realizadas nos anos anteriores, agravou a posição da situação, que acabou perdendo boa parte da sua base aliada, deixando Dilma Rousseff em situação vulnerável (BURITY, 2018).

Cabe aqui salientar que a Operação Lava Jato tem como polo operacional o Estado do Paraná – especificamente a capital Curitiba, que ficou conhecida como a “República de Curitiba” –, e teve como um de seus protagonistas a atuação do então juiz paranaense Sérgio

¹⁶ O MBL é um dos grupos sociais mais ativos entre os citados, se destacando por sua presença nas mídias sociais. Surgiu em paralelo às primeiras manifestações a favor do *impeachment* em 2014, e se tornou uma das caras da direita do país nos últimos anos. O movimento tem se envolvido em casos polêmicos na defesa de pautas conservadoras e anti-progressistas, como por exemplo, dentre outros, o Projeto Escola Sem Partido (ESP), que propõe o cerceamento da liberdade do professor em expor determinadas ideias em sala de aula, e no caso de pedido de censura da exposição artística Queermuseu em Porto Alegre, que abordava a temática LGBT, e acabou por impedir a continuidade da exposição (PENTEADO; LERNER, 2018).

¹⁷ A Lava Jato, liderada pela Polícia Federal, é uma operação que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e diversos políticos de diferentes partidos. A operação contribuiu significativamente para lançar desconfiança sob os governos do PT, visto que foi deflagrada em março de 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, e teve uma repercussão maior, por exemplo, que o esquema de compra de votos de parlamentares que ficou conhecido como Mensalão, durante o governo de Lula. Principalmente nas fases que levaram à prisão integrantes da cúpula política do PT, como o ex-presidente Lula, tanto a operação como o juiz que conduzia as investigações foram aclamados por parte da população.

Moro. O referido juiz acabou por tornar-se Ministro da Justiça no governo do presidente Jair Bolsonaro, e foi tomado por uma parcela da sociedade como um herói nacional, em especial pela sua atuação no processo que levou à prisão o ex-presidente Lula. Em algumas cidades do Paraná, alguns membros do empresariado e da sociedade civil se organizaram para bancar *outdoors* em apoio à Operação Lava Jato, onde constavam frases de apoio e a imagem de juízes e procuradores envolvidos no processo – como o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol. Vale destacar ainda que alguns membros da própria força-tarefa da Lava Jato, em fevereiro de 2020, tornaram-se réus em ação da Justiça Federal por estarem supostamente envolvidos na instalação de um *outdoor* na cidade de Curitiba em apoio à operação¹⁸.

Ladeado por todo este contexto apresentado, em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos deputados, Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB)¹⁹, acatou um dos diversos pedidos de cassação do mandato de Dilma Rousseff e deu sequência ao processo, “alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa – as decantadas ‘pedaladas fiscais’” (JINKINGS, 2016, p. 13). A presidenta foi afastada do cargo em maio de 2016, assumido então pelo vice-presidente, Michel Temer (PMDB), e em agosto foi oficialmente decretado o *impeachment*.

Entre apoiadores do processo que caçou Dilma Rousseff, destacamos o papel dos membros da FPE na câmara dos deputados. Segundo Prandi e Carneiro (2018), 93,8% dos membros da FPE votaram a favor do encaminhamento do processo de *impeachment* da então presidenta. Na ocasião, a FPE lançou o que chamou de “Nota à nação brasileira”²⁰, em que justifica seu posicionamento em razão da crise econômica em que o Brasil se encontrava naquele momento e dos escândalos de corrupção em que membros do PT estariam envolvidos. Além da FPE, tivemos ainda figuras importante do meio evangélico, como Edir Macedo da IURD, que declararam seu apoio ao *impeachment* de Dilma (PRANDI; CARNEIRO, 2018), mesmo tendo apoiado o governo petista em anos anteriores. Durante a votação que aprovou o prosseguimento do processo de cassação do mandato de Dilma, na câmara dos deputados, sob a coordenação do presidente da casa, o deputado evangélico Eduardo Cunha, da AD, foram

¹⁸ Informações disponíveis em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/13/lava-jato-outdoor-propaganda-curitiba.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

¹⁹ O ex-presidente da Câmara dos deputados foi preso por decisão do juiz Sérgio Moro no dia 19 de outubro de 2016. Além da condenação pela investigação da Operação Lava Jato, Eduardo Cunha foi também condenado por desvio de recursos geridos pela Caixa Econômica Federal em junho de 2018, em uma investigação realizada pela Polícia Federal na Operação Greenfield. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/juiz-federal-condena-eduardo-cunha-a-24-anos-de-prisao-por-desvios-na-caixa.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

²⁰ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bancada-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

constantes nos discursos dos votantes as invocações à Deus e à comunidades religiosas nas quais estavam vinculados (PRANDI; CARNEIRO, 2018; ALMEIDA, 2018).

Boa parte dos aliados de Dilma, que votaram contra o afastamento, buscou deixar claro que o processo se tratava de um golpe de Estado articulado pelos seus adversários. Assim como ocorre ao tratar da tomada do poder pelos militares em 1964 – fato que os apoiadores do regime nomeiam como uma revolução, e os grupos que se posicionam contra o regime dizem tratar-se de um golpe –, a queda de Dilma também gera controvérsias em relação à denominação do processo. Jinkings, por exemplo, contrária ao afastamento, trata do caso alegando que a presidenta “foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição” (2016, p. 12), e contou com apoio de uma mídia corporativista, em favor de uma elite financeira. Já os apoiadores do *impeachment* buscam se justificar nas “pedaladas fiscais” realizadas pelo governo Dilma, e se agarram aos argumentos jurídicos e constitucionais para assegurar que o processo de afastamento foi somente um ato de cumprimento da legislação vigente e do papel da justiça (NOGUEIRA, 2016).

Tendo assumido a presidência após a queda de Dilma, desde o início do mandato de Michel Temer, as taxas de aprovação do governo foram baixíssimas²¹, ocasionadas em partes pela adoção de uma série de medidas econômicas impopulares. Ao assumir o Palácio do Planalto, o então presidente tratou rapidamente de encampar uma pauta neoliberal, aprovando projetos como a proposta de congelamento dos gastos públicos²² e a reforma que promoveu a flexibilização das leis trabalhistas, considerada por muitos um retrocesso aos direitos dos trabalhadores²³. Além de medidas políticas que geraram o descontentamento da população, as investigações que apontaram o seu envolvimento em casos de corrupção pioraram sua

²¹ Pesquisa realizada em março de 2018 pelo IBOPE demonstra que apenas 5% da população consideram o governo de Temer como ótimo ou bom, enquanto 72% julgam ser ruim ou péssimo, sendo um dos presidentes com a maior taxa de rejeição da história brasileira. Informações disponíveis em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/governo-temer-tem-5-de-aprovacao-e-72-de-reprovacao-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

²² A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 congelou os gastos públicos por 20 anos, com prejuízos para investimentos, sobretudo, para as áreas da educação e saúde (RIDENTI, 2018), e foi chamada pelos opositores ao governo como “PEC do Fim do Mundo”, ao alegar que tais medidas afetarão principalmente as classes mais pobres da sociedade.

²³ Na proposta aprovada, constam alguns pontos, como possibilidade de aumento da jornada de trabalho diária, maior fragmentação do período de férias, trabalho intermitente, em que o trabalhador será pago somente pelo período em que trabalhar, como um tipo de prestador de serviços, e a redução do papel dos sindicatos na representação e negociação dos empregados juntos a seus empregadores. Para mais informações sobre o Projeto de Lei n. 38 de 2017 da Câmara Federal, que promove as alterações nas leis trabalhistas, consultar: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17728053#collapseInd>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

credibilidade²⁴. Aliado a isto, a crise econômica enfrentada pelo país e o alto número de desempregados contribuiu para a elevação do índice de rejeição do seu mandato.

Outro fator de destaque foi a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018²⁵, pela operação Lava Jato. A condenação foi realizada e seguida por grande polêmica, visto que as provas acatadas pelo judiciário foram consideradas por muitos como insuficientes para decidir pela condenação, além da prisão ter sido ordenada em segunda instância, fato que vai contra princípios constitucionais. A decisão foi entendida como arbitrária pelos apoiadores do ex-presidente, fruto da perseguição política por parte de seus adversários, que buscaram barrar a possibilidade de Lula disputar as eleições presidenciais de 2018, considerando o fato de que ele apresentava crescentes chances de reeleição (RIDENTI, 2018). Com a decisão de sua prisão, houve uma comoção em larga escala de seus eleitores e apoiadores, tanto nacional como internacionalmente, e Lula passou a ser considerado por este grupo como um preso político. Na cidade de Curitiba, onde o ex-presidente ficou preso, muitos militantes do PT e apoiadores do ex-presidente ficaram acampados próximos à sede da Polícia Federal em protesto contra sua prisão. Após 580 dias preso, o ex-presidente foi solto, em novembro de 2018, por decisão do Superior Tribunal Federal (STF), que acabou por derrubar por 6 votos a 5 a prisão em segunda instância, por entender como irregular a decisão tomada no ano anterior, abrindo possibilidade de libertação também para outros presos que se encontravam em situação análoga.

Nas eleições presidenciais de 2018, substituindo o ex-presidente Lula, tivemos Fernando Haddad (PT), ex-prefeito de São Paulo, que disputou o segundo turno das eleições presidenciais contra Jair Bolsonaro (PSL). Contribuindo com a agudização da polarização política da sociedade, tivemos o PT, desde o início da campanha eleitoral, como foco do ataque dos aliados do PSL e apoiadores de seu candidato à presidência. Ainda, o que se viu durante as campanhas eleitorais de 2018, em especial no segundo turno, foi uma multiplicação de notícias falsas, principalmente ligadas a pautas morais e religiosas, em que grupos políticos adversários ao PT e à esquerda divulgaram informações infundadas e distorcidas. Neste processo, as *fake news* ganharam espaço e assumiram, em muitos casos, o papel da verdade, o que fomentou ainda mais os conflitos já existentes.

²⁴ Michel Temer tem seu nome envolvido em 11 investigações diferentes, por duas vezes, em 2017, teve sua denúncia na Câmara dos deputados barrada por seus correligionários, evitando que as investigações fossem enviadas para julgamento do Supremo Tribunal Federal. Em março e maio 2019, sem contar com os benefícios jurídicos que o cargo de presidente lhe concedia, chegou a ter sua prisão preventiva decretada, mas foi solto em poucos dias. Informações sobre as investigações disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47662423>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

²⁵ O ex-presidente foi preso acusado de corrupção e lavagem de dinheiro em um caso envolvendo desvio de numerários da Petrobrás e suposta compra de um triplex, considerado parte do pagamento de propina a Lula.

Para apurar denúncias de *fake news* ocorridas durante as eleições, em setembro de 2019 foi instalada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), encarregada de investigar ataques cibernéticos, perfis e notícias falsas e assédio virtual nas redes sociais²⁶. Tamanho é o alcance e efeito das *fake news*, que há indícios de que o candidato à presidência eleito Jair Bolsonaro tenha utilizado de caixa 2, sob suspeita de que empresários teriam pago cerca de 12 milhões de reais para bancar a compra e distribuição de mensagens em massa contra seus adversários no segundo turno das eleições²⁷. Em desdobramentos mais recentes da CPMI das *fake news*, políticos, empresários, *youtubers* e membros do judiciário foram convidados e convocados para prestar esclarecimentos sobre as práticas de disseminação de mensagens na internet.

Tais notícias falsas têm sido construídas na internet por alguns canais da imprensa alternativa, marcada por forte viés ideológico, e que busca confrontar a imprensa tradicional (SPINELLI; SANTOS, 2018), além de produzir uma vasta quantidade de matérias com o intuito de atacar seus adversários. A facilidade para disseminação destes conteúdos tem tornado o processo de verificação dos fatos um desafio, tanto para o público que recebe tais notícias, como para os órgãos que visam evitar a veiculação destes conteúdos, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os canais de mídias sociais, como *Facebook* e *Twitter* (AVENDAÑO; BETIM, 2018). As *fake news* têm contribuído com a polarização e o ódio político, devido à agressividade de seu conteúdo, que pouco se importa com a veracidade, e induzem muitos de seus leitores à formação de opiniões com base em informações inverídicas (SPINELLI; SANTOS, 2018), mostrando-se uma ameaça ao sistema democrático.

Contexto semelhante ao nacional pode ser observado no Estado do Paraná, foco da presente pesquisa, local em que tem ocorrido igualmente conflitos políticos e sociais, os quais se fazem relevantes para a compreensão do cenário político estadual, e abarcam situações envolvendo os campos financeiro, educacional e do funcionalismo público, assim como casos de corrupção. O Estado foi governado por Beto Richa (PSDB) desde 2011, quando foi eleito no primeiro turno das eleições de 2010, tendo sido reeleito também no primeiro turno no ano de 2014. No final do seu primeiro mandato, era possível perceber indícios de uma crise que se instalava no Estado e já era sentida pela população, com cortes de serviços públicos e aumento

²⁶ Informações disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

²⁷ Maiores detalhes sobre as investigações envolvendo a compra ilícita de mensagens, que se encontra sob análise pela justiça eleitoral, disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/pt-quer-investigacao-da-campanha-de-bolsonaro-por-praticas-ilicitas/>>. Acesso em: 6 dez. 2019, e em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/18/haddad-organizacao-criminosa-bolsonaro-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

de impostos, problemas que se agudizaram, sobretudo, nos anos de 2015 e 2016 (FLACH; SCHLESENER, 2017). Logo no início do seu segundo mandato, Beto Richa passou a tomar uma série de medidas que comprometeram os direitos do funcionalismo público, com o argumento de melhorar o saneamento das contas públicas estaduais.

Com a finalidade de diminuir a saída de numerários do caixa do Estado, que havia fechado o ano de 2014 com um déficit de um bilhão de reais, em fevereiro de 2015, o governador enviou em regime de urgência para votação na Câmara dos deputados uma série de medidas que cortava direitos dos funcionários estaduais. Diante de tais propostas, diversos servidores, em sua maioria professores da Educação Básica e do Ensino Superior de todo o Estado, reuniram-se em protesto em frente ao prédio da ALEP no dia 12 de fevereiro de 2015, dia da votação, para evitar que os parlamentares adentrassem a Câmara, entrando em confronto com a polícia militar. Na ocasião, para conseguir adentrar a ALEP para votar as propostas do governo, um grupo de deputados apoiadores do governador protagonizaram um episódio que os tornou conhecido como a “Bancada do Camburão”²⁸. Para conseguirem participar da votação, os deputados utilizaram um carro do grupo de choque da polícia para atravessar a barreira formada pelos manifestantes. Com isso, ocuparam a câmara estadual e aprovaram o pacote de medidas enviadas pelo então governador.

No mês de abril do mesmo ano, o governador enviou para a ALEP uma proposta que alterou a origem do pagamento da aposentadoria de mais de 30 mil funcionários estaduais aposentados, que passaria do Fundo Financeiro, bancado pelo governo estadual, para o Paraná Previdência, custeado pela contribuição dos servidores²⁹. Revoltados com a proposta, professores e outros servidores estaduais entraram em greve, e muitos deles se concentraram na capital do estado para participar de protestos contra a aprovação do projeto. No dia 29 de abril, dia da votação da proposta pelos deputados estaduais, ocorreu uma das mais violentas repressões policiais contra manifestantes da história do Paraná. O governador ordenou que a polícia isolasse o local onde foi realizada a votação e não permitisse que nenhum manifestante acessasse o espaço (PONTES, 2015). Cerca de 20.000 pessoas foram até o Centro Cívico de Curitiba e participaram do protesto, sendo que mais de 200 ficaram feridas no confronto com a polícia, que agiu com extrema violência contra os professores (PONTES; ROCHA, 2018). O confronto gerou inúmeras críticas ao governo de Beto Richa, vindas de várias partes do país e

²⁸ Mais detalhes sobre as propostas do governo, sobre o confronto e a ação dos deputados disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/04/26/de-olho-na-bancada-do-camburao/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

²⁹ Para mais informações sobre a proposta do governo e o confronto entre manifestantes e Polícia Militar, consultar: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/professores-entram-em-confronto-com-pm-durante-votacao-na-alep.html>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

do exterior, por conta dos excessos cometidos pela polícia. Apesar dos confrontos e imensa mobilização dos servidores públicos na capital e por todo o estado, a proposta foi aprovada, com apoio da já conhecida “Bancada do Camburão”.

Além dos casos já apresentados envolvendo a figura do então governador Beto Richa, seu nome surgiu em seis investigações sobre casos de corrupção³⁰. O ex-governador se tornou réu em uma delas, em que é acusado de aplicação indevida de recursos da área da saúde, quando ainda era prefeito de Curitiba, em 2007. Por ter renunciado ao cargo de governador em março de 2018 para se candidatar ao senado, conforme determina a legislação eleitoral, Beto Richa perdeu seus direitos políticos e acabou preso em setembro de 2018, acusado de chefiar um esquema de fraudes em um programa de manutenção de estradas rurais, sendo solto poucos dias depois. Conforme apontavam pesquisas de intenção de voto dos paranaenses, ele era um dos favoritos a uma vaga ao senado, percentuais que decresceram desde sua prisão³¹ até as eleições do dia 7 de outubro, em que Beto Richa acabou por ocupar a sexta posição, não conseguindo votação suficiente para garantir sua vaga.

No que se refere ao embate eleitoral para o governo do Estado do Paraná, tivemos disputas não tão acaloradas como foram as presidenciais. Ao todo, foram 10 nomes concorrendo ao cargo, sendo que um deles, Ogier Buchi, do PSL, teve sua candidatura indeferida pelo TRE, em razão do não registro de seu nome pelo partido, o que tudo indica por se tratar de uma opção de Jair Bolsonaro em apoiar Ratinho Júnior, do Partido Social Democrático (PSD), candidato que apresentava melhores condições para ocupar o Palácio do Iguçu. Os dois principais nomes na corrida para o governo foram Ratinho Júnior, eleito no primeiro turno com 59,99% dos votos válidos, e Cida Borghetti, do Partido Progressista (PP), que ficou na segunda colocação, com 15,53% dos votos. Ambos os nomes haviam trabalhado juntos anteriormente, e compunham o grupo político que apoiou Beto Richa durante seus dois mandatos de governador (2011-2018). Cida foi sua vice-governadora durante seu segundo mandato, enquanto Ratinho Júnior foi seu Secretário de Desenvolvimento Urbano. Por conta do envolvimento que tiveram no governo anterior e das relações que estabeleceram com o ex-governador paranaense, cujo patrimônio político estava se esfacelando devido a denúncias de corrupção, dos cortes realizados em seus mandatos e da crise econômica do Estado, seus adversários procuraram demonstrar que os dois

³⁰ Outros detalhes sobre as operações que investigam o ex-governador Beto Richa disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/tudo-o-que-se-sabe-das-investigacoes-que-pesam-contra-beto-richa-3gp7yu3fkdyabzeeze7rwsze/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

³¹ Beto Richa foi preso novamente em janeiro e março de 2019, tendo seus pedidos de liberdade aceitos em ambos os casos após poucos dias de prisão. Maiores informações sobre a investigação que levou o ex-governador à prisão disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/04/04/ex-governador-beto-richa-deixa-a-prisao-pela-terceira-vez-no-parana.ghtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

candidatos eram herdeiros da política que havia se instalado no Estado. Algumas vezes, durante suas campanhas, os dois tiveram que responder a respeito da situação política e econômica na qual se encontrava o Estado, e sobre algumas ações polêmicas do ex-governador, em razão do envolvimento que possuíam.

Colocando-se como oposição ao governo de Beto Richa e seus apoiadores, João Arruda, então deputado federal do Paraná pelo MDB, também concorreu ao governo do estado, ficando na terceira colocação, com 13,19% dos votos, e pontuou uma série de críticas a seus opositores. Ocorre que o MDB, ao qual o candidato é filiado, é o partido do então presidente Michel Temer, acusado de golpista por vários grupos políticos que não concordam com os motivos que tiraram Dilma Rousseff da presidência. O mesmo João Arruda é sobrinho do senador Roberto Requião, também do MDB – o qual não conseguiu se reeleger nestas eleições, mas que pertence a um grupo dentro do partido que se posicionou contra o *impeachment*, e claramente contra Temer. Antes de lançar João Arruda para concorrer ao cargo de governador, o MDB aguardava a possível candidatura de Osmar Dias, do PDT, para então compor uma chapa com ele, que acabou desistindo de disputar as eleições para o governo estadual já no mês de agosto de 2018. Tais situações contribuíram para tornar o cenário político paranaense ainda mais intrincado, e deu novos moldes à corrida eleitoral de 2018 no Estado.

Além das questões político partidárias, o Paraná se destacou em todo país também por ocasião da ocupação das escolas públicas estaduais, tanto colégios como universidades, no ano de 2016, em razão da Medida Provisória 746, publicada em setembro do mesmo ano, a qual propunha a nível nacional a reforma do Ensino Médio, e a PEC de congelamento dos gastos públicos, que gera prejuízos para a educação de todo o país. Em poucos dias, foram ocupadas no estado cerca de 836 escolas, 14 universidades e 3 Núcleos Regionais de Educação, tendo o Paraná se tornado referência para que estudantes de outros estados também se articularassem, em uma movimentação estudantil até então nunca vista em solo paranaense (MORESCO, 2017; ROSSI, 2016). Paralelo ao movimento estudantil, foi deflagrada a greve dos servidores estaduais, “em razão do encaminhamento de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa para o não cumprimento legal em relação ao reajuste salarial e à data base da categoria” (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 176). Por conta da crise institucional e educacional observada no Estado, os movimentos de protesto ganharam força e apoio de diversos segmentos da sociedade, que também se apresentavam descontentes com a atuação dos governantes estaduais, mesmo que, principalmente a ocupação dos colégios, passaram a ser alvo de setores mais conservadores, que buscaram a todo momento deslegitimar as manifestações dos jovens e adolescentes (FLACH; SCHLESENER, 2017).

Percebemos, com base na breve contextualização realizada sobre o cenário político nacional e estadual, que os anos que antecederam as eleições de 2018 foram marcados por intensos debates, polêmicas, confrontos e jogadas políticas – muitos outros casos não possíveis de abordar aqui – que de certa forma contribuíram para polarizar cada vez mais a sociedade. Considerando os embates já existentes travados entre diferentes grupos políticos, as eleições de 2018 se apresentavam como um evento um tanto imprevisível, marcadas por tensões e incertezas, em que um grande número de brasileiros se mostrou intensamente envolvidos, como em raras vezes se viu até hoje no Brasil.

2.2 Levantando a empiria

Disputando cerca de 7,9 milhões de votos no Estado do Paraná, os candidatos à Assembleia Legislativa concorreram a 54 vagas, sendo que 33 delas ficaram a cargo de deputados que foram reeleitos, e 21 foram ocupadas por novos nomes (Apêndice I). Metade das vagas para a ALEP ficaram concentradas em 5 partidos, sendo que o que conquistou o maior número de cadeiras na Câmara Estadual foi o PSL, com 8 deputados. Na sequência, o PSD assegurou 6 vagas, seguido pelo PSB, com 5 vagas, e pelo PT e o PSC, ambos com 4 vagas cada. As outras 27 vagas ficaram distribuídas entre 15 partidos (Tabela 1). Vale lembrar que alguns deputados eleitos foram nomeados para secretarias do governo de Ratinho Júnior, alterando a composição da câmara legislativa estadual.

Tabela 1: Candidatos eleitos para a ALEP em 2018 por partido

Partido	Número de candidatos eleitos
PSL	8
PSD	6
PSB	5
PSC	4
PT	4
PP	3
PPS	3
PSDB	3
DEM	2
MDB	2
PDT	2
PR	2
PROS	2
PV	2
PMN	1
Podemos	1
PPL	1
PRB	1
PRTB	1

PTB	1
Total	54

Fonte: Dados da pesquisa.

A grande novidade para a ALEP em 2018, assim como em todo o cenário político brasileiro, foi o PSL, que demonstrou um crescimento considerável em comparação às eleições de 2014, quando elegeu apenas 1 deputado estadual. Tal sucesso do partido nas eleições de 2018 pode ser verificado em outros estados, e também para os demais cargos disputados no pleito, catapultados pela candidatura exitosa do presidente eleito pelo mesmo partido, Jair Bolsonaro. Para a Câmara Federal, por exemplo, os congressistas filiados ao PSL passaram de 16, eleitos em 2014, para 76, eleitos em 2018. Já o PSD, partido do candidato ao governo do estado, Ratinho Júnior, eleito ainda no primeiro turno das eleições, mesmo sendo um dos partidos que mais elegeu parlamentares em 2018 no âmbito paranaense, perdeu espaço na ALEP, passando de 11 cadeiras ocupadas na gestão 2015-2018 para 6 na gestão 2019-2022.

Neste jogo de forças políticas, notamos que algumas campanhas – como, por exemplo, aquelas de candidatos do PSL – foram construídas escoradas em questões do âmbito nacional, tais como o *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula, ou então em apoio ao candidato eleito Jair Bolsonaro, que utilizou o combate à corrupção como uma de suas principais bandeiras, principalmente dos casos envolvendo os governos do PT, bem como em uma suposta luta moral contra a “ameaça” comunista, representada pela esquerda, duramente atacada pelo presidencialismo e seus apoiadores. Outras campanhas, ainda, deram destaque e demonstraram apoio ao candidato para o governo paranaense Ratinho Júnior, de forma a explicitar um possível trabalho em conjunto.

Em meio a este contexto político, tendo como problemática as discussões que giram em torno da imbricação entre os campos da religião e da política, e com o objetivo de analisar as campanhas eleitorais de religiosos evangélicos para a ALEP do ano de 2018, temos como corpus empírico desta dissertação os materiais de campanha publicizados via mídia social *Facebook*. Esta mídia foi escolhida, dentre outras como *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*, por conta do grande volume de candidatos a deputado estadual que utilizaram deste meio como veículo para a realização de suas campanhas, além do alto número de usuários que apresenta em solo brasileiro – cerca de 127 milhões³². Além deste fator, percebemos que boa parte do

³² O Brasil é um dos 5 países no mundo com maior número de usuários do *Facebook*, com aproximadamente 127 milhões de contas ativas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019. O *Twitter* possui cerca de 41 milhões de usuários, sendo que o Brasil é o segundo país que mais utiliza esta mídia. Disponível em: <<http://ecmetrics.com/pt/o-brasil-e-o-segundo-colocado-em-numero-de-usuarios-do-twitter/>>. Acesso em: 6 dez.

material impresso, como os populares santinhos e os *flyers*, e os vídeos gravados para divulgação no HGPE, são também reproduzidos no *Facebook*, abarcando desta forma uma gama diversificada e ampla de materiais que circula em outros ambientes e de outras maneiras.

Para o levantamento de dados, a investigação contou com o apoio de demais membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Unespar, campus de Campo Mourão, ao qual esta pesquisa está vinculada. O presente trabalho é parte de um projeto maior, em que o grupo já tem atuado no acompanhamento de campanhas eleitorais em pleitos anteriores, tanto em nível estadual como municipal, sendo o eixo religião-política uma das principais temáticas de interesse do grupo.

No primeiro momento da pesquisa, que teve início de forma mais sistemática ainda em janeiro de 2018, foi realizado o acompanhamento dos pré-candidatos e possíveis nomes que concorreriam a uma vaga à ALEP, bem como as movimentações políticas que diziam respeito a outros cargos, tanto em nível estadual como nacional. Acompanhamos, por exemplo, os deputados que se candidataram à reeleição para a ALEP e demais nomes que demonstravam aspiração ao cargo, além das articulações políticas que tiveram seu desenrolar em períodos anteriores ao pleito. A partir do mês de julho, com as convenções partidárias, passamos a refinar nossas buscas, e acompanhamos as primeiras manifestações dos candidatos em relação à política, por meio de mídias sociais e sites de notícias, principalmente de abrangência regional e estadual. Posteriormente, no período inicial das campanhas eleitorais, autorizadas a partir do dia 16 de agosto em material impresso e na internet, procedemos o levantamento dos nomes dos candidatos e a busca dos mesmos no *Facebook*, a partir da lista de candidaturas divulgadas no site do TSE, onde constavam 766 nomes³³. Investigamos, na ocasião, o acionamento de elementos religiosos no material de campanha de cada um dos registros protocolados, e procedemos à identificação dos candidatos que possuíam vinculação evangélica e que utilizaram o *Facebook* como instrumento de campanha eleitoral.

Com o trabalho inicial, foram identificados um total de 140 candidatos que acionaram, direta ou indiretamente, elementos do campo religioso – católicos, evangélicos, religiões de matriz afro-brasileira e outros que não deixaram clara sua vinculação religiosa –, seja por meio de conteúdo postado, apoio das religiões, ou mesmo da utilização dos nomes de urna com titulações como: Pastor, Missionário, Irmão, Bispo, Padre, Apóstolo. Nesta primeira

2019. Já o *Instagram* conta com cerca de 50 milhões de usuários ativos no Brasil, segundo país do mundo que mais o utiliza. Disponível em: <<https://bit.ly/37fOPu8>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

³³ Tomamos por base os 766 registros de candidatura que constavam no site do TSE até o dia 6 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/PR/candidatos>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

abordagem, não conseguimos identificar a ligação direta de 60 candidatos a uma denominação religiosa específica, visto que o material apresentava conteúdo com menção a Deus, a passagens bíblicas, pautas morais, sem apresentar referência a uma Igreja, ou então, como ocorreu em alguns casos com pastores, notamos o trânsito dos mesmos em celebrações de diferentes igrejas, mas sem uma que se mostrasse como a principal. Além destes, tivemos um total de 34 católicos, 2 pertencentes a religiões de matriz afro-brasileira, e outros 44 distribuídos entre 22 igrejas evangélicas diferentes, sendo a maioria vinculada à AD, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Total de candidatos por religião que acionaram elementos religiosos na campanha à ALEP em 2018

Denominação religiosa	Quantidade de candidatos
Religiões Afro	2
Igreja Católica	34
Igreja Assembleia de Deus	14
Igreja Batista	5
Igreja do Evangelho Quadrangular	3
Igreja Adventista do Sétimo Dia	3
Igreja Congregação Cristã no Brasil	2
Igreja Comunhão Cristã Abba	1
Igreja Comunidade Evangélica Firme na Rocha	1
Igreja Evangélica Pentecostal Unidos para Cristo	1
Igreja Evangélica Renascer	1
Igreja Evangélica Sonhos de Deus	1
Igreja Internacional da Graça de Deus	1
Igreja Irmãos Menonitas	1
Igreja Metodista Wesleyana	1
Igreja Mundial do Poder de Deus	1
Igreja O Brasil Para Cristo	1
Igreja Pentecostal Só Jesus é a Verdade	1
Igreja Presbiteriana	1
Igreja Presbiteriana Renovada	1
Igreja Sara a Nossa Terra	1
Igreja Só O Senhor é Deus	1
Igreja Universal do Reino de Deus	1
Igreja Vida Plena	1
Não Identificado	60
Total de candidatos	140

Fonte: Dados da pesquisa.

Após uma análise inicial do material de campanha dos 140 candidatos previamente identificados, em razão do foco da pesquisa nos evangélicos, excluímos os que demonstraram ligação ou referência ao catolicismo e a religiões de matriz afro-brasileira. Na sequência, fizemos uma triagem em que refinamos nossa pesquisa para um total de 41 pleiteantes (Tabela 3), os quais recorreram de forma mais intensa e explícita a elementos religiosos, e aqueles que apresentaram seu nome de urna com titulação religiosa. Juntamente com demais membros do

Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, realizamos o acompanhamento das campanhas dos 41 selecionados, sendo que a coleta de dados se deu a partir das postagens do dia 20 de julho de 2018, data que abrange o período inicial das convenções partidárias e que já constavam algumas manifestações políticas.

Nas páginas e perfis do *Facebook*, coletamos materiais que apresentaram relação com a política e a religião, como vídeos, fotos, textos, *jingles*, *lives*, “memes”, entre outras publicações, tanto de produção dos pleiteantes como compartilhamentos de outros perfis e páginas, além de demais sites de notícias que ajudavam a compreender o perfil dos candidatos. Todo o material coletado foi salvo tanto em dispositivos físicos de armazenamento, computadores e HD externo, como em uma conta em um site de hospedagem na nuvem, passando assim a compor o acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, e se encontra à disposição para consulta dos envolvidos na investigação. A fonte dos dados aqui analisados, embora tenham sido coletados do *Facebook* dos candidatos (Apêndice II), uma mídia social pública, estão todas sob a guarda do referido grupo de pesquisa, visto que alguns dos perfis e páginas que acompanhamos, bem como algumas das publicações, já foram excluídos da mídia social.

Tabela 3: Candidatos evangélicos que acionaram com maior intensidade elementos religiosos durante a campanha eleitoral da ALEP em 2018

Nome Urna	Partido	Denominação	Votação	Situação
Wagner Vivian	PRTB	Igreja Adventista do Sétimo Dia	569	Suplente
Adalmo Alves	PRTB	Igreja Assembleia de Deus	1.585	Suplente
Apóstolo Gilmar Carvalho	PSL	Igreja Assembleia de Deus	619	Suplente
Bill Pastéis	PSL	Igreja Assembleia de Deus	3.596	Suplente
Cantora Mara Lima ³⁴	PSC	Igreja Assembleia de Deus	33.866	Suplente
Carla Pimentel	PSC	Igreja Assembleia de Deus	8.495	Suplente
Damasceno Junior	DC	Igreja Assembleia de Deus	937	Suplente
Denilson Caleran	PDT	Igreja Assembleia de Deus	3.713	Suplente
Misael Pereira Junior	PSC	Igreja Assembleia de Deus	12.195	Suplente
Noemia Rocha	MDB	Igreja Assembleia de Deus	10.442	Suplente
Oziel Rodrigues	PPS	Igreja Assembleia de Deus	1.020	Suplente
Pastor Luciano Baruk	Podemos	Igreja Assembleia de Deus	241	Suplente
Pr Luiz Alsione / O Mascara	PSC	Igreja Assembleia de Deus	5.210	Suplente
Pastor Sandro Martins	PV	Igreja Batista	5.148	Suplente
Professor Luiz Arnaldo	PR	Igreja Batista	1.675	Suplente
Karl Dietz	PR	Igreja Comunhão Cristã Abba	3.650	Suplente

³⁴ Após a nomeação de Márcio Nunes, eleito deputado estadual em 2018 pelo PSD, para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo do governo de Ratinho Júnior, Cantora Mara Lima assumiu uma cadeira na câmara legislativa, chegando assim ao seu terceiro mandato consecutivo.

Pastora Tatiane Galvão	PRB	Igreja Comunidade Evangélica Firme na Rocha	285	Suplente
Gilson De Souza	PSC	Igreja do Evangelho Quadrangular	46.116	Reeleito
Pastor Adão	PRTB	Igreja Evangélica Renascer	301	Suplente
Dra. Andreza Albuquerque	PSD	Igreja Internacional da Graça de Deus	11.166	Suplente
Pastor João Dos Anjos	PRTB	Igreja Irmãos Menonitas	657	Suplente
Missionário Ricardo Arruda	PSL	Igreja Mundial do Poder de Deus	27.574	Reeleito
Ezequias Barros	PRP	Igreja O Brasil Para Cristo	12.714	Suplente
Pastor Alessio Violato	PSL	Igreja Pentecostal Só Jesus é a Verdade	2.230	Suplente
Ed Claudio Cruz - Claudinho	PSL	Igreja Só O Senhor é Deus	1.115	Suplente
Alexandre Amaro	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus	49.565	Eleito
Samuel Pinheiro	PRB	Igreja Vida Plena	5.885	Suplente
Delegado Jacovos	PR	Não identificado	61.310	Eleito
Elizeu Liberato	PR	Não identificado	7.819	Suplente
Galo	Podemos	Não identificado	26.210	Eleito
Joao Geraldo Barros	PSC	Não identificado	4.141	Suplente
João Mendonca	MDB	Não identificado	3.832	Suplente
Marco Zilio	Solidariedade	Não identificado	1.194	Suplente
Marquinhos Roque	Podemos	Não identificado	13.051	Suplente
Pastor Silvio Toshio	PRTB	Não identificado	2.985	Suplente
Pastor Wellington Dias	PRTB	Não identificado	109	Suplente
Rosângela Silveira	PSC	Não identificado	632	Suplente
Soldado Fruet	PROS	Não identificado	35.231	Eleito
Vandeli Lima	PP	Não identificado	356	Suplente
Vava Locutor/Fisioterapeuta	PRP	Não identificado	397	Suplente
Ze Luiz	PSD	Não identificado	1.059	Suplente

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a coleta do material de campanha dos candidatos listados, realizamos a organização e tabulação da empiria coletada. Por meio de tabelas do Excel, registramos informações como a data da postagem, do tipo – se foto ou vídeo –, o endereço eletrônico para acesso, e a descrição do conteúdo dos materiais. Este trabalho possibilitou uma primeira entrada nos dados, com uma noção do volume de informações e dos tipos de material mais recorrentes na campanha de cada um dos selecionados, bem como o teor das mensagens postadas por cada um dos candidatos. Com o material organizado, identificamos as postagens que trataram da questão familiar em suas campanhas eleitorais e de outros temas que surgiram a partir da ideia de preservação da família cristã.

Conforme dados da Tabela 3, a denominação com o maior número de pleiteantes selecionados para nossa pesquisa foi a AD, com 12 candidatos, seguido pela IB, com 2, e distribuídos em outras 13 Igrejas, cada uma com 1, além de 14 com vinculação não identificada. Os 41 pleiteantes estavam divididos entre 16 partidos, sendo que 6 deles concentraram 28

candidaturas. Entre estes partidos, destacamos o PSC, com 7 candidatos, dos quais 1 conseguiu a reeleição, e uma foi empossada na vaga de um deputado que assumiu um cargo no governo estadual. Já o PRTB, mesmo não tendo eleito nenhum candidato, levou ao pleito 6 concorrentes. Com 5 candidatos, tivemos o PSL, tendo 1 deputado reeleito. Com 4 pleiteantes, o PR também elegeu 1 deputado. Tanto o PRB quanto o Podemos, ambos com 3 candidatos cada, conseguiram eleger cada qual 1 deputado. Os outros 13 candidatos ficaram distribuídos entre 10 partidos, sendo que o PROS também elegeu 1 deputado, totalizando, entre os selecionados, 3 reeleitos e 4 eleitos. Ao todo, os candidatos em questão conquistaram um total de 408.895 votos, com uma média de 9.973, sendo que os 5 mais votados obtiveram 226.088, enquanto os 5 com menor votação conquistaram apenas 1.292.

Entre estes candidatos filtrados para nossa pesquisa, pudemos identificar certa similaridade e proximidade no que diz respeito ao posicionamento dos mesmos em relação a pautas morais e posições políticas. Diante disso, com base no universo empírico recortado, apresentamos na sequência algumas características que permearam as candidaturas dos políticos selecionados, os quais, como veremos, reclamaram para si o papel de garantidores e restauradores da moral cristã.

2.3 Atendendo ao “chamado de Deus”: candidatos evangélicos em missão pela moralidade e pelos valores cristãos

Entre as centenas de candidatos que disputaram uma vaga na ALEP em 2018, os evangélicos selecionados para nossa pesquisa, apresentados no tópico 2.2, destacaram-se por se autoproclamar responsáveis por restaurar os “valores perdidos” em nossa sociedade. Seguindo esta assertiva, e buscando traçar um perfil dos políticos evangélicos aqui analisados, neste tópico, nosso foco é evidenciar como os pleiteantes se colocaram em um tipo de missão religiosa, como guardiões e fonte de moralidade, em defesa dos preceitos cristãos no campo político, bem como as formas que trataram os grupos opositores.

Para justificarem sua participação na política institucionalizada, os discursos dos candidatos foram, em partes, embasados em princípios bíblicos e narrativas que giraram em torno do ideal de “purificação” da política. Como exemplo deste tipo de argumento, temos o trecho bíblico retirado de Provérbios 29:2 – uma passagem recorrente entre as falas e publicações dos candidatos pesquisados – que diz o seguinte: “quando os justos governam, alegra-se o povo, mas quando o ímpio domina, o povo geme” (BÍBLIA SAGRADA, 2013). Nestes casos, os pleiteantes buscaram apresentar as pessoas vinculadas à igreja como fonte de honestidade, como sendo elas os justos de que trata o excerto do livro sagrado para os cristãos.

Seguindo esta mesma linha de fundamentos, a candidata Cantora Mara Lima coloca como uma de suas pautas de campanha o seguinte: “para os princípios bíblicos serem defendidos” (Imagem 1), comprometendo-se a salvaguardar a Bíblia como um livro de regramento social, o qual deve ser preservado.

Imagem 1: Cantora Mara Lima: Em defesa dos princípios bíblicos



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 2: Carla Pimentel: Importância da relação entre religião e política



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Buscando demonstrar a importância de estreitar as relações entre religião e política, a candidata Carla Pimentel publicou em seu perfil uma imagem com uma frase de Charles Spurgeon – antigo pregador da IB do século XIX – que diz: “só os tolos acreditam que política e religião não se discutem. Por isso os ladrões permanecem no poder e os falsos profetas continuam a pregar” (Imagem 2). O trecho trata como tolos aqueles que pensam que tal relação não deve existir, e afirma que este afastamento seria uma das causas da corrupção política.

O que se percebe é que a presença religiosa na política, segundo os candidatos, tornou-se necessária para que se promova o combate à corrupção no país, em razão dos inúmeros casos desvelados na política brasileira nas últimas décadas, mesmo que em várias delas parlamentares declaradamente religiosos tenham sido acusados e condenados³⁵. Além desta justificativa, tivemos a emergência do discurso em torno da ideia de “renovação”, que pudemos observar no

³⁵ Como exemplo, temos o caso do ex-presidente da Câmara dos deputados federais, Eduardo Cunha, membro e um dos representantes da AD no Congresso Nacional e filiado ao MDB, o qual foi preso em 2016 e condenado por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas pela operação Lava Jato. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/juiz-federal-condena-eduardo-cunha-a-24-anos-de-prisao-por-desvios-na-caixa.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2019. No Estado do Paraná, temos o caso do ex-deputado estadual Pastor Edson Prackzyk, representante oficial da IURD e filiado ao PRB que esteve envolvido em denúncias de casos de corrupção. No processo em questão, ele foi acusado de empregar funcionários fantasmas entre os anos de 2000 e 2004, entre eles parentes e pastores da própria IURD.

pleito de 2018, a qual esteve atrelada a uma narrativa de moralização e “luta contra o mal”, este último representado pelo antipetismo.

Baseados em tais prerrogativas e na tentativa de mobilizar o voto evangélico, a ideia de que “irmão vota em irmão” – que se tornou conhecida ainda na década de 1980 com a entrada evangélica na política do país de forma articulada (MARIANO, 2009; PRANDI; SANTOS, 2017) – fez-se presente nas campanhas estaduais paranaenses de 2018, sendo apresentada de forma declarada, por exemplo, no material do candidato Eliseu Liberato, ao compartilhar um vídeo do Jornalista Ricardo Azevedo, que afirmou que “cristão vota em cristão” e que defende a mobilização dos cristãos para colocar seus pares na política. De forma semelhante, na legenda de uma de suas publicações, o candidato Bill Pastéis afirmou: “esta é nossa oportunidade, vamos votar consciente, em pessoas honestas e justas, a igreja de Cristo precisa mostrar sua força”. O que percebemos é uma tentativa de “purificação” do espaço público, processo que, para os candidatos evangélicos, ocorreria por meio da ocupação e introdução de práticas e valores religiosos na política institucionalizada.

Ao tratar da participação dos evangélicos no período eleitoral e suas intenções em adentrar a política institucionalizada, os estudos de Campos destacam o seguinte:

Pressupomos que a mentalidade escondida por detrás desse slogan “governo dos justos” quer afirmar o seguinte: os rumos da política brasileira só irão mudar quando o país se conscientizar da importância de uma ação política regulada pelos “planos de Deus” expressos na Bíblia, considerada por eles a “revelação escrita”, interpretada, compreendida e complementada por “revelações especiais” (CAMPOS, 2013, p. 66).

Estas supostas revelações seriam feitas privilegiadamente, conforme relata o autor, à membresia do corpo sacerdotal religioso, daí a importância de se eleger pessoas ligadas diretamente à hierarquia das Igrejas, como pastores, missionários, bispos, apóstolos, entre outros membros. Ao abordar questões políticas como um assunto religioso, são ignorados fatores como formação dos candidatos, sua capacidade de gerir a coisa pública e de atuar em um cargo político, a única exigência é que a bandeira cristã seja levantada, de forma que estes “planos de Deus” possam ser postos em prática.

Ainda tratando da imbricação entre religião e política, a candidata Cantora Mara Lima publicou um vídeo de entrevista do Pastor Silas Malafaia, em que o mesmo afirma que “o estado é laico, mas não é laicista. [...] Como é que eu que sou cristão não posso ser cristão na política”. Afirmações como esta, em defesa da interferência religiosa nas ações políticas, segundo Campos (2013, p. 77), ocorrem porque “na ótica dos evangélicos, o Brasil é um país doente e

que necessita de uma intervenção divina”, sendo assim, a cura deste suposto mal passaria pelo crivo e tratamento cristão. Atrelado a esta interpretação social pouco secular, o que podemos notar é um incentivo aos cristãos para que integrem os quadros políticos do país, assim como, durante as campanhas eleitorais, um deslocamento e alinhamento deste tipo de discurso para os posicionamentos e defesas feitas pelos candidatos, que é justificado juridicamente pelo princípio constitucional de liberdade religiosa (MONTERO, 2006).

Aliado a tais discursos, em vários âmbitos da esfera pública – como nas mídias sociais digitais –, a presença religiosa evangélica, além de grupos extremistas que surgiram nos últimos anos, vem sendo marcada pelo posicionamento moralmente conservador, especialmente no que tange a assuntos ligados à sexualidade, aborto, drogas, defesa da família e direitos humanos. Podemos trazer como exemplo o candidato Missionário Ricardo Arruda, que tomou posição e afirmou em uma de suas publicações: “temos uma posição bem definida, somos direita conservadora, defendemos os valores da família”. Vale salientar que, embora haja uma tendência dos sujeitos da nossa pesquisa para este horizonte, o qual estamos considerando como conservadorismo, temos ciência de que entre os evangélicos coexistem posicionamentos heterogêneos a respeito de pautas morais.

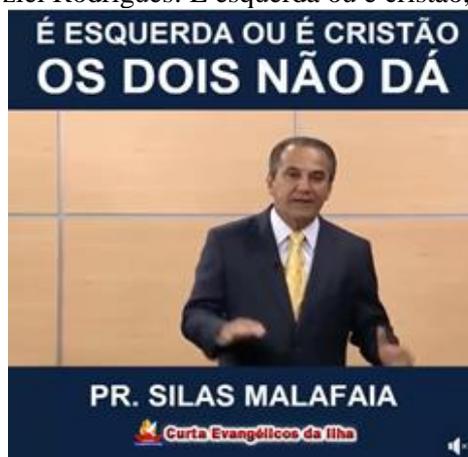
No interior da política institucionalizada, alinhada à postura de restrição de direitos, temos, a partir dos anos de 2010, um conservadorismo moral que passa a se acentuar na atuação da FPE, que se coloca como “primado moral” da nação (TADVALD, 2015, p. 260), e toma como foco de debate a “defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e homossexuais” (CUNHA, 2017b, p. 254). Neste jogo de forças, os evangélicos se tornaram protagonistas desta disputa pela definição dos preceitos moralizantes que visa, sobretudo, a defesa do núcleo familiar patriarcal e o controle rígido dos corpos, em um processo que perpassa a área da educação para promover o adestramento dos comportamentos individuais.

Nesta “batalha” contra a corrupção e a favor da moralidade cristã, além dos grupos minoritários, já citados, que buscam romper com a barreira da família tradicional, o PT é também considerado pelos grupos conservadores como um inimigo a ser repellido. O referido partido é considerado uma das expressões do comunismo no Brasil, tanto por suas políticas sociais voltadas para grupos economicamente desfavorecidos, como “por ter aberto o caminho para a ampliação de direitos das mulheres e LGBTIs quando assumiu o poder executivo nacional em 2003” (CUNHA, 2017b, p. 255), tendo possibilitado a ascensão de grupos até então marginalizados, e que passaram a ecoar suas vozes no âmbito público. Além do PT, os demais partidos considerados pela extrema direita como pertencentes à esquerda política do país foram

alvo de ataques, sendo acusados por desvirtuarem valores ligados a doutrinas cristãs, difundindo o que Mariano (2016, p. 721) ressalta ser “concepções de batalha e guerra espiritual”. A tentativa destes candidatos foi de reforçar a ideia construída há décadas e apoiada por várias Igrejas evangélicas, em especial a partir do período militar iniciado em 1964 no Brasil (MARIANO, 2009), de que o comunismo seria uma “ameaça” à sociedade, e que coloca em risco os valores cristãos e os moldes familiares tradicionais, configurando-se, assim, um mal a ser combatido.

Seguindo estas premissas, tivemos durante o período eleitoral, por parte de alguns candidatos, uma busca por demonizar a noção de comunismo, e de afastar os eleitores cristãos, em especial os evangélicos, de votarem em candidatos ligados a esta expressão política, como podemos perceber na Imagem 3. Este processo, segundo Ab’Sáber (2018), embora exista há décadas no Brasil, foi acionado com intensidade novamente durante os últimos anos do governo petista, em que a oposição ao então governo buscou forjar sob o PT a imagem do mal representado pelo comunismo.

Imagem 3: Oziel Rodrigues: É esquerda ou é cristão, os dois não dá



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Nesta guerra inventada, alguns grupos evangélicos estão inseridos como combatentes, sendo necessário escolher entre ser cristão ou ser de esquerda. Procurando reafirmar esta oposição, o Pastor Silas Malafaia, em vídeo publicado pelo candidato Oziel Rodrigues em sua página no *Facebook*, afirmou que “é esquerda ou é cristão, os dois não dá” (Imagem 3), incentivando o voto em partidos políticos da direita e seus representantes. Em meio a esta “batalha”, estes empreendedores morais buscam instalar o medo, que faz do diferente um inimigo, e incentivam pessoas a participarem de uma espécie de “cruzada moral” (MISKOLCI,

2018, p. 3). Ou seja, a esquerda é representada pelos religiosos de modo que suas doutrinas ideológicas seriam incompatíveis com os preceitos cristãos, e por isso deveriam ser sufocadas.

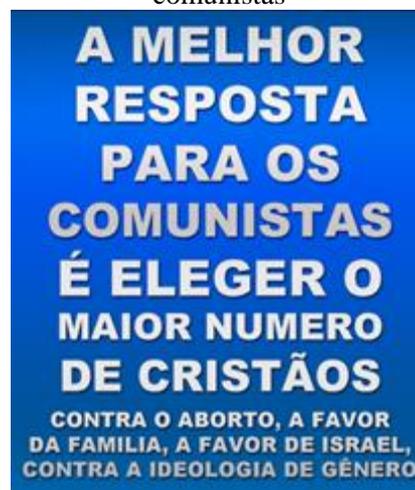
Esta forma de entender a esquerda é reforçada por afirmações um tanto agressivas, se pensarmos a partir do ponto de vista religioso cristão, como a apresentada pelo candidato Pastor Alessio Violato, que recorreu ao posicionamento de uma figura conhecida da Igreja Católica, Padre Cícero, para ressaltar algo que aparentemente acredita: as relações estreitas entre comunismo e o diabo. Na publicação compartilhada pelo pleiteante (Imagem 4), o texto atribuído ao religioso católico diz que “o comunismo foi fundado pelo demônio. Satanás é seu chefe e a disseminação de sua doutrina é a guerra contra Deus”. Satanás é seu chefe e a disseminação de sua doutrina é a guerra contra Deus”.

Imagem 4: Pastor Alessio Violato: Padre Cícero contra os comunistas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 5: Pastor Luciano Baruk: Resposta aos comunistas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Para combater este suposto mal, colocado como responsável por todas as mazelas pelas quais passa o país, a solução para os problemas causados por este sistema, conforme proposto em publicação do candidato Pastor Luciano Baruk, seria eleger o maior número possível de cristãos (Imagem 5). Contudo, ao realizar ataques ao suposto sistema comunista que estaria vigente no país, desconsidera-se a conjuntura econômica e social existente há anos no Brasil, que não estão ligadas a ações que têm por base teorias comunistas (AB’SÁBER, 2018). Aqui, mais uma vez, os candidatos evangélicos são retratados como depósito de hombridade e ordem, apresentados como a salvação do país, e, em contrapartida, desclassificam tudo e todos que estejam em uma posição política oposta às suas.

Em uma destas investidas contra a esquerda, o candidato Missionário Ricardo Arruda afirmou em uma de suas *lives* que “esses partidos ligados à esquerda comunista fazem tudo

contrário ao que é correto, ao que a palavra de Deus diz, ao que as famílias pregam”. A posição apresentada demonstra uma generalização radical, realizada por alguns grupos conservadores, a respeito das posições assumidas pelos partidos considerados de esquerda. Tais partidos, em sua maioria, apoiam as lutas pela ampliação dos direitos humanos, em especial da população das camadas populares, mas, na prática, nem sempre seguem como norteadora teorias comunistas e socialistas, e em alguns casos, ao se tratar da área econômica, por exemplo, aproximam-se das políticas neoliberais.

Estes tipos de ataques aos adversários, como aqui elencados, são uma expressão do movimento fundamentalista religioso que, para Berger (2017, p. 34), “é um esforço para restaurar a certeza ameaçada”. Este movimento despontou nas últimas décadas no Brasil, em partes, ocasionado pelo “medo e a ansiedade diante das ameaças diversificadas que pesam sobre o futuro do planeta, mas também a insegurança face à carência de horizontes e à perda de sentido da existência” (TEIXEIRA, 2007, p. 10). Aproveitando-se deste cenário de inseguranças que despontam em diversos aspectos da vida humana, os candidatos atuaram utilizando, em alguns casos, de linguajar religioso, voltados para temas que sensibilizam as pessoas, como é o caso da defesa da vida e da família.

* * *

Inseridos em um panorama político de oscilações e hesitações, as campanhas para a ALEP de 2018 fizeram parte de um movimento amplo de disputas entre setores políticos e ideológicos brasileiros. Ao tratar do cenário político do país, buscamos apresentar alguns dos fatores que consideramos relevantes nos últimos anos – tarefa difícil em meio a inúmeros acontecimentos – para se compreender como se constituiu o contexto em que esteve inserida as eleições aqui analisadas. No Estado do Paraná, não diferente do que observamos no Brasil, uma série de implicações também contribuíram para tornar o período das eleições um momento de tensão e movimentação social. Desta forma, a escolha pelo acompanhamento das campanhas dos candidatos evangélicos como objeto de pesquisa esteve conectada a toda a complexidade que observamos neste quadro mais amplo, sendo o comportamento dos próprios pleiteantes influenciado por suas motivações religiosas.

Colocando-se diante dos eleitores como protetores da sociedade e na tarefa de restaurar os valores perdidos, os candidatos evangélicos tanto reclamaram seu papel de cristãos em missão, como promoveram ataques desqualificando os grupos entendidos como inimigos – como feministas e LGBT`s. Assim como grupos evangélicos conservadores, os candidatos, para

elaborarem seus discursos, muitas vezes, elegeram inimigos a serem demonizados e profanados. Em meio a este processo “desqualificam moralmente os oponentes e estigmatizam suas posições, suas preferências e seus modos de vida” (MARIANO, 2016, p. 721-722), dando voz para ações e narrativas que contribuem com o aumento da polarização social e até mesmo de práticas violentas, sejam elas físicas ou simbólicas, acometendo e fomentando um pânico de ordem moral.

Ao reivindicarem sua função moralizadora, os candidatos buscaram impor como basilares seus princípios religiosos para tratar de temas diversos que deveriam ser pensados por especialistas em cada área, e não por reacionários evangélicos. Conforme veremos no próximo capítulo, seja para tratar de assuntos ligados à educação e violência sexual, como o ESP e a “ideologia de gênero”, seja para abordar questões sociais e de saúde pública, como aborto e consumo de drogas, os valores cristãos são invocados, enquanto se marginaliza reflexões científicas e determinados direitos humanos.

CAPÍTULO 3

“PARA A SUA FAMÍLIA ESTAR PROTEGIDA”: CANDIDATOS EVANGÉLICOS EM MISSÃO PELA PRESERVAÇÃO DA FAMÍLIA TRADICIONAL

Motivados por uma suposta “luta contra o mal”, o que se percebe no campo político brasileiro nos últimos anos é uma concorrência entre grupos evangélicos, católicos e grupos não ligados a tais segmentos religiosos para inscrever e impor legalmente seus valores à população. Nesta disputa, se destacam os grupos moralmente conservadores, em que se enquadram os evangélicos sujeitos da nossa pesquisa, que buscam, por várias vias – como a política institucional e as mídias – abordar temas como da educação, da sexualidade, do aborto e das drogas, considerados primordiais para a ordem social e que devem ser preservados pela e na família tradicional patriarcal.

Ancorados no ideal de defesa da família, conforme destaca Machado, “verifica-se neste início de século uma acirrada disputa de sentidos em torno da vida e da sexualidade humana entre as ideologias de matriz cristã e as de caráter secular, como as dos movimentos feministas e pela diversidade sexual” (2012, p. 49). Mariano e Gerardi também apontam que a esfera pública, nos últimos anos, foi invadida por embates no campo cultural e moral, assim como por “lutas intensas entre valores religiosos e seculares” (2019, p. 74). Desta motivação por conquistas no campo moral deriva, pela via da política institucional, a busca religiosa por ter seus projetos reconhecidos na forma de lei, recebendo com isso reconhecimento e audibilidade, em “verdadeiras e importantes lutas simbólicas” (SEGATO, 2006, p. 212). Neste embate entre setores laicos e religiosos, o que está em jogo, além da prática em si – como aborto, consumo e comercialização de drogas e relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, que podem encontrar outras vias não legais de existir –, é o status e o reconhecimento legal da nação e demais comunidades morais que a legitimam (SEGATO, 2006).

Tendo por base as discussões sobre a presença pública religiosa no Brasil, com foco na luta de grupos religiosos contra pautas voltadas para as garantias dos direitos humanos, da liberdade sexual e reprodutiva, bem como o controle sob o campo educacional, o presente capítulo busca analisar, a partir da empiria coletada, os conteúdos que expressam questões morais e que foram veiculadas nos materiais de campanha dos candidatos evangélicos. Ressaltamos que os temas, em alguns casos, se apresentam imbricados, estando diferentes pautas em um mesmo material, e ainda que, a partir das discussões em torno da manutenção da

estrutura familiar patriarcal, desprenderam-se os demais assuntos, como o ESP, “ideologia de gênero”, aborto e drogas.

Para a construção de nossas análises, desdobramos o capítulo em três eixos, sendo que, no primeiro, analisamos os materiais que se mostraram relacionados à defesa e sacralização da família tradicional, assunto este que esteve presente em todas as outras frentes de investigação. No segundo eixo, voltamos para os materiais que se mostraram relacionados ao movimento ESP e os discursos relacionados à “ideologia de gênero”. Por fim, analisamos o posicionamento dos candidatos em relação a temas ligados aos direitos reprodutivos e de valorização da vida, como a prática do aborto e o consumo de drogas. Buscamos aqui analisar conteúdos que abordaram temáticas ligadas à defesa e preservação da família, sendo que trazemos neste capítulo o material dos candidatos evangélicos que trataram da problemática em questão. Os temas elencados nos três eixos aqui construídos reforçam um posicionamento de viés conservador, que gravita em torno da questão da preservação da família tradicional, tema transversal que perpassa nossas análises.

3.1 A família tradicional como entidade sacralizada

“Eu vou morrer gritando e defendendo a família”. Esta foi uma frase proferida pela candidata Cantora Mara Lima em um de seus vídeos publicados durante o pleito eleitoral para a ALEP em 2018. Assim como ela, entre os demais concorrentes evangélicos a uma vaga na ALEP, tivemos grande quantidade de materiais em que se fizeram recorrentes os discursos em defesa da família, sendo esta pauta norteadora de algumas campanhas. A questão da preservação da entidade familiar – isto é, de um único modelo de família considerado tradicional e cristão – estava presente no material de todos os 41 candidatos selecionados em nossa pesquisa, direta ou indiretamente, tornando-se base para a argumentação de outros discursos de ordem moral. Mesmo recorrente entre os materiais, para o presente eixo de análise destacamos publicações de 15 dos pleiteantes evangélicos.

Notamos ainda que a apropriação da bandeira da defesa da família está alinhada com os assuntos amplamente abordados pelo grupo político que compôs a Bancada Evangélica paranaense dos últimos anos (PÁTARO et al., 2018), assim como a FPE no Congresso Nacional e demais bancadas moralmente conservadoras das câmaras legislativas estaduais e municipais espalhadas pelo Brasil. Nestas esferas políticas, as discussões sobre os tipos de estrutura familiar que devem ser reconhecidas legalmente pelo Estado têm gerado polêmicas, em especial no que tange às famílias estabelecidas por uniões homoafetivas (MACHADO, 2017; SANTOS, 2018). Nestes espaços de política institucionalizada, o que podemos perceber é que há uma

disputa pela defesa de um tipo de moralidade pública, “que no Brasil encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida” (ALMEIDA, 2018, p. 182).

Capitaneando os principais assuntos observados durante o período eleitoral de 2018 nas campanhas dos candidatos evangélicos para a ALEP, é perceptível um apelo constante em defesa da chamada família tradicional. Temos, por exemplo, o tema da família inserido em alguns *slogans* de campanha dos candidatos, com frases como: “Em defesa da família”, “Em defesa dos princípios da família”, “Em defesa da vida e da família”, “A família em primeiro lugar”, “Meu compromisso é com a família” e “#ADeputadadaFamília”. Nos casos em destaque, a família a ser defendida é aquela que segue o modelo patriarcal cristão – que, para estes grupos, configura-se como modelo legítimo, considerado como base para uma formação moral –, deslegitimando estruturas familiares diferentes, mesmo havendo em nossa sociedade uma miríade de formações.

Tendo em vista este horizonte de pluralidade de formações familiares – além de outros fatores, como o fim da violência de gênero –, temos por parte dos movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos humanos, a defesa das liberdades individuais, sobretudo em relação ao controle do próprio corpo e de livre expressão da sexualidade (MACHADO L., 2017). Estas lutas se ancoram na busca por uma jurisdição que não tenha como respaldo a arbitrariedade religiosa, a qual, em muitos casos, funciona como opressora, e é sustentada por quem pretende lucrar à maneira moralista contra a liberdade, a diversidade e a garantia mínima dos direitos humanos (TIBURI, 2018), além de manter como inquestionável e natural uma relação de poder que foi construída.

Em consonância com um discurso de ordem moralista, nas publicações das Imagens 6 e 7 temos a defesa da família tradicional como ponto central das campanhas dos candidatos Missionário Ricardo Arruda e de Samuel Pinheiro. O primeiro destacou com que grupo estará compromissado a trabalhar em seu mandato, já o segundo ressaltou, na legenda da imagem 7, a seguinte frase:

Defendemos a família tradicional, ou seja, aquela formada por pai e mãe unidos por matrimônio e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear e elementar. A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social.

Temos, neste caso, além do modelo familiar desejado descrito de forma explícita, uma ressalva a respeito do reconhecimento legal da união de duas pessoas, a qual se dá por meio da

união matrimonial e, conforme apontou o candidato, não deve ser reconhecida como família uma estrutura formada por um casal de pessoas do mesmo sexo. Vale destacar que o casamento homoafetivo esteve por um bom tempo entre as principais reivindicações dos movimentos LGBT`s ao redor do Brasil, direito este conquistado em 2013³⁶, e que não visa deslegitimar ou desconstruir as relações heterossexuais, mas somente garantir a liberdade de expressão sexual individual e dar legitimidade jurídica a outros arranjos familiares. Neste sentido, para os defensores da chamada família tradicional, “as relações e as práticas familiares não podem ser desafiadas e transformadas, tendo que permanecer iguais – com as desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho, a heterossexualidade” (SANTOS, 2018, p. 131).

Imagem 6: Missionário Ricardo Arruda: Compromisso com o cidadão de bem e com a família tradicional brasileira



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 7: Samuel Pinheiro: Defesa da bandeira da família tradicional



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Ou seja, ao afirmarem que defendem a família tradicional, os candidatos estão excluindo pessoas integrantes de outras formas de união e de formação familiar, por não se enquadrarem em parâmetros específicos valorizados pela religião, ficando assim de fora das pautas e do âmbito das ações defendidas pelos candidatos. Além da legitimação da união civil, a adoção de crianças por casais homossexuais – prática possível no Brasil, apesar dos percalços jurídicos – também é um assunto que gera grande polêmica, por ser considerado um desvio daquilo que a doutrina cristã prega. Sobre a adoção, por exemplo, notamos que os evangélicos aqui estudados não mencionam em nenhum momento o fato de milhares de crianças do país estarem vivendo

³⁶ Desde 2011, por decisão do STF, a união estável entre casais do mesmo sexo passou a ser reconhecida legalmente. A partir de maio de 2013, por meio da resolução n. 175, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cartórios e autoridades competentes foram proibidos de se negarem a celebrar o casamento civil e a converter a união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Informações disponíveis em: <<http://twixar.me/DghT>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

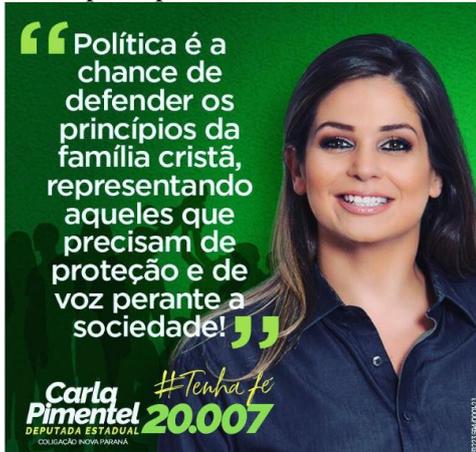
em abrigos à espera de um lar – hoje, no Brasil, são cerca de 47 mil crianças e adolescentes vivendo em situação de acolhimento, sendo que 9,5 mil estão aptas à adoção³⁷ –, e que muitos dos casais homoafetivos desistem ou têm o processo de adoção dificultado por conta de situações de preconceito, adiando possibilidades de mudança de vida de diversas crianças. A polêmica em torno da adoção homoparental ocorre, entre outros fatores, por conta de uma interpretação jurídica limitante do conceito de família, que entende que sua constituição se dá unicamente pela união entre um homem e uma mulher, e que a adoção deve ocorrer por famílias que possuem esta estrutura, desconsiderando assim os laços afetivos, que deveriam prevalecer para além de questões biológicas ou religiosas (SANTOS et al., 2018).

Consoante com a posição dos demais pleiteantes, Zé Luiz afirmou na legenda de uma de suas publicações: “Irei representar todos os cristãos que prezam por suas famílias!”. Corroborando com tal pensamento, Carla Pimentel alegou na publicação da Imagem 8 que “política é a chance de defender os princípios da família cristã, representando aqueles que precisam de proteção e de voz perante a sociedade!”. Convém destacar, ainda, a posição da candidata Noemia Rocha, que, de forma similar, ressaltou que a “valorização da família e ações fundamentadas nos ensinamentos cristãos” seria uma de suas “bandeiras de luta” (Imagem 9), caso fosse eleita deputada.

Ao tomar tais posições, os candidatos estariam contribuindo com a manutenção de uma hierarquia de dominação baseada no patriarcado, e buscando legitimar as doutrinas evangélicas em espaços teoricamente secularizados, colocando os valores cristãos como um tipo de condicionante para a formulação de políticas públicas e do seu trabalho enquanto membros da ALEP. Ao assumir esta estratégia, temos notadamente indícios de uma política corporativista, em que os religiosos evangélicos, em especial os pentecostais, conforme aponta Mariano (2009, p. 115), estariam atuando “em defesa de seus interesses corporativos e de seus ideais e valores religiosos”. Como se vê, os fundamentos cristãos seriam basilares na conduta do mandato dos candidatos evangélicos, fato que acabaria por impor, a uma parcela não cristã, valores próprios da referida doutrina, desconsiderando assim os milhares de sujeitos que não comungam das mesmas crenças que eles.

³⁷ Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2sJCfnN>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

Imagem 8: Carla Pimentel: Defesa dos princípios da família cristã



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 9: Noemia Rocha: Valorização da família e dos ensinamentos cristãos



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Em defesa da garantia da prevalência dos valores cristãos e de um arquétipo familiar patriarcal tradicional, tivemos publicações em que os candidatos buscaram expor suas próprias famílias, conforme Imagens 10, 11 e 12, a fim de mostrar aos eleitores que também vivenciam, ao menos aparentemente, aquilo que defenderam. Notamos que a estrutura familiar das três publicações segue o mesmo padrão, com pai, mãe e filho(s), reafirmando o modelo defendido entre os cristãos. As frases presentes nas publicações buscaram colocar a família como bem fundamental, inclusive com a afirmação de que “Deus é família”, feita pelo candidato Soldado Fruet (Imagem 10). Já o candidato Denilson Caleran ressaltou na legenda de uma de suas postagens que “a família é sagrada, porque foi criada por Deus para ser a base de toda a sociedade”. Podemos notar que a entidade familiar é entendida pelos candidatos como fonte de sacralidade e de bem maior, conforme colocado por Samuel Pinheiro na Imagem 12. Tal percepção se ancora em uma cosmovisão religiosa específica sobre a sexualidade e a família (MACHADO, 2012), a qual busca garantir a hegemonia cristã sobre os ditames das relações pessoais, e que recorre ao que consideram desejo divino de preservação do núcleo familiar para sustentação da sociedade.

Imagem 10: Soldado Fruet: Deus é família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 11: Denilson Caleran: Meu compromisso é com a família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 12: Samuel Pinheiro: Minha família: meu bem maior



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 13: Sandro Martins: Defesa da comemoração do dia dos pais e das mães



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Também a favor do modelo familiar patriarcal, o candidato Pastor Sandro Martins defendeu em uma de suas publicações, em que consta a foto de uma família composta por pai, mãe e filha (Imagem 13) – família tradicional –, que as comemorações em razão do dia dos pais e das mães devem ser obrigatoriamente celebradas nas escolas públicas³⁸. O material do candidato em questão buscou se contrapor às comemorações do “Dia da família”, como propõem alguns setores da sociedade que buscam valorizar também outros arranjos familiares: ao celebrar o dia da família, e não apenas o dia dos pais e mães, busca-se não excluir ou gerar constrangimentos para a parcela de estudantes que possuem famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais. Ocorre que, conforme aponta Machado (2017), tais posições de

³⁸ A publicação do candidato Pastor Sandro Martins trata da aprovação da Lei Municipal n. 10.726, de outubro de 2018, do município de Maringá, no Paraná, a qual instituiu as comemorações do Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças no âmbito dos estabelecimentos da rede pública municipal de educação e de ensino. Disponível em: <<http://twixar.me/LghT>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

preservação de um modelo familiar único tomam por base princípios bíblicos, em que buscam ressaltar interpretações que justifiquem a formação heterossexual, com o argumento principal da criação divina do homem e da mulher, sendo a relação entre estes dois seres o princípio fundador das famílias, e as demais relações consideradas casos de profanidade.

É unânime entre os candidatos a assertiva de que a família, considerada a base moral de uma sociedade, estaria correndo riscos. Este risco declarado às famílias tem suas origens, segundo interpretação de segmentos conservadores da sociedade, nos movimentos progressistas – feministas e LGBT`s, os quais se tornaram alvos a serem combatidos (CUNHA, 2017b; MACHADO, 2012). Com base nestes pressupostos, os discursos sob o viés da proteção e defesa da família e dos valores cristãos foram recorrentes e diversos nos materiais de campanha dos candidatos evangélicos, conforme podemos observar nas falas apresentadas e nas imagens abaixo.

Imagem 14: Gilson de Souza: Em defesa da família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 15: Elizeu Liberato: Em defesa da família tradicional e cristã



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 16: Alexandre Amaro: Proteger a família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 17: Cantora Mara Lima: Para a sua família estar protegida



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 18: Ezequias Barros: Pela vida e pela família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 19: Misael Junior: Defende a família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A presença constante dos termos “defender” e “proteger” nas publicações e falas dos candidatos demonstra a ideia de risco, perigo, ameaça que as famílias estariam enfrentando e, por isso, conforme discussões realizadas no tópico 2.3, sobre a missão salvadora dos candidatos na política, precisaria de pessoas dispostas a travar estas lutas contra o mal. Nesta esteira, o candidato Ed Claudio Cruz, Claudinho tomou posição e afirmou, em um de seus vídeos publicados em seu perfil no *Facebook*, que “vivemos uma luta espiritual, [...] para defender aquilo que Deus criou pra nós, que é a família”. Este levante contra um suposto inimigo, observado em todo o território nacional, conforme já destacado anteriormente, é uma reação a um cenário de avanços protagonizados por grupos que, nas últimas décadas, têm buscado garantias por meio das políticas de direitos humanos voltadas para a liberdade sexual, de reprodução e o combate ao preconceito e violência de gênero (BALIEIRO, 2018). Estas pautas,

levantadas por grupos que lutam pelos direitos humanos, estariam em desacordo com os preceitos cristãos, que usam como justificativa o desejo de Deus para lutar pela preservação familiar patriarcal.

Notamos que os candidatos que se prontificaram a defender a família voltaram suas atenções para o modelo tradicional patriarcal, não aparecendo entre os materiais coletados ponderações e modalizações em relação às estruturas familiares que se estabelecem de modos diferenciados. As implicações destas narrativas é que, aos poucos, os discursos tomam corporeidade, desembocam em práticas beligerantes e intolerantes que levam, em última instância, a incitar a violência física e psíquica contra aqueles que pensam ou vivem diferentemente. Para termos uma dimensão do aumento da violência ocasionada por intolerância e preconceito sexual, conforme aponta pesquisa publicada no Atlas da Violência de 2019, o número de denúncias de homicídios de LGBT`s recebidas por meio do Disque 100, “canal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionados a vários grupos, como crianças, idosos, LGBTI+, entre outros” (IPEA; FBSP, p. 56, 2019), aumentou de 5 casos em 2011 para 193 em 2017.

Seguindo a lógica de combate ao possível mal, na Imagem 20, publicada pelo candidato Ed Claudio Cruz, Claudinho, a questão levantada diz respeito aos objetivos da direita e da esquerda em relação à família, os quais são representados por meio de modelos familiares opostos: a família de direita seguindo a estrutura tradicional patriarcal – com o pai em primeiro plano, ladeado por esposa e filhas –, e a da esquerda mostrando uma união homoafetiva entre dois homens – claramente não tolerada pelos candidatos evangélicos, por não estarem de acordo com os desígnios de Deus. No primeiro modelo da imagem abaixo, notamos que o patriarca é colocado em destaque, apresentado como guardião físico e provedor familiar – inclusive de posse de uma arma de fogo para efetuar tal tarefa. Vale destacar que os personagens de tal modelo, bem como a paisagem de modo geral, mais aparentam ser próprios de países do norte europeu que das terras tropicais brasileiras. Além destes elementos destacados, ao tratar de “objetivo familiar”, a postagem tenciona erroneamente que há um projeto de família da esquerda que visa acabar com relações heterossexuais, o que colocaria em risco o modelo cristão, quando, na verdade, o que se propõe são garantias de liberdade e direitos individuais (REIS; EGGERT, 2017).

Imagem 20: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Objetivo familiar da direita e da esquerda



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A imagem acima reflete a caricatura da esquerda que os evangélicos conservadores buscam criar e disseminar para a sociedade, apresentando-a como promíscua e execrável. Ao dar luz a tais características e atribuí-las a este inimigo imaginável, a proteção do modelo familiar cristão é colocada por alguns candidatos como um tipo de missão a ser por eles próprios cumpridos, e alguns colocam esta tarefa como um “chamado de Deus”. Foi neste sentido que o candidato Alexandre Amaro inseriu na legenda da publicação da Imagem 16 que “os valores da família são de vital importância na nossa sociedade e protegê-los é muito mais que um dever, é uma missão. Venha junto comigo lutar por essa causa”. Em uma de suas postagens, o candidato Gilson de Souza, reeleito para seu terceiro mandato consecutivo na ALEP, escreveu: “meu mandato sempre foi visando defender a família, a vida e a preservação dos valores cristãos”. Corroborando com tal perspectiva, Ezequias Barros gravou um vídeo em frente ao prédio da ALEP, no qual afirmou que: “é pela vida, pela família e pelos valores cristãos que quero chegar aqui na Assembleia Legislativa”.

Tanto nas colocações recortadas como nas publicações apresentadas notamos um posicionamento que reforça a ideia de cruzada moral, onde os candidatos evangélicos se proclamam bastiões da moralidade e, em muitos casos, acabam por fazer interpretações bíblicas e históricas literalistas e estreitas (TEIXEIRA, 2007), com o intuito de fortalecer apenas os argumentos que justifiquem suas defesas, tornando-se base para discursos e ações conservadoras e excludentes.

Nas postagens e excertos das falas apresentadas, que expressam o posicionamento dos candidatos analisados, não são discutidas as garantias dos sujeitos para expressarem sua

orientação sexual publicamente ou ter sua união reconhecida legalmente, muito menos dos inúmeros casos de violência física e simbólica que ocorrem no Brasil todos os dias, causadas pelo machismo e preconceitos em relação à sexualidade. Tanto nas campanhas como em outros âmbitos políticos, como no Congresso Nacional por parte de grupos conservadores (MACHADO, 2017), a preservação da família tradicional parece estar acima da violência e das inúmeras mortes ocasionadas pela intolerância ligada às diferenças de gênero sexual.

3.2 Educação com base nos valores morais e religiosos

No que se refere ao ensino pautado no pilar cristão, tivemos várias abordagens por parte dos candidatos, os quais buscaram se posicionar sempre como protetores das crianças e da manutenção da família patriarcal. Neste sentido, buscamos compreender como os temas da ESP e da “ideologia de gênero” foram utilizadas para fortalecer a luta em prol da estrutura familiar tradicional, considerada o núcleo em que os valores cristãos são preservados.

Presente em praticamente todas as discussões ligadas à educação, ficou evidente a defesa da ideia de que há uma soberania familiar que precisa ser respeitada, e que a rede de ensino não pode se sobrepor ao desejo dos pais a respeito do que as crianças devem ou não aprender. Neste movimento, as publicações em favor do ESP e contra a “ideologia de gênero” foram veementes durante o período eleitoral, em especial as relacionadas a esta última, visto que, na visão dos candidatos aqui analisados, garantir o direito à livre expressão da sexualidade, nos casos em que ela não se enquadra no modelo heteronormativo, colocaria em risco a formação familiar patriarcal cristã, que tem como base a relação entre um homem e uma mulher. Salientamos aqui que somos contra o uso do termo “ideologia de gênero” e dos sentidos a ele atribuídos, os quais discorreremos ao longo deste eixo, entendendo que se trata de uma percepção equivocada – e, em certo grau, mal intencionada – a respeito do objetivo das discussões sobre sexualidade nas escolas.

O termo “ideologia de gênero” teria surgido na década de 1990 no seio da Igreja Católica e se firmado a partir da Conferência Internacional da Mulher, realizada pela Organização das Nações Humanas (ONU) em Pequim, onde lideranças católicas questionaram a adoção do termo gênero nas discussões realizadas e nas propostas formuladas pelos grupos feministas presentes na conferência. O termo ganhou força no campo científico na década de 1980, impulsionado por grupos de pesquisadoras feministas. Em 1998, na Conferência Episcopal do Peru, foi lançado o documento intitulado *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, como contestação das discussões sobre gênero e reafirmação das funções do homem

e da mulher fundamentadas na identidade sexual biológica, as quais estariam em acordo com os preceitos bíblicos (MACHADO, 2018).

Vale destacar que, diferente da ideia que se criou em torno da “ideologia de gênero”, as abordagens em torno da categoria gênero permitiram a diferenciação entre o que representa o sexo biológico, e o que representa gênero, classificações entre masculino e feminino como fruto de significados culturais e de relações de poder construídos histórica e socialmente, além do questionamento das categorias patriarcais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher (CUNHA, 2017b; MIGUEL, 2016). Em outras palavras, conforme aponta Scott (1995, p. 73), gênero indica uma “rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”. Por meio destes estudos, tem sido possível uma desconstrução quanto ao papel estritamente doméstico e marginalizado atribuído por muito tempo à figura da mulher, assim como a busca por equidade e pela redução da violência ocasionada pelas diferenças de gênero. Mediante tais obstáculos, Balieiro ressalta que,

De forma tortuosa, o fortalecimento das áreas de pesquisa de gênero e das políticas públicas educacionais na temática se depararam com uma reação conservadora que traduz as demandas por reconhecimento, a partir de uma leitura enviesada, em uma ameaça às famílias, às crianças e, no limite, à sociedade (BALIEIRO, 2017, p. 3).

É neste sentido que, nos materiais de campanha analisados em nossa pesquisa, observamos um movimento de demonização dos grupos favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e à diversidade sexual. No Brasil, a tentativa de preservação dos valores que priorizem o modelo familiar patriarcal surgiu travestida na forma de preocupação com a proteção das crianças. Para tanto, foram realizados duros ataques aos grupos que defendem a inserção de discussões sobre educação sexual nas escolas e em outros espaços, como museus e teatros. Uma das alegações é de que, supostamente, as crianças estariam sendo ameaçadas pelo avanço das pautas de movimentos sociais, como feministas e LGBT`s, grupos que estariam influenciando os alunos a se transformarem em homossexuais, como se tal ação fosse possível. Destacamos que, do total de 41 candidatos que acompanhamos em nossa pesquisa, abordaremos neste eixo de análise o material de 13 deles que apresentaram publicações relacionadas ao ESP e a “ideologia de gênero”.

Atuando como um instrumento na defesa de uma educação voltada para a garantia do modelo familiar cristão, podemos destacar o ESP. O movimento surgiu inicialmente com o intuito de combater a suposta contaminação causada pela doutrinação político-ideológica nas escolas, em especial a doutrina marxista e a ideologia ligada à esquerda política. Nos últimos

anos, no entanto, o ESP³⁹ ampliou sua base de sustentação, passando a contar, entre outros, com o apoio de grupos religiosos conservadores. O ESP ampliou também, desde sua concepção, sua lista de temas a serem restringidos ou tomados como inadequados de se trabalhar em sala de aula, abrangendo tanto a questão da suposta doutrinação político-ideológica, como questões ligadas à moralidade, em especial o combate a “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016). O movimento tem também como um de seus objetivos conter o que consideram “usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, s/p), proibindo discussões em sala de aula que, segundo seus defensores, estariam em desacordo com os valores dos pais, sendo eles os únicos autorizados a tratar de tais assuntos. Em consonância com a ideia de defesa da família, estaria ainda a batalha contra o mal, encarnado na suposta ameaça da esquerda comunista que, segundo o ESP, teria como porta-voz, de modo geral, os professores das escolas públicas.

Partindo destes princípios, o candidato Missionário Ricardo Arruda afirmou em um de seus vídeos publicados em sua página no *Facebook* que “o professor tem direito de ensinar matérias do currículo escolar: matemática, química, física, história, [...] educação quem dá é pai e mãe, quando muito o avô e a avó, e ninguém mais”. Elizeu Liberato também afirmou em uma entrevista divulgada em sua página: “sou a favor da família tradicional, da família cristã, cada um tem sua opção de escolha, mas a escola é pra ensinar geografia, português, matemática, e estas questões é de responsabilidade da família e não da escola”, ao se referir à inclusão de conteúdos sobre sexualidade nas escolas. Em ambos os casos apresentados, temos situações em que a soberania familiar é acionada para exigir a limitação da ação docente em sala, sob a alegação de que determinados assuntos devem ser restritos ao tratamento por parte dos pais e responsáveis.

Os dois candidatos, assim como os demais defensores do ESP, parecem desconsiderar que o meio familiar, no atual contexto em que vivemos, é insuficiente para uma formação mais

³⁹ O ESP foi criado pelo advogado paulistano Miguel Nagib, no ano de 2004, com a alegação de ser “100% apartidário” (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017). Entre outras ações, o movimento busca afixar nas salas de aula um cartaz com 6 itens que devem ser respeitados pelos professores, os quais são: “1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; 2. O professor não favorecerá, nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou a falta delas; 3. O professor não fará propaganda político partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; 4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade, – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; 5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; 6. O professor não permitirá que os direitos assegurados aos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros dentro de sala de aula” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, s/p).

ampla dos alunos, “cabendo tal responsabilidade a outras instituições como a escola, que no trabalho diário que desempenha, acrescenta à Educação já iniciada pela família, outros conteúdos, conceitos e conhecimentos a fim de humanizar e formar para cidadania” (MAIO; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2018, p. 53). O movimento, assim, busca cercear a liberdade de expressão e de ensinar do professor em sala de aula, entendendo-o como um potencial doutrinador, sem considerar o fato de que a formação dos alunos se dá por meio da interação da aprendizagem ocorrida nos diversos ambientes de convívio dos estudantes, não sendo os mesmos simples receptores de conteúdo (SILVA; FERREIRA; VIEIRA, 2017).

Nas eleições legislativas do Paraná, com base nos materiais analisados, notamos que premissas do movimento ESP foram mencionadas e defendidas, inclusive como pauta em algumas campanhas e como base para propostas dos pleiteantes. Dentre os candidatos analisados, destacamos os que buscaram a reeleição e que já haviam trabalhado em seus mandatos em defesa do movimento e suas pautas, reiterando durante o período eleitoral seus posicionamentos, como a Cantora Mara Lima, Missionário Ricardo Arruda e Gilson de Souza. Estes candidatos, em coautoria com outros deputados, propuseram em 2015 um primeiro Projeto de Lei (n. 748/2015) que buscava implantar o programa ESP no estado, tendo sido o projeto arquivado no mesmo ano (PÁTARO et al., 2018). Assim como no Paraná, existem no Brasil, desde 2014, vários Projetos de Lei espalhados pelas câmaras legislativas municipais, estaduais, na Câmara Federal e no Senado, que objetivam implantar o ESP, sendo o mesmo já aprovado em alguns municípios do país, enquanto que, em outras localidades, já foi retirado ou arquivado, inclusive com a justificativa de ser o projeto inconstitucional (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017).

Mantendo o foco em apresentar aos eleitores seu trabalho em favor da família e das crianças, Missionário Ricardo Arruda enfatizou em sua campanha o fato de ter sido autor do projeto ESP no Paraná, conforme apontam as Imagens 21 e 22. Além do projeto rejeitado em 2015, no ano de 2016 uma nova proposta foi enviada para a ALEP (n. 606/2016), a qual foi também rejeitada em votação realizada em setembro de 2019⁴⁰, este de autoria dos Deputados Missionário Ricardo Arruda e do então Deputado Estadual Felipe Francischini (PSL), agora Deputado Federal e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal. Na legenda da Imagem 22, Missionário Ricardo Arruda escreveu: “Eu estava lá para

⁴⁰ O Projeto de Lei n. 606/2016 que buscou instituir o programa ESP no Paraná foi rejeitado em votação na ALEP em 16 de setembro de 2019, com 27 votos contrários e 21 favoráveis. Informações sobre o projeto e seu trâmite na ALEP disponíveis em: <<http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=67673>>. Acesso em: 30 set. 2019.

defender nossas crianças, sou autor do projeto ESCOLA SEM PARTIDO no Paraná e vou lutar pelo fim da doutrinação nas escolas até o fim”. A fala apresentada destaca uma suposta ameaça à qual as crianças estariam sendo expostas constantemente, posicionamento este que, conforme destaca Miskolci (2018), está alinhado a uma tentativa conservadora de instaurar uma política baseada no medo e no ataque a intelectuais, artistas e educadores. O medo aqui destacado refere-se a suposição de que o ambiente público escolar, em especial os professores, estaria disseminando ideologias políticas de esquerda – consideradas subversivas e imorais – e doutrinando alunos sob este viés.

Imagem 21: Missionário Ricardo Arruda: Autor do projeto ESP no Paraná



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 22: Missionário Ricardo Arruda: Manifestação a favor do movimento ESP



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Nessa mesma direção, Missionário Ricardo Arruda disse em um de seus vídeos publicados em sua página no *Facebook* que a “esquerda quer dar liberdade total para o professor para que falem sobre qualquer assunto, como ideologia de gênero e partidária”. A fala do candidato corrobora com a análise de Miguel (2016, p. 610), o qual afirma que “o professor é visto de antemão com desconfiança: não como parceiro do amadurecimento intelectual dos alunos, mas como possível agente de uma desvirtuação de sua inocência, a serviço de interesses escusos”. Ao entender os professores como inimigos da educação, o que se percebe é uma tentativa de amordaçar e cercear liberdade de cátedra, fazer com que, na prática, os docentes trabalhem segundo uma lógica única, em um ensino de cabresto, avesso à pluralidade de pensamentos e à diversidade.

Na fala dos candidatos e nos objetivos do ESP, percebemos que as propostas têm por consequência a retirada do papel da escola de ensinar os alunos a aprenderem a conviver com a alteridade e a pluralidade, experiências muitas vezes não proporcionadas pelo ambiente

familiar, já que a escola deve ser o espaço da diversidade, da reflexão e do debate de ideias (SANTOS, 2018; MIGUEL, 2016). Em outras palavras, o ESP defende que a privacidade e os valores familiares devem ser preservados, mesmo que isso promova uma formação antidemocrática e de intolerância. Com esta forma de perceber o papel do professor e do ambiente escolar, notamos uma tentativa de criminalizar a docência, entendendo a não neutralidade – inerente ao ato educativo e à produção de conhecimento de modo geral – como um tipo de subversão, passível de punição. Esta suposta busca por um ensino neutro acaba por camuflar a real intenção dos seus apoiadores, que é instaurar uma educação com posição ideológica bem delineada, com pautas conservadoras e voltadas para atender demandas de um capitalismo globalizado.

Estritamente ligado ao ESP, em especial no que tange a tal movimento tratar da soberania da autoridade familiar sobre a educação das crianças e adolescentes, ganharam espaço no debate público nos últimos anos e nas campanhas eleitorais para a ALEP, em 2018, os questionamentos sobre as propostas de educação sexual e gênero nas escolas. Tratar do histórico de dominação masculina em sala de aula passou a ser uma ameaça, visto que, para os grupos que almejam a manutenção da estrutura social baseada no patriarcado, a naturalização das relações de poder e a história de opressão e violência pela qual mulheres e homossexuais passaram, aspectos fundadores dos estudos sobre gênero, são apagadas. Neste processo, Tiburi (2018, p. 62) destaca que “a expressão ‘ideologia de gênero’ vem estabelecer o elo entre sistemas de opressão de classe, gênero, sexualidade e até mesmo raça, que escondem uma profunda opressão religiosa”. Ocorre que, para os grupos conservadores, a “ideologia de gênero” “induziria à destruição da família ‘tradicional’, à legalização da pedofilia, ao fim da ‘ordem natural’ e das relações entre os gêneros” (REIS; EGGERT, 2017, p. 20). Tal premissa sobre a “ideologia de gênero” gerou uma espécie de pânico moral envolvendo os ambientes educacionais, e criou um inimigo a ser combatido: movimentos sociais, e até mesmo políticas públicas já implementadas, que buscam inserir nas escolas debates sobre educação sexual e igualdade de gênero, promovendo uma convivência mais harmônica em meio às diferenças.

De acordo com as colocações de Miskolci e Campana (2017, p. 73), podemos destacar a ideia de que “os empreendedores morais contra a ‘ideologia de gênero’ são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas”. Tais embates ganharam repercussão no Brasil durante a elaboração e as votações dos planos de educação (2014-2015) (RIBEIRO; PÁTARO; MEZZOMO, 2016), ocasião em que “evangélicos e católicos trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do plano nacional

e de muitos outros, estaduais e locais” (MIGUEL, 2016, p. 599), na tentativa de coibir os grupos e segmentos sociais que defendem o direito de se debater nas escolas sobre educação e diversidade sexual.

Em meio a discussões polêmicas, os setores conservadores buscam afastar do Estado aqueles que consideram ameaçar a concepção de família tradicional, assim como fazer com que a diversidade de estruturas familiares não adquira reconhecimento legal e não seja alcançada por políticas públicas. Assim, tais grupos buscam garantir que seus valores morais sejam legalmente reconhecidos e os discursos contrários sejam deslegitimados.

Foi ao buscar desqualificar as discussões sobre sexualidade que, durante a campanha para a ALEP em 2018, o candidato Missionário Ricardo Arruda publicou um vídeo em sua página afirmando, em defesa de seu projeto de implantação do ESP, que “vai defender seu filho contra a maldita ideologia de gênero que quer confundir as crianças de 6 anos de idade dizendo que elas são meninas e podem virar meninos, ou são meninos e podem virar meninas”. Também neste sentido, a candidata Carla Pimentel ressaltou na legenda da Imagem 23 que “com o intuito de defender as crianças de ideologia de gênero, quando fui vereadora fizemos a Lei ‘Proteção ao Direito Biológico’. Continuarei na luta por nossas crianças, vamos juntos!”. Ao tratar da defesa do direito biológico, a candidata se refere à sua atuação enquanto vereadora da cidade de Curitiba que visou modificar artigos do Plano Municipal de Educação. Na ocasião, ela elaborou uma proposta que incluiu em um dos artigos do plano o direito à identidade biológica do homem e da mulher, além de atuar, junto com demais vereadores, para retirar os termos “gênero” e “diversidade sexual” do documento, bem como outras referências que possibilitavam discussões mais amplas nas escolas a respeito da diversidade e da liberdade sexual⁴¹.

⁴¹ Propostas de alteração do Plano Municipal de Educação de Curitiba disponíveis em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/relatorios/ProposicaoReport.do?select_action=&pro_id=283791>. Acesso em: 26 nov. 2019.
<https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/relatorios/ProposicaoReport.do?select_action=&pro_id=283445>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Imagem 23: Carla Pimentel: Proteção ao direito biológico

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Ao usar de argumentos de cunho biológico, os candidatos tomam como justificativa a ideia de que a estrutura familiar tradicional é aquela estabelecida por ordem natural, e que teria sido, portanto, definida pelo próprio Deus por meio da Bíblia. Ao tentar alterar este padrão, estaríamos agindo contra a natureza humana e contra a vontade de Deus. O posicionamento dos candidatos desconsidera o fato de que, conforme afirmam Maio, Oliveira e Peixoto (2018, p. 56), “fomos desde cedo, convencidos/as que existem diferentes papéis para o gênero masculino e o gênero feminino”. Ou seja, todo o papel social e cultural na construção dos corpos e comportamentos femininos e masculinos, além da orientação sexual de cada indivíduo, é descartado em favor de um único modelo normatizante. A respeito desta narrativa, Tiburi (2018, p. 63) ressalta que “o fato de o patriarcado ser a verdadeira ideologia de gênero desmascarada pelo uso do termo gênero como categoria analítica é o que fica oculto sob o discurso religioso da ‘ideologia de gênero’, rebaixado à acusação de teor moralista”. É possível inferir então que a imposição do patriarcado e da heteronormatividade poderiam ser considerados como a verdadeira “ideologia de gênero”, e não a luta pela diversidade e liberdade sexual, tal como é posto atualmente.

Nos materiais de campanha, de modo geral, foi possível perceber que o ataque a “ideologia de gênero” foi colocado como uma forma de defesa da estrutura familiar tradicional. A instituição familiar estaria sendo atacada nos últimos anos, inclusive por professores que defendem a inclusão, na escola, de determinados conteúdos que contrariam o modelo familiar de base cristã. Temos, por exemplo, o candidato Gilson de Souza que se colocou contra a doutrinação política e ideológica nas escolas, e se posicionou contra a “ideologia de gênero”. Na legenda da publicação da Imagem 24, afirmou que: “nossa luta em defender os valores da família e o direito dos pais quanto à educação moral de seus filhos, segue firme para não

permitir que esses conteúdos sejam abordados nas escolas”. Inserida na narrativa do candidato, temos presente, mais uma vez, a premissa de que a educação das crianças deve ser uma ação que se restringe unicamente aos pais, com base em seus valores e convicções próprios, não podendo a escola interferir neste processo, mesmo que seja para promover o respeito ao próximo, apenas ensinar os conteúdos da grade curricular de uma maneira teoricamente neutra.

Imagem 24: Gilson de Souza: Não a doutrinação política e ideológica nas escolas



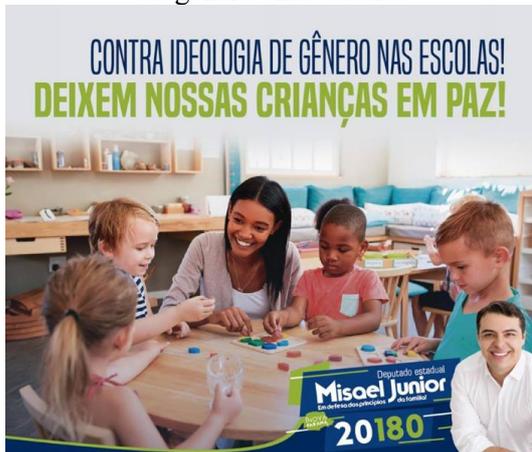
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 25: Cantora Mara Lima: Contra “ideologia de gênero” nas escolas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 26: Misael Junior: Contra a “ideologia de gênero” nas escolas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 27: Misael Junior: Deixem nossas crianças em paz



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Assim como Gilson de Souza, Cantora Mara Lima (Imagem 25) e Misael Junior (Imagens 26 e 27), ao se colocarem contra a “ideologia de gênero” nas escolas, também fizeram um apelo à liberdade e ao direito dos pais em educar seus filhos, especialmente no que tange a questões de cunho moral. Misael Junior destacou como uma de suas propostas: “Defesa da família e dos princípios da criança; combater com veemência a ideologia de gênero e uso de

dinheiro público em projetos que ameacem a moral e a decência das famílias, de modo a não permitir o acesso de crianças a conteúdos pornográficos”. A negação das discussões sobre gênero tem respaldo mais uma vez na entidade familiar, considerada um âmbito sagrado no qual o Estado não pode interferir, por isso de as publicações das imagens 25, 26 e 27 se posicionarem contra a “ideologia de gênero” nas escolas, por considerarem estas como extensões do Estado, não podendo o mesmo atuar em assuntos ligados à moralidade.

Entre os que se colocaram contra a “ideologia de gênero, foi comum o discurso de que as crianças estariam correndo sérios riscos. Podemos verificar nos materiais de campanha frases como: “deixem nossas crianças em paz” (Imagens 26 e 27), “porque lutar pelas nossas crianças é prioridade” (Imagem 28) e “precisamos salvar nossas crianças” (Imagem 29). Neste sentido, o candidato Pastor Aléssio Violato também tomou posição e, na legenda de um de seus vídeos, escreveu: “precisamos lutar contra essa nefasta Ideologia de Gênero”. Cantora Mara Lima enfatizou, a respeito do seu mandato como Deputada Estadual: “lutei para proibir a distribuição da cartilha de gênero nas escolas e vou continuar defendendo a integridade das nossas crianças”.

Imagem 28: Alexandre Amaro: Ideologia de gênero, eu sou contra!



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 29: Missionário Ricardo Arruda: Precisamos salvar nossas crianças!!!



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Para os candidatos, este suposto mal ao qual as crianças estariam expostas, e da qual eles seriam os responsáveis por atuarem como guardiões da inocência infantil, seria criado, mais uma vez, por grupos sociais que ambicionam, segundo eles, tomar o meio educacional para difundir suas práticas e ideias consideradas nefastas. Sendo assim, estes grupos que temem a inclusão de temas como diversidade e respeito à liberdade sexual nas escolas, encontraram no ESP um instrumento que asseguraria a manutenção familiar nos moldes cristãos tradicionais. O movimento, por sua vez, impediria os professores de trabalharem determinados assuntos nas

escolas e protegeria a pretensa exclusividade dos pais e mães em educar seus filhos conforme seus próprios valores e crenças, excluindo das salas de aula as discussões consideradas uma ameaça às crianças.

Na luta contra este mal, fazem mais uma vez o apelo à liberdade e direitos familiares para a educação dos filhos, e o que percebemos é que “estabelece-se, assim, uma hierarquia estrita entre família e escola, com o predomínio incontestado da primeira” (MIGUEL, 2016, p. 603). Na contramão do que se busca com os estudos relacionados ao gênero e à sua discussão nas escolas, há um forte movimento que busca desacreditar todas as pesquisas da área e as pautas dos grupos minoritários em torno do reconhecimento e respeito à diversidade sexual, assim como atribuir a estes grupos as causas de uma desconstrução da família tradicional. Nota-se, com isso, que a “ideologia de gênero”, em especial as discussões sobre sua presença nos ambientes escolares, “despertou uma espécie de pânico moral, retrocesso e demonização do ‘inimigo’” (REIS; EGGERT, 2017, p. 20). Diante deste cenário, os candidatos se colocam como solução para recuperar a moralidade perdida na sociedade brasileira, tal como destacado no capítulo anterior.

Entre as pautas destes supostos “inimigos” da família tradicional, representados pelos movimentos LGBT`s, consta a garantia dos direitos humanos, com a solicitação nos últimos anos, por exemplo, para conseguir transformar a homofobia em crime - conquista ocorrida por meio da aprovação pelo STF, em junho de 2019, da inclusão da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na Lei de Racismo (7.716/89)⁴². Esta reivindicação ocorreu tendo como uma de suas justificativas, além da bandeira em defesa da vida de todas as pessoas, o fator específico de que todos os anos milhares de homossexuais sofrem com a violência e mortes ocasionadas pelo preconceito no Brasil, país do mundo onde mais morrem pessoas por conta da intolerância à diversidade sexual⁴³. Ocorre que grupos religiosos no Congresso Nacional fizeram forte oposição a este projeto, assim como contra todo o discurso associado à “ideologia de gênero”.

A respeito deste tipo de avanço das pautas minoritárias em busca de suas garantias por vias políticas, a candidata Dra. Andreza Albuquerque compartilhou um vídeo durante sua campanha em que a Pastora Ligia Jeanine ressaltou que “devemos colocar políticos para barrar as leis que são contra o povo de Deus”, referindo-se às leis que visam a descriminalização do

⁴² Maiores informações disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

⁴³ Maiores informações disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

aborto, igualdade de direitos para homossexuais, legalização das drogas, combate à violência ocasionada por questões de gênero, entre outras. Mobilização parecida foi assumida por grupos evangélicos diante de material elaborado pelo Programa Escola Sem Homofobia em 2010, indevidamente apelidado de kit gay (VITAL; LOPES, 2012), que tinha como objetivo reconhecer a diversidade entre os gêneros e conscientizar os alunos sobre a importância do respeito às diferenças.

As referências ao chamado kit gay apareceram em algumas falas e publicações dos candidatos durante as eleições para a ALEP. Oziel Rodrigues, por exemplo, afirmou em uma de suas *lives* que: “meu compromisso como pai é não permitir que a cartilha chamada de kit gay entre nas escolas”. Da mesma forma, Ed Claudio Cruz, Claudinho compartilhou uma imagem da foto do então candidato à presidência Fernando Haddad, do PT, que dizia: “se você defende as crianças não vote nele. Haddad é o criador do kit gay para crianças de 6 anos” (Imagem 30), visto que o então candidato era Ministro da Educação no período em que o material foi produzido, em 2010. Uma das alegações se baseia na preocupação de que a homossexualidade seja naturalizada na sociedade e que possa, de alguma forma, incentivar as crianças e adolescentes a se tornarem homossexuais e, conseqüentemente, promíscuas, colocando em risco, novamente, a entidade familiar de constituição cristã, em uma lógica que, ademais, acaba inclusive por estigmatizar as pessoas homossexuais a partir de características consideradas não morais e que lhes seriam inerentes.

Imagem 30: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Contra o kit gay para crianças



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Ocorre que o conteúdo deste material foi pouco estudado e amplamente criticado pelos parlamentares conservadores do Congresso Nacional e pela sociedade de modo geral, tornando-

se o “estopim para a consolidação de um discurso contrário às políticas de gênero” (BALIEIRO, 2018, p. 6), o qual ganhou eco em setores da sociedade e se espalhou nacionalmente. De forma distorcida, o chamado “kit gay” tornou-se sinônimo de imoralidade e perversão entre os grupos conservadores, em especial religiosos que se posicionaram contra as discussões sobre educação sexual nas escolas. No entanto, ao contrário do que se propalou, o objetivo do material era fazer com que os alunos conhecessem o próprio corpo, evitassem casos de pedofilia, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, estimulando, ainda, o respeito e a tolerância com a diversidade. Aqui, mais uma vez e conforme observado no cenário nacional neste embate contra a distribuição deste tipo de material (BALIEIRO, 2018), a tentativa destes grupos conservadores foi a de criar um clima de insegurança, em que as crianças estariam expostas a uma situação de ameaça caso tivessem contato com o conteúdo das cartilhas sobre educação sexual. Ao criarem um cenário de medo e um tipo de terrorismo moralista, buscaram atribuir para si a missão de protetor dos valores morais e cristãos, se aproveitando da falta de conhecimento e do medo de parte da população para implantar e difundir suas ideias.

Em um vídeo publicado pelo candidato Samuel Pinheiro em sua página, com a legenda “Todos contra a Ideologia de Gênero”, a agora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo do presidente Jair Bolsonaro, Damares Alves, fala sobre os supostos problemas e ameaças às crianças proporcionados pela “ideologia de gênero”. Ela afirma, sem apresentar as fontes de suas informações, que no Brasil estão catalogadas 70 identidades de gênero, e diz: “as crianças estão conhecendo as 70, os professores, os educadores em sala de aula, estão dizendo o seguinte: você não é menino, escolhe uma das 70”. Segundo ela, esta situação estaria gerando grande confusão na cabeça das crianças, e levando muitos adolescentes e jovens ao suicídio. Para Tiburi (2018, p. 69), a falta de argumentos gera ataques abstratos, “numa necessidade visível de demonizar a categoria gênero e, assim, aniquilar seu potencial libertário”. Consonante com tal colocação, as afirmações presentes no vídeo atribuem ao educador e a escola o papel de grandes vilões da sociedade, responsáveis por ações que promovem, inclusive, a morte de diversas pessoas.

Além dos materiais e temas já apresentados no presente eixo, tivemos ainda publicações que compreenderam a defesa do ensino religioso e militar nas escolas. Diante das acusações de doutrinação política e ideológica da esquerda, e para a melhoria da qualidade do ensino público, uma das saídas apontadas pelo candidato Zé Luiz seria a introdução do ensino religioso como disciplina escolar, o que provocaria, inclusive, a diminuição da violência e a garantia da moralidade. Assim, se refere na Imagem 31: “com o ensino religioso eu aprendi: valores e princípios – respeito aos cidadãos –, temor a Deus”, e na Imagem 32 ressaltou: “Eu prefiro ver

a Bíblia na escola do que o jovem na prisão”, complementando com a frase: “Pela volta do ensino religioso”. As afirmações do candidato em questão não deixam claro que tipo de ensino religioso deve ser promovido, muito menos se contempla a pluralidade de crenças dos alunos, contudo, ao se referir à Bíblia e a Deus, demonstra que se trata de um ensino confessional cristão⁴⁴ que por si só, e automaticamente, seria a salvação para a formação e o comportamento dos jovens.

Teoricamente, neste ponto, a proposta de campanha apresentada por Zé Luiz entra em atrito com um dos objetivos do ESP, que é a neutralidade no tratamento de questões religiosas em sala de aula pelos professores (PÁTARO et al., 2018). Porém, conforme apontam Souza e Oliveira, estes grupos que apoiam o ESP não querem neutralidade política, ideológica ou religiosa, “pelo contrário, anseiam o ensino de dogmas religiosos e preconceitos anticientíficos” (2017, p. 123). Neste sentido, o ensino confessional é uma prática que pode ser utilizada como forma de propagação do cristianismo e suas doutrinas, logo, vista com simpatia pelos grupos religiosos que buscam ampliar sua presença e poder de influência no espaço público.

Imagem 31: Zé Luiz: Defesa do ensino religioso nas escolas públicas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 32: Zé Luiz: Defesa da inserção da Bíblia nas escolas públicas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Para o candidato Pastor Alessio Violato, outra solução possível para a melhoria do sistema educacional seria a militarização dos colégios do país. O candidato inseriu na legenda de um vídeo compartilhado em seu perfil no *Facebook*, em que o apresentador de televisão Luciano Huck elogia a atuação de colégios militares, a seguinte frase: “essa é só para os

⁴⁴ Em setembro de 2017 o STF autorizou que o ensino religioso nas escolas públicas seja de natureza confessional, ou seja, que as aulas tenham como base uma religião específica. Maiores informações disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-09/supremo-autoriza-ensino-religioso-confessional-nas-escolas-publicas>>. Acesso em: 20 out. 2019.

PROFESSORES socialista comunista... Quantos alunos deles tiveram algum reconhecimento com algo útil??. Colégio Militar a solução para um estudo com qualidade...!! (sic)”. A frase é um ataque aos professores da rede pública que, segundo a ala conservadora da sociedade que apoia o ESP, como vimos, estariam promovendo retrocessos educacionais em razão de uma suposta doutrinação política autorizada pelo Estado, o qual passou a ser um inimigo a ser combatido, em especial os governos petistas, acusados de serem a “encarnação do comunismo no Brasil” (SANTOS, 2018, p. 121).

A afirmação não considera os desafios e a precariedade dos colégios públicos que, pela falta de investimento, muitas vezes não fornecem aos alunos as condições necessárias para uma aprendizagem considerada adequada, fato que não está ligado à inclinação política dos professores, mas sim a um problema estrutural mais amplo. Ainda, a generalização quanto ao posicionamento dos professores acaba por desconsiderar a pluralidade de posições políticas por parte dos profissionais da educação, colocando-os em situação de constante tensão e vigilância.

Os grupos sociais considerados inimigos pelos candidatos evangélicos – atacados constantemente durante a campanha eleitoral – surgem por meio de uma abertura política que possibilitou a emergência de vozes laicas, antes invisibilizadas, que passaram a reivindicar o reconhecimento de outros valores e formas de relacionamento entre as pessoas, mas sem ameaçar ou deslegitimar o modelo familiar defendido pelos grupos religiosos. A luta dos movimentos sociais – tanto feministas como LGBT`s – é contra a hegemonia religiosa e a imposição de suas normas e práticas à sociedade, bem como contra sua presença nos espaços públicos institucionais, visto que o Estado brasileiro, ao se declarar laico, deve primar pela diversidade, buscando garantir os mesmos direitos a todos os cidadãos, indistintamente. Não obstante, a reação dos grupos religiosos representa o medo de que o modelo familiar patriarcal perca sua hegemonia na sociedade brasileira. Em defesa dessa posição, usam o discurso da laicidade e da liberdade religiosa para reafirmarem o direito de opinar e reivindicar uma única estrutura familiar como legítima, sem considerar que as práticas atuais favorecem a moralidade cristã, invisibilizando e invalidando outras manifestações.

Em meio a estes confrontos de interesses, além do PT, o inimigo dos religiosos em questão é representado por toda a esquerda. Neste jogo de forças, as ideias e conceitos da esquerda foram e são, em vários casos, distorcidos, ou mesmo inventados e falsificados por seus opositores, em especial por meio das *fake news*, disseminadas principalmente pelas mídias sociais. Durante as campanhas eleitorais analisadas tivemos, por exemplo, uma fala do Missionário Ricardo Arruda dizendo que a “ideologia de gênero” é coisa da “maldita esquerda corrupta comunista”. Esta conexão entre comunismo e “ideologia de gênero” é comum,

segundo Santos (2018), mas os que fazem tais afirmações não explicam o motivo ou origem desta relação, desconsiderando que as teorias comunistas não tratam diretamente das questões de gênero. A alegação do candidato fica, dessa maneira, vaga, sem argumentos que deem credibilidade à afirmação, contudo, pela simplicidade como é apresentada, torna-se de fácil reprodução e disseminação na sociedade e nas mídias sociais. A (des)informação por parte da população, ou mesmo a crença incontestável nos atores políticos e religiosos, faz com que tais discursos tomem expressão de verdade, e se tornem base para interpretações distorcidas da realidade e das reais intenções de alguns grupos que lutam pela promoção da igualdade e combate às violências de gênero e sexuais.

3.3 Sobre a reprodução e valorização da vida

Em diálogo e corroborando com o ideal de preservação da chamada família tradicional, os temas da descriminalização do aborto e das drogas estão entre as principais pautas que vão contra valores e crenças de cristãos evangélicos conservadores, e aparecem com regularidade entre os materiais de campanha analisados. As publicações expressam, de forma geral, um tom acusatório, tanto a pessoas como a grupos que defendem a descriminalização do aborto e das drogas – sendo que o primeiro tema é explorado com maior intensidade. Abordaremos neste eixo o material de 19 candidatos que trataram destas temáticas durante suas campanhas, os quais apresentam intensidades distintas em suas formas de expressão e condenação das práticas abortivas e liberalização do consumo de drogas.

No que tange à descriminalização e legalização do aborto no Brasil, nota-se que tais discussões por parte de grupos religiosos cresceram exponencialmente no âmbito público a partir do governo Lula, entre 2002 a 2009. Isso se deu quando propostas que visavam legalizar a interrupção da gravidez foram levadas para discussão no legislativo nacional, assim como outras pautas de cunho progressista passaram a ganhar espaço no âmbito político – tendo se agudizado durante o mandato da presidente Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016 (MACHADO L., 2017; MACHADO, 2012). Estas discussões se ampliaram e se estenderam às campanhas eleitorais de 2018, sendo que os candidatos evangélicos analisados na presente pesquisa apresentaram posturas não somente contrárias à legalização do aborto, como intensas e beligerantes.

Vale lembrar que os defensores da legalização do aborto não incentivam a prática em si, mas defendem o direito de as mulheres escolherem sobre gerar ou não uma vida em casos específicos, como nos de gravidez indesejada ou de risco. Ao tratar do histórico das lutas feministas no Brasil, Pimentel e Villela (2012, p. 20) ressaltam que “defender a

descriminalização ou legalização do aborto é lutar por um projeto de sociedade equânime nas relações de gênero, tendo a equidade como princípio e diretriz para que as diferenças possam ser convividas e vivenciadas dentro do mesmo espaço”. Para as autoras, assegurar a liberdade de escolha para as mulheres no que tange à maternidade é o primeiro passo para se alcançar a igualdade de gênero e garantir a emancipação feminina na sociedade. Ainda, a liberdade de decisão da mulher é fundamental para que se cumpram os direitos humanos, reprodutivos e sexuais dos quais as mesmas são portadoras. Este direito de escolha reivindicado pelos movimentos feministas brasileiros já é uma realidade em vários países do mundo há muitos anos, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando do fortalecimento dos movimentos feministas e de mudanças culturais que afetaram boa parte do mundo (PEDRO, 2006; REBOUÇAS; DUTRA, 2011; SANTOS, 2015).

Na contramão de pautas erguidas pelos movimentos feministas, alguns candidatos à ALEP em 2018 tomaram o tema do aborto como bandeira a ser combatida, tratando-o como um assunto essencialmente moral e religioso, sem levantar o debate sobre a liberdade e direito da mulher, de risco de sua vida, e sem abordar a situação como uma questão de saúde pública. Ocorre que diversas mulheres, em sua maioria em situação de pobreza, morrem ao realizar clandestinamente abortos sem o auxílio médico necessário, enquanto aquelas que possuem condições financeiras realizam o procedimento em clínicas particulares, mesmo que de forma ilegal (KREUZ, 2016). Também desconsiderando os direitos da mulher, a FPE, no Congresso Nacional, tem feito campanhas em defesa dos direitos à vida desde a concepção.

Para garantir tais direitos, está em tramitação no Congresso desde 2007 o Projeto de Lei que visa a instauração do Estatuto do Nascituro, o qual afirma em seu artigo 3º que “o nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica através deste estatuto e da lei civil e penal”⁴⁵. O que se observa é a tentativa de aumentar as punições ligadas às praticantes do aborto, e garantir a vida dos fetos mesmo nos casos em que a legislação atual permite a realização do procedimento (TADVALD, 2015), como nos casos de gravidez oriunda de estupro, de fetos anencefálicos ou em que a vida da mulher esteja em risco.

Em oposição às movimentações da FPE e demais grupos que buscam manter a criminalização do aborto, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) solicitou em 2018 uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 442), que objetiva

⁴⁵ Projeto de Lei n. 478/2007, proposto pelos deputados Luis Bassuma (PT/Bahia) e Miguel Martini (Partido Humanista da Solidariedade - PHS/Minas Gerais). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

descriminalizar o aborto até a 12^o semana de gestação⁴⁶. A ação do PSOL foi para debate no STF em agosto do mesmo ano, e teve reação imediata dos grupos conservadores, em especial dos religiosos, que se articularam em manifestações e declarações públicas de oposição ao proposto. Por conta destas discussões que estavam em alta no cenário público no período eleitoral, vários candidatos se posicionaram contra o aborto e se fizeram presentes em manifestações nacionais promovidas por Igrejas evangélicas e pela Igreja Católica. No ato realizado em agosto de 2018 na cidade de Maringá, por exemplo, o candidato Pastor Sandro Martins esteve presente na Marcha “Pró-Vida”. Já no mês de setembro, os candidatos Ezequias Barros, Gilson de Souza, Samuel Pinheiro, Cantora Mara Lima e Carla Pimentel compareceram na Manifestação Pela Vida, realizada em Curitiba.

Alinhado à defesa dos direitos do feto desde a sua concepção e contra a proposta da ADPF 442, o candidato Ezequias Barros fez uma publicação em que destacou alguns fatos sobre os fetos até a 12^o semana de gestação, período em que se discute a possibilidade de realização do aborto legal (Imagem 33).

Imagem 33: Ezequias Barros: Fatos sobre os fetos



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 34: Missionário Ricardo Arruda: O aborto como assassinato



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Neste período, conforme destaca a imagem acima, o coração do feto já está batendo, ele pode ter ondas cerebrais detectadas, pode soluçar, passa a ter impressões digitais, já pode sorrir e sentir dor. Ao explicitar estes fatores, o texto da postagem busca demonstrar que o feto possui

⁴⁶ A ADPF 442 solicitada pelo PSOL busca declarar como inconstitucional os artigos 124 e 126 do código penal brasileiro, que tratam do aborto como ato criminoso. A audiência realizada em 6 de agosto de 2018 levou para o debate público no STF cientistas, religiosos, juristas, entre outros, defensores e apoiadores da legalização do aborto, para apresentarem suas posições e dos grupos nos quais representam. A votação do STF sobre o assunto não tem data marcada (COSTA, 2018).

vida mesmo antes da 12ª semana de gestação, e deixa subentendido que o aborto, mesmo dentro da lei, é uma forma de assassinato. Diante destes argumentos apresentados, o objetivo do candidato é acusar as pessoas que realizam tal ato de criminosas, sem discutir a questão da liberdade da mulher, as condições que a levam a desejar não ter um bebê e outros problemas de saúde pública.

Ao apresentar fatos sobre a vida do feto ainda no útero da mulher, notamos o uso de um discurso não necessariamente de cunho religioso, mas de origem, ao menos aparentemente, científica. Estes argumentos foram utilizados para sustentar uma posição contra a legalização do aborto e, inclusive, para refutar a proposta de setores sociais e partidos políticos que defendiam a ADPF 442. Ao tratar das implicações do uso do discurso científico por religiosos para defenderem suas posições em relação ao aborto, Lia Zanotta Machado (2017, p. 39) afirma que “o travestimento do discurso religioso em discurso científico consegue argumentar que a pessoa-indivíduo-alma já existe lá no zigoto, que zigoto e pessoa são o mesmo. E em nome da moral, definem não ser possível fazer o aborto em nenhuma circunstância”, atribuindo com isso um verniz científico para pautas de cunho moral e cristãos.

Acordando com assertivas que condenam o aborto, o candidato Ed Claudio Cruz, Claudinho compartilhou em seu perfil no *Facebook* o vídeo de um médico, especialista em ginecologia, realizando explicações diante do STF durante um debate sobre o aborto, utilizando justificativas próprias da área da saúde e da medicina legal para arguir contra sua descriminalização. O uso de uma figura reconhecida pelo campo da medicina gera credibilidade à pauta em questão e, neste processo, a legitimidade fornecida pelo campo científico passa a ser vinculada a significados do sagrado, os quais são associados à vida (RIBEIRO, 2017). Os candidatos passam com isso a agregar às suas pautas, além de argumentos religiosos, forças e grupos seculares, que contribuem para legitimação de seus discursos no espaço público.

Além da tentativa de se ancorar em um discurso científico, nos materiais de campanha também tivemos casos em que os candidatos buscaram demonizar a imagem de quem defende e realiza o aborto. Conforme consta em uma postagem de chamada para *live*, Missionário Ricardo Arruda (Imagem 34) afirmou que “assassinato é crime. Aborto é assassinato. Logo, aborto é crime, sem mais”. Em parte de sua fala durante uma *live*, o mesmo candidato ressaltou que “falar de aborto, de matar inocente é um verdadeiro absurdo contra a palavra de Deus”. Para estes grupos conservadores, conforme aponta Kreuz (2016, p. 55), “a interrupção da gestação de uma vida humana representaria uma violação à representação de Deus – razão pela qual os religiosos insistem na defesa da proibição”. Para os religiosos que se colocam contra a legalização do aborto, a morte de um feto, mesmo em sua fase inicial, representa uma

“atrocidade praticada contra a divindade, que concede aos seres o direito à vida” (KREUZ, 2016, p. 55). Nesta perspectiva, tanto o texto da postagem como a fala apresentada pelo candidato buscam gerar uma interpretação que torne as praticantes do aborto assassinas, e acabam simplificando uma discussão complexa ao desconsiderar todo o contexto social, econômico e psicológico no qual a mulher está inserida, os quais são fundamentais para sua escolha de ser ou não mãe.

Também em defesa da vida e contra a descriminalização do aborto, o evangélico Bill Pastéis tratou como hedionda a prática abortiva, e escreveu o seguinte na legenda da publicação da Imagem 35:

O aborto é a soma de dois crimes, pois não se limita à atrocidade de negar luz a uma existência, como também tenta legitimar a mais bárbara dentre as covardias, chegando ao ponto de bestializar a surda e cega consciência daqueles que o aprovam! Deus é contra o aborto, a bíblia é contra o aborto, por isso EU sou contra o aborto!

Nota-se nos posicionamentos dos candidatos a recorrência diretamente a Deus e à Bíblia para justificar suas afirmações, como forma de pautar suas escolhas na vontade divina. Temos ainda, na postagem de Bill Pastéis, a tentativa de tornar a ideia do aborto algo brutal, selvagem, que desqualifica moralmente os que aprovam sua descriminalização. De forma parecida, na legenda da Imagem 36, a Cantora Mara Lima afirmou: “há várias formas de evitarmos um ato tão agressivo, sou a favor de alternativas que garantam a vida de um ser humano tão indefeso”. Para estes candidatos e demais grupos religiosos conservadores, “as mulheres, uma vez fecundadas, devem ser obrigatoriamente mães” (MACHADO L., 2017, p. 31). Esta defesa tem seus fundamentos em uma construção patriarcal da sociedade, que afirma que o corpo feminino possui significados que o tornam alheio à própria mulher (ZAHLUTH; LIMA; DIAS, 2019), ou seja, a maternidade seria uma consequência que não pode ser questionada pelas mulheres por seu um desígnio de Deus. Neste ponto, em especial, as discussões feministas se apresentam como um perigo à ordem patriarcal cristã, visto que ela tem como foco mostrar ao mundo que as mulheres têm o direito de decidir sobre o próprio corpo e que o aborto pode ser realizado sem o julgamento e condenação religiosa.

Imagem 35: Bill Pastéis: Cristão contra o aborto

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 36: Cantora Mara Lima: Contra o aborto

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 37: Misael Junior: Contra o aborto

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 38: João Geraldo Barros: A favor da vida

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Diante destas problemáticas, notamos que mesmo que a realização do aborto possa conduzir a mãe a certos bens, como saúde e até mesmo a vida da mulher, a prática nunca seria justificável para estes candidatos evangélicos. Desta forma, se for preciso que a mãe morra para salvar a vida do bebê, que assim seja, desde que seja cumprida a vontade de Deus, a qual estaria acima de qualquer outra coisa. Baseado em tal premissa, temos um discurso afirmador de que não cabe a nenhum ser humano legislar sobre a vida de outra pessoa, visto que tal julgamento deve ser atribuído apenas a Deus e mediado pela Igreja.

Conforme podemos notar nos materiais que versam sobre a preservação da vida, a temática do aborto está intrinsecamente relacionada à legitimidade dos discursos sobre os costumes cristãos e a defesa do modelo familiar tradicional, aspecto central da mobilização evangélica na política e a partir do qual se desdobram pautas como a luta contra o direito ao

aborto e contra demais demandas da população feminista e LGBT's (SANTOS, 2018). Durante as campanhas para a ALEP em 2018, a questão do aborto foi apresentada, sobretudo, por candidatos que tiveram como pauta a defesa da família, como a Cantora Mara Lima (Imagem 36) e Misael Junior (Imagem 37), além de estar entrelaçado a um discurso “a favor da vida”, como publicado por João Geraldo Barros (Imagem 38). A candidata Rosângela Silveira, por exemplo, destacou em uma de suas postagens que iria, caso eleita, realizar a fiscalização de “projetos que tenham por finalidade desconstruir a importância da família” e “lutar pela proteção da vida de forma geral, inclusive a uterina”, destacando a luta contra o aborto.

Sobre a relação entre a criminalização do aborto e a manutenção da estrutura familiar patriarcal, Machado ressalta que a defesa do aborto como crime está ligada a:

uma estratégia e parte integrante da proposta de imposição de um único modelo de família que visa bloquear a pluralidade das formas variadas de arranjos familiares que se desenvolvem no Brasil e no mundo e bloquear as formas diversas de exercer direitos sexuais e reprodutivos. Visa em especial o exercício do controle sobre a reprodução das mulheres, em nome dos valores religiosos (MACHADO L., 2017, p. 23).

Podemos inferir, com base no excerto acima, que há uma tentativa de manter um controle rígido sobre os corpos por parte das instituições religiosas, o que implica na centralização do poder sobre as decisões individuais, tanto dos fiéis como da sociedade de forma geral. Este processo tem como premissa manter a entidade familiar preservada de qualquer prática que pode vir a ameaçá-la, mesmo que em detrimento da privacidade, da liberdade e da emancipação feminina.

Na busca pela transformação da cultura patriarcal predominante em nossa sociedade e pela liberdade da mulher, Lucena (2011) ressalta que o exercício do controle da fertilidade feminina, com a utilização de métodos anticoncepcionais, tornou-se um elemento decisivo neste processo, bem como a opção pelo aborto, nos países onde esta prática é uma alternativa legal. Logo, em países como o Brasil, em que o aborto é considerado crime, a autonomia da mulher e a equidade entre os gêneros ainda encontram barreiras contundentes, como evidenciado a partir da postura dos candidatos evangélicos aqui estudados e demais religiosos presentes em outras esferas políticas e na sociedade civil.

Como uma destas barreiras à autonomia feminina, podemos entender as formas distintas com que candidatos evangélicos se posicionaram contra o aborto durante as campanhas, em alguns casos condenando a mulher, como já apresentado, ou então com apelos emotivos. Neste último caso, tivemos materiais voltados para sensibilizar e convencer o público, bem como para

servir de argumento na defesa de seus posicionamentos. Para tanto, temos a presença de imagens de bebês e fetos, sob a suposição, mesmo que subjetivamente presente nas publicações, de que suas vidas estariam correndo sérios riscos, caso o aborto fosse legalizado no Brasil. Para Montero, Silva e Sales (2018, p. 156), “esse tipo material, ao humanizar aquilo que seria objeto de um aborto, interpela as emoções da audiência transformando um potencial direito abstrato em um ato moralmente cruel”.

Neste sentido, nas publicações das Imagens 39, 40, 41 e 42, temos um forte apelo emocional aos eleitores, buscando sensibilizá-los diante de tais imagens, que foram acompanhadas por frases como: “nós, seres humanos, não temos o direito de interferir sobre a vida, somente Deus” (Imagem 39); “sou contra o aborto. Eu defendo a vida!” (Imagem 40); “Brasil sem aborto” (Imagem 42). Neste tipo de material, a figura da mulher desaparece, o feto se torna protagonista do processo de gravidez, ganhando autonomia em relação ao desejo da mãe (MONTERO; SILVA; SALES, 2018). Por fim, notamos que o uso de tais imagens não é mera casualidade, além de gerar comoção social, ao demonstrar que os fetos são seres indefesos e frágeis, os candidatos se colocam no papel de protetores da vida, tal como feito ao tratar da família e das crianças, como apresentado nos eixos anteriores.

Imagem 39: Elizeu Liberato: Contra o aborto



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 40: Damasceno Júnior: Contra o aborto e a favor da vida



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 41: Professor Luiz Arnaldo:
Contra o aborto



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações de Poder.

Imagem 42: Noemia Rocha: Brasil sem aborto



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura
e Relações de Poder.

Como podemos constatar, ao produzir um discurso emotivo, Professor Luiz Arnaldo aborda a questão das mulheres que tentam engravidar mas, por conta de algum problema, não conseguem (Imagem 41). O contraponto ressaltado no texto apresenta com certa crueldade aqueles que lutam pela legalização do aborto, por ser a gravidez e a geração de uma criança algo tão almejado por algumas pessoas e algo que deve estar intrínseco às famílias. O instinto materno surge como inerente à natureza da mulher, como se elas tivessem a função primeira de garantir a reprodução humana.

Reforçando este viés apelativo, Elizeu Liberato publicou um vídeo de sua fala no plenário da câmara municipal de Foz do Iguaçu, onde é vereador, em que ressaltou sua preocupação a respeito da possível decisão do STF, que apreciava a matéria sobre a ADPF 442. Na ocasião, o candidato usou como exemplo a figura de Maria, a mãe de Jesus Cristo, que, segundo ele, se tivesse optado por abortar por conta de sua gravidez inesperada, não teria dado a vida ao filho de Deus. Temos então narrativas que recorrem a diferentes aspectos e argumentos para barrar a possível legalização do aborto e, com esta argumentação, buscam conquistar o apoio dos eleitores durante o pleito. Ao mesmo tempo, de forma implícita, notamos a tentativa de negatar as lutas de movimentos sociais, entre os quais aqueles ligados à causa feminista, que buscam garantias de liberdades sexuais e reprodutivas para as mulheres, mesmo para aquelas que ambicionam ser mãe e constituir família nos moldes tradicionais.

O tema do aborto ganhou tal relevância durante as eleições que, por exemplo, o candidato Samuel Pinheiro teria deixado de apoiar o candidato ao Senado pelo Paraná, Professor Oriovisto (Podemos), ao descobrir seu posicionamento em relação ao aborto. Em uma postagem em sua página no *Facebook*, Samuel Pinheiro declarou: “eu havia colocado na minha

lista para votação o Candidato a Senador Oriovisto, porém foi divulgado uma entrevista onde ele diz ser a favor ao casamento Homossexual e também ao aborto”. Percebemos, com a narrativa do candidato, o quanto os valores morais influenciam em suas decisões políticas, e como o mesmo se preocupa em manter a representação da sua imagem de campanha frente ao eleitorado afastada de qualquer relação com as pautas dos movimentos progressistas. O posicionamento de Samuel Pinheiro, ao deixar de apoiar determinado candidato por razão de sua opinião sobre temas ligados à moralidade, deixa explícita sua tentativa em assumir uma performance de campanha pautada sobre um viés conservador, a qual é justificada pelos valores religiosos cristãos, mesmo que para isso seja preciso negligenciar uma parcela da sociedade.

Da mesma forma que o tema do aborto, a legalização das drogas compôs o escopo de pautas de campanha de alguns candidatos evangélicos à ALEP, entendida novamente como uma ameaça às famílias. O debate sobre a legalização das drogas é recorrente no meio público brasileiro (SANTOS, 2018; BARROS; MARTA, 2011), em especial sobre o uso da maconha⁴⁷, e tanto a Igreja Católica como, em sua maioria, as evangélicas se posicionam contrariamente à liberação do consumo e comercialização de entorpecentes. Conforme pesquisa realizada por Prandi e Santos (2017), há um certo consenso por parte da população brasileira, sendo que aproximadamente 82% das pessoas concordam com o que pregam as igrejas em relação à proibição das drogas. Além do discurso dos líderes religiosos contra o consumo de drogas, o trabalho social com dependentes químicos realizado por diversas igrejas no Brasil corrobora com seu posicionamento e combate a esta suposta ameaça. Neste sentido, alguns dos candidatos evangélicos analisados apresentaram propostas e pautas de campanha de combate às drogas, ou então, exploraram em suas campanhas o papel das igrejas no trabalho de recuperação de dependentes químicos.

O que podemos perceber, tanto nos materiais de campanha analisados como no discurso religioso em relação às drogas, é a busca pela criminalização e condenação do consumo. É impelido no meio religioso o debate que busque legalizar o consumo de drogas e tratar o caso como uma situação de saúde pública, sob a alegação de que os usuários, além de destruir a própria vida, levam a dor e sofrimento aos seus familiares. Já os grupos que defendem a legalização das drogas, por exemplo, consideram que, com a proibição, há um dano social muito maior, com o tráfico de drogas, a violência e os problemas ligados à saúde dos usuários (LARANJEIRA, 2010; PEREIRA et al., 2013). Um dos argumentos utilizados pelos defensores

⁴⁷ Ocorre anualmente em diversas cidades brasileiras, assim como em outros países, a chamada Marcha da Maconha, em que manifestantes se reúnem para reivindicar a flexibilização das leis que regulamentam o uso da erva de forma recreativa bem como a descriminalização do seu comércio (BARROS; MARTA, 2011).

da legalização do comércio e consumo de drogas é o exemplo de países como Holanda e Suíça, que possuem políticas de redução de danos, com instrução aos usuários e distribuição de materiais para consumo adequado – como seringas descartáveis – e destinação de espaços próprios para esta prática, reduzindo desta forma a disseminação do vírus do HIV e diminuindo os casos de morte por overdose (PEREIRA et al., 2013). Outros pontos colocados como justificativas para a regulamentação da circulação das drogas são os seguintes:

Os direitos humanos, porque a pessoa tem o direito e deve ser capaz de tomar decisões referentes à sua própria vida; a violência, que se acredita que diminuiria, assim como ocorreu com a Holanda e Portugal; e a restrição do acesso às drogas por parte dos jovens, pois o comércio seria regulamentado pelo governo, que vetaria sua venda para menores de 18 anos 20, a exemplo do álcool e do tabaco (PEREIRA et al., 2013, p. 369).

A liberdade individual de escolha é um ponto reivindicado pelos usuários, em especial da maconha, que colocam esta questão como um direito dos cidadãos, que estaria sendo infringido com a proibição (LARANJEIRA, 2010). Em especial entre os usuários da maconha, é comum também a narrativa de que seus efeitos são muito menos prejudiciais que o álcool e o tabaco – tanto em relação à saúde quanto aos efeitos nas relações sociais –, drogas lícitas comercializadas e consumidas livremente no Brasil. Há ainda o argumento de que a regulamentação do comércio ilegal pode gerar maior arrecadação de impostos e geração de empregos, contribuindo com o crescimento econômico do país.

Apesar dos argumentos e questões apresentadas, não se percebe, entre os religiosos conservadores, abertura para discutir sobre o assunto. O que há é uma visão radical e recorrente de que as drogas são uma ameaça às famílias, e por isso devem ser extirpadas da sociedade. Na Imagem 43, o candidato Bill Pastéis ressaltou sua posição a favor de uma política antidrogas, e na legenda da publicação salientou: “sou contra tudo que destrói uma família e sou a favor da vida”. De maneira análoga, a candidata Vandeli Lima destacou sua luta no combate às drogas, visto que ela trabalha em um projeto social de resgate e ajuda a pessoas viciadas, e na postagem da Imagem 44 utilizou uma frase que apresenta tanto a pauta das drogas como a defesa da família: “a força da família contra as drogas”.

Imagem 43: Bill Pastéis: Sou a favor da política anti-drogas



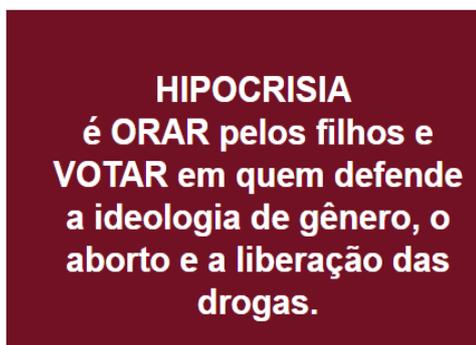
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 44: Vandeli Lima: A força da família contra as drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 45: Ed Claudio Cruz, Claudinho: Contra a liberação das drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 46: Pastor Silvio Toshio: Contra a liberação das drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Tomando a defesa da família como ponto central da sua discussão, Ed Claudio Cruz, Claudinho chamou de hipócritas aqueles que prezam pela família mas apoiam candidatos que defendem a liberação das drogas e outras pautas de cunho progressista, como aborto e educação sexual (Imagem 45). Condenando os eleitores que votam em candidatos que visam a garantia dos direitos humanos e das liberdades individuais, Pastor Silvio Toshio publicou um vídeo (Imagem 46) em que o Pastor Ednaldo Batista Ribeiro, de Cascavel, Paraná, alegou o seguinte: “oram pela família, mas nas eleições votam em candidatos que defendem a sua desconstrução [...]. Oram pelos drogados, mas nas eleições votam em candidatos que defendem a liberação das drogas”. Os trechos dos materiais apresentados são expressos como uma forma de condenação e acusação ao eleitorado que apoia candidatos que possuem pautas consideradas imorais, como é o caso da descriminalização das drogas. Para os candidatos evangélicos, a

liberação do comércio de entorpecentes considerados ilícitos irá agudizar a suposta ameaça que a estrutura familiar está sofrendo pelo avanço dos grupos minoritários, e estaria também ligado à libertinagem, que foge aos preceitos divinos cristãos.

Entre os candidatos que abordaram a questão das drogas, tivemos, por exemplo, a candidata Noemia Rocha, que gravou vídeos de sua visita à Comunidade Terapêutica Hermon para pedir votos e falar sobre a importância do projeto. Esta comunidade atua na recuperação de dependentes químicos na região metropolitana de Curitiba e em seu site apresenta como um de seus objetivos a prática da espiritualidade sem a imposição de crenças religiosas⁴⁸, embora durante o vídeo a candidata Noemia Rocha faça referência a pastores, ainda que sem citar uma igreja específica. A pleiteante buscou se apresentar como representante da luta pela valorização e legalização das chamadas “casas de recuperação” financiadas pelas igrejas evangélicas, e defendeu a atuação das instituições religiosas no tratamento e combate às drogas. Em um vídeo de uma de suas falas no plenário da Câmara Municipal de Curitiba, onde é vereadora, afirmou que “a comunidade religiosa faz com perfeição a recuperação de jovens da dependência química por ideal. Sem dinheiro, sem apoio do poder público, com muitas dificuldades”, e ressaltou: “cremos sim no poder da palavra de Deus que muda vidas”. Nessa dinâmica envolvendo as igrejas e a questão da drogadição, destacam-se, igualmente, ações de Ed Claudio Cruz, Claudinho, que realiza trabalhos sociais com dependentes químicos, dedicando parte de seu tempo na pregação evangelística em uma chácara subsidiada pela Igreja Só o Senhor é Deus (ISOSED), localizada na cidade de Campo Mourão.

O que podemos notar nos casos apresentados é uma tentativa de reconhecer a importância social do trabalho desempenhado pelas igrejas no combate às drogas, inclusive com pautas que buscam apoio do poder público para obras religiosas (Imagem 47) e do reconhecimento da igreja como entidade filantrópica (Imagem 48).

⁴⁸ Objetivos da Comunidade Terapêutica Hermon disponíveis em: <<https://comunidadehermon.wordpress.com/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

Imagem 47: Noemia Rocha: Bandeira de trabalho social



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 48: Bill Pastéis: Reconhecer a Igreja como entidade social e filantrópica



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Além do interesse em apresentar o papel social das igrejas ao público eleitor, bem como a atividade individual de cada pleiteante, há um interesse em reconhecer legalmente as igrejas como entidades filantrópicas, fato que possibilitaria a elas o recebimento de benefícios fiscais e previdenciários para exercerem suas atividades. Para Mariz, os discursos religiosos sobre seus próprios trabalhos sociais “desempenham papel importante na construção de uma imagem positiva do grupo religioso e na luta por legitimidade no jogo político e por acesso a verbas públicas que financiem seus projetos sociais” (2016, p. 2). A exposição destas funções por parte de membros das igrejas busca dar visibilidade às instituições religiosas e demonstrar que seu compromisso com a sociedade vai além do campo da espiritualidade, questionamento feito constantemente às igrejas, e também contribui de forma concreta com práticas sociocaritativas, passando, com isso, a ser alvo de maior interesse público (MARIZ, 2016).

Ao falarmos do tratamento dos dependentes químicos, é válido destacar o nível de reincidência entre os usuários após saírem das clínicas de reabilitação. Conforme estudos realizados por Pedroso (2014) com adolescentes usuários de crack que já haviam passado por tratamento, 90 dias após alta das clínicas cerca de 86,4% dos entrevistados haviam tido alguma recaída. A pesquisadora aponta ainda para o elevado número de reinternações, que chega a 5 vezes entre os usuários adultos. Outros estudos apontam ainda que aproximadamente um terço das pessoas que passam por algum tipo de tratamento para recuperação química conseguem terminar o processo com sucesso (BORINI; GUIMARÃES; BORINI, 2003). Estes percentuais colocam em dúvida a efetividade do tratamento clínico na recuperação de dependentes químicos, os quais não focam em processos de prevenção de riscos com crianças e adolescentes, por exemplo, quanto aos efeitos sociais e fisiológicos do uso de drogas. Além disso, trata-se de

um processo que acaba por consumir um montante considerável de recursos públicos e não apresenta eficácia em seus resultados (PEDROSO, 2014) – mesmo se tratando de entidades filantrópicas e religiosas, muitas delas recebem repasses de verbas do governo federal para que se mantenham ativas.

Além destas questões, pesquisas do Conselho Federal de Psicologia e do IPEA apontam que alguns centros de tratamento para dependentes químicos atuam com regras próprias que atentam contra os direitos humanos. Entre estas violações, podemos pontuar: a ausência de liberdade para escolha de uma crença religiosa (DOUDEMMENT; CONCEIÇÃO, 2018) ausência de liberdade de expressão sexual – com proibições às manifestações da homossexualidade (VILLAR; SANTOS, 2018); obrigação a trabalhos forçados e isolamento total (NATALINO, 2018). O que se observa por meio das pesquisas realizadas é que algumas destas instituições de tratamento que deveriam atuar na luta pela efetivação dos direitos humanos, acabam por seguir o caminho contrário, consolidando práticas que violam garantias fundamentais aos seres humanos.

Em alguns materiais de campanha, o tema das drogas surgiu sem grandes explicações sobre o que os candidatos consideram correto e com propostas pouco práticas de atuação sobre esta questão. Noemia Rocha, além de defender a ação das instituições filantrópicas e religiosas, também destacou como uma de suas bandeiras o combate às drogas por meio de ações que buscam não a prevenção (Imagem 49), mas o tratamento dos dependentes químicos, por meio de casas de recuperação mantidas pelo Estado e atendimento aos usuários. Gilson de Souza apenas inseriu em uma lista de pilares de ações (Imagem 50) a “prevenção às drogas e tratamento aos dependentes químicos”.

Imagem 49: Noemia Rocha: Combate às drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 50: Gilson de Souza: Prevenção às drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 51: Andreza Albuquerque: Contra a legalização das drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 52: Cantora Mara Lima: Disse não à legalização das drogas



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Já a candidata Andreza Albuquerque, inseriu o tema da legalização das drogas no campo dos itens contra os quais ela iria lutar, caso fosse eleita (Imagem 51), enquanto a Cantora Mara Lima destacou sua atuação na ALEP no combate à legalização das drogas (Imagem 52). Movimento parecido ao que observamos com o tema do aborto, a questão das drogas também esteve presente nos materiais dos candidatos que apresentaram como foco a defesa da família cristã. Podemos notar, por exemplo, que entre as demais pautas defendidas pelos candidatos nas Imagens 50 e 51, a proteção da família se faz presente, além de ser uma das bandeiras defendidas pela candidata da Imagem 52. De maneira geral, os materiais demonstram que tudo que fere a entidade familiar deve ser repreendido, e o mal está na prática do consumo em si, não nas causas que levam pessoas às drogas, ou mesmo nos motivos que levaram o tráfico de drogas a tornar-se uma opção atraente entre as camadas sociais mais pobres da sociedade.

Nos materiais analisados, o que se percebe é a tentativa dos candidatos em criarem suas representações frente ao eleitorado vinculadas a ações que promovam o bem-estar social e em prol de grupos em situação vulnerável. Contudo, ao dar foco a medidas paliativas de tratamento das drogas, não temos discussões ou pautas voltadas para uma melhoria na educação com objetivo de conscientizar as crianças e adolescentes sobre a questão da drogadição, ou mesmo sobre a situação de riscos à saúde pública que o consumo desregulado de drogas ocasiona no país. Tanto no que tange ao tema do aborto como das drogas, temos a questão moral acima de questões sociais, como a pobreza, a violência, e a saúde pública, com milhares de mulheres morrendo ao realizar abortos sem acompanhamento médico, e outras milhares de pessoas pelo uso excessivo e inapropriado de entorpecentes.

* * *

Sacralização de um determinado modelo de família, educação das crianças pautada em valores morais e religiosos, valorização da vida para a luta contra o aborto e contra as drogas. As frentes de análise aqui exploradas tratam de temas que, nos últimos anos, vêm sendo objetos de disputa pela legitimidade dos discursos e ações que os condicionam e lhe são característicos. Em nome da doutrina religiosa, inimigos foram criados e demônios precisam ser exorcizados da esfera pública, tudo isso para que “se cumpram as escrituras”, e a estrutura familiar patriarcal, considerada o núcleo perene dos valores cristãos, seja preservada. Como pudemos observar nos materiais dos candidatos, em nome da manutenção de tais valores, as crianças devem ser limitadas a conhecer apenas conteúdos escolares condizentes com as crenças de seus pais, e o contato com a diversidade passa a representar uma ameaça. Ou seja, o Estado, e em particular a educação pública, deve estar submisso à soberania familiar cristã.

Pela bandeira da preservação da vida, notamos ainda uma retórica que afirma que a vida deve ser defendida em todos os seus aspectos, mas não abordam a questão das condições sob quais as mulheres acabam sendo obrigadas a vivenciar a gestação, nem dos abortos ilegais que levam milhares delas à morte todos os anos. A liberdade e direitos da mulher são ignorados ao tratar da criminalização da interrupção da gravidez, fato que contribui para a manutenção das desigualdades de gênero e barra o processo de emancipação feminina, legitimando assim o controle patriarcal sobre os corpos. Tal como a questão do aborto, as drogas também não são tratadas pelos candidatos como uma questão de saúde pública – embora haja uma exortação do trabalho das igrejas no tratamento dos dependentes químicos –, mas sim como uma realidade que seria derivada de escolhas individuais e dos valores morais/religiosos de cada sujeito.

De maneira geral, ao abordar os três eixos de análise apresentados, o que fica evidente é que o ponto central dos candidatos, ao tratarem destes temas, refere-se aos riscos que eles podem oferecer à manutenção da família tradicional cristã. Por fim, é explícito também que eles próprios se consideram os bastiões da moralidade, únicos capazes de resgatar os valores perdidos e ameaçados pelos grupos que lutam pela ampliação dos direitos humanos, os quais não estariam seguindo os preceitos cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das eleições paranaenses, 2018 se mostrou um marco na política brasileira, por trazer de forma exacerbada a questão moral e religiosa para o âmbito público, mesmo que este processo já estivesse em andamento em pleitos anteriores, embora, aparentemente, em menor escala e intensidade. Com o avanço evangélico sobre o espaço público, que vem ocorrendo de maneiras diversas, os valores e crenças deste grupo vêm reconfigurando práticas e relações sociais. Seja por meio das mídias tradicionais, como televisão e rádio, ou por meios contemporâneos, como a internet de modo geral e principalmente as mídias sociais – *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube* –, o que temos é uma ativa difusão de percepções de mundo baseadas em doutrinas cristãs, em uma ampla disputa entre evangélicos, católicos e grupos laicos.

Por meio das mídias sociais, tivemos um engajamento e participação crescente de indivíduos mobilizados pelo sentido da evangelização, e que, podemos acrescentar, foi impulsionado por um discurso político que ganhou eco nos últimos anos, em especial durante as eleições de 2018. O uso das mídias sociais, que permite ao usuário consumir e emitir informações e opiniões, vem reconfigurando discussões, relações e práticas eleitorais, em especial durante o “tempo da política”, em que os holofotes se voltam para os candidatos. Ocorre que, para além deste período, observamos uma atuação constante de grupos religiosos, mobilizados por um ideal conversionista, que utiliza das plataformas digitais para colocar em prática um tipo de “missão” religiosa e dar maior visibilidade às instituições. Notamos ainda que a instrumentalização das mídias é um dos fatores que têm possibilitado a emergência pública de discursos e valores religiosos no Brasil, em um jogo em que ter visibilidade é entendido como maior poder de influência e, conseqüentemente, maior capital político.

Cabe destacar que a facilidade no acesso às informações e a rapidez com que circulam possibilitam uma maior participação da população em questões públicas, o que pode contribuir para o fortalecimento da democracia. Porém, ao serem apropriadas por pessoas mal preparadas e outras tantas mal intencionadas, os meios de comunicação podem gerar também controvérsias e distorções de situações e teorias, alimentando e manipulando opiniões impróprias e fomentando discursos de ódio – como o que ocorre com as *fake news*. Neste processo, o uso ilimitado das mídias sociais pode ser entendido como um instrumento democrático ou como um meio capaz de promover retrocessos no âmbito político, a depender do objetivo daqueles que o operam e/ou manipulam seu uso.

Ladeado por esta seara de mudanças, as pautas morais defendidas pelos grupos religiosos, ao serem sobrepostas a problemas de ordem estrutural, acabam por camuflar e desviar o foco da população de questões como o crescimento das desigualdades econômicas e sociais em nosso país, desemprego, sucateamento da saúde e educação públicas, retirada de direitos dos trabalhadores, entre outros que poderíamos elencar, perpetuando assim abusos de poder, exploração, violência e miséria. Contribuindo com este cenário, tivemos grupos evangélicos de viés conservador que atuaram durante as eleições com certa truculência e fervor em defesa de uma suposta moralidade perdida, desqualificando adversários políticos e criando inimigos a serem combatidos e dizimados, muitos deles pertencentes a grupos que lutam pela ampliação dos direitos humanos. Como solução para restaurar a ordem – que teria sido desvirtuada pelos grupos laicos, como os movimentos feministas e LGBT`s –, os candidatos evangélicos se colocaram como religiosos em missão, sendo eles os portadores do conjunto de valores (cristãos) necessários para salvar o país de todos os seus problemas.

Com características muito próximas a estas destacadas, pudemos observar na disputa eleitoral para a ALEP de 2018 a presença evangélica e sua atuação em prol da preservação de valores cristãos, em especial no que tange à família tradicional. Ao pensar nas formas com que os candidatos evangélicos trataram das pautas relacionadas à manutenção da estrutura familiar patriarcal, assim como das demais discussões que se desprenderam a partir deste ideal, notamos a centralidade que a entidade familiar conquistou nas campanhas analisadas.

Nos materiais analisados, ganha destaque a defesa em favor da família tradicional, aquela formada pela divisão das funções segundo o sexo de seus integrantes – homem pai e provedor do lar, mãe responsável por zelar dos filhos e pelos afazeres domésticos – e que estaria alinhado ao que pregam os preceitos cristãos. Ao longo da história do Brasil, a sociedade foi marcada por esta formação tradicional das famílias, garantidora de privilégios masculinos. Por muito tempo, só para destacar um exemplo, a sociedade tomou como “normal” que o homem mantivesse suas concubinas fora da instituição familiar formal, e tomava como imoral o sexo antes do casamento para as mulheres, enquanto esta mesma prática era naturalizada e até incitada entre os jovens rapazes. Nota-se que esta estrutura marcada pelo patriarcado se estende também para a forma de organização social que temos posta, em que são poucos os cargos e funções de liderança ocupados por mulheres, fato que podemos notar facilmente ao olharmos para a política brasileira.

O que percebemos, com base nos materiais de campanha publicados no *Facebook* pelos candidatos evangélicos, durante o pleito de 2018 para a ALEP, foi que o modelo de família defendido estaria ameaçado pelos anseios de grupos mobilizados pela garantia dos direitos

humanos, em especial os ligados à sexualidade e à reprodução. Tais grupos, supostamente para os evangélicos aqui estudados, desejam desintegrar o modelo de família heteronormativo e banir as religiões do cenário público, quando, na verdade, buscam a garantia dos direitos humanos e das liberdades individuais das quais todos deveriam usufruir.

Por meio dos eixos de análise destacados no capítulo 3, pudemos ter um horizonte da miríade de temas que circundam a proteção do núcleo familiar, e o quanto ela mobiliza posicionamentos e narrativas. Nota-se ainda uma disputa moral em torno de sentido e de legitimidade em relação a questões sexuais e à exclusividade da família na educação das crianças, sendo esta entendida, ao lado da Igreja, como únicas fontes de sacralidade da sociedade. Ocorre que a única família considerada pelos candidatos evangélicos é aquela que segue os padrões do patriarcado, desconsiderando a gama de formações familiares existentes no Brasil atualmente. Em defesa da família, estes grupos e setores da sociedade entram em conflito com o Estado, disputando com ele a soberania dos pais na educação dos filhos e na manutenção do modelo familiar nuclear. Não identificamos a existência de material que busque garantir o direito e reconhecimento de novas estruturas familiares, senão a defesa inegociável do modelo tido como cristão, isto é, aquele formado pelo pai, mãe e filhos. Ainda, não se aborda nas referidas campanhas dos candidatos evangélicos os inúmeros casos de feminicídio ocasionados pela intolerância ligada às diferenças de gênero, ou mesmo os casos de estupro, que em boa parte das vezes ocorre no interior no núcleo familiar – da família tradicional, inclusive. Esses temas estão definitivamente afastados da pauta dos candidatos religiosos.

Ao que parece, tais candidatos acreditam ser possível um ensino escolar ideologicamente neutro – discurso que, no fim das contas, serve para cercear as práticas educativas em prol da diversidade –, mesmo que para isso seja preciso cercear a liberdade de expressão do professor, assim como distorcem o discurso a respeito das questões de gênero. O combate à “ideologia de gênero”, apresentada sob argumentos frágeis e distorcidos sobre o que realmente é a educação sexual e sua importância, é justificado sob a falsa ideia de proteção das crianças, com o intuito de gerar o que Miskolci e Campana (2017) chamam de “pânico moral”, mobilizando parte da população que acredita estar sendo ameaçada. Ao barrar uma educação voltada a fomentar o respeito à diversidade, a prevenção da violência sexual, das DST's, da pedofilia, da gravidez precoce, entre outros pontos, estes candidatos estão contribuindo para a continuidade de problemas sociais, sob uma bandeira religiosa que deveria, ao menos teoricamente, agir para sanar tais questões.

Ao tratar do movimento ESP, as propostas defendidas nos materiais explorados buscaram retirar das escolas as discussões que abordam temas como política e sexualidade,

extinguindo assim a possibilidade de as crianças terem contato com o diferente, fato tão frequente na sociedade plural em que vivemos. A falta de práticas que permitem os estudantes entenderem o outro com respeito e solidariedade acaba por gerar, como temos visto com frequência nos últimos anos, casos de intolerância e violência ocasionados por diferenças sexuais, de crenças e valores. A docência, ainda, torna-se também um desafio ao ser criminalizada, deixando os professores em situação de constante apreensão e policiamento, sem levar em conta os diversos desafios já vividos no dia a dia das salas de aula. O ESP, que prega um ensino supostamente neutro, mostra-se muito bem localizado e nada apartidário, afinal defende uma escola de partido único, onde não há espaço para pluralidade de ideias e posicionamentos. Ou seja, esta mobilização que usa como justificativa a busca pelo fim da doutrinação política e ideológica nas escolas, na verdade, esconde a intenção de fazer prevalecer uma interpretação específica de mundo, um ensino de “cabresto”, baseado em perspectivas moralmente conservadoras e economicamente liberais.

Diante do material dos candidatos evangélicos e das análises apresentadas, percebemos que o destaque dado para a manutenção do modelo familiar cristão teve por consequência o ocultamento de determinadas discussões, como já apontamos. Algumas pautas de campanha, como o combate ao aborto, são propostas de medidas paliativas, mas que não discutem as origens dos problemas. Não se fala, por exemplo, sobre os motivos que levam uma mulher a desejar o aborto, ao propor, a todo custo, barrar as possibilidades de sua descriminalização. Os candidatos se colocam a favor e em defesa da vida, mas se esquecem dos direitos e da vida das mulheres, que são desconsideradas das discussões sobre o aborto em favor do feto, e que, em muitos casos, morrem ao realizar tais práticas de modo clandestino, sem o devido amparo médico.

Ocorre que a emergência destes atores e organizações religiosas em diferentes níveis da esfera política nacional, além dos problemas que seus posicionamentos carregam, tem se confrontado ainda com o ideal de laicidade, próprio dos estados republicanos modernos do ocidente, assim como com o processo de secularização do espaço público, que implicava na noção de que a presença e atuação religiosa estaria circunscrita ao ambiente privado. Conforme indica Machado (2012), é preciso refletir sobre os riscos da falta de regulação da participação dos religiosos no campo político. Além disso, o poder de influência e controle social cada vez maior adquirido por parte das igrejas, atrelado a pautas que vão na contramão dos direitos humanos e não garantem o acesso mínimo da população a estes bens constitucionais, colocam em risco a laicidade e a democracia do país.

O material aqui cotejado gera reflexões a respeito do quanto os valores cristãos podem influenciar nos acordos e atos políticos destes candidatos, alguns deles eleitos e outros reeleitos, e em que medida as convicções religiosas podem se sobrepor a projetos que visam ações e políticas públicas inclusivas, em favor da sociedade de modo geral, e não apenas pela manutenção de um *status* frente a uma comunidade específica. A imbricação entre religião e política se mostra cada vez mais intensa, reconfigurando nosso entendimento do que é a laicidade em solo brasileiro e quais as implicações desta relação para a sociedade. Valendo-se do princípio da liberdade religiosa, garantido constitucionalmente, pudemos notar a quantidade de diferentes denominações que se fizeram presente no pleito eleitoral paranaense, cada qual à sua maneira e com suas devidas pretensões. Para além das transformações sofridas pela laicidade no Brasil, a questão principal é pensarmos em como esta “onda” religiosa que têm adentrado os espaços públicos tornou-se uma ameaça à este princípio e à própria democracia, visto que se mostra entrelaçado a discursos de ordem autoritária e carregada de preconceitos.

O cenário de desconfianças e incertezas a respeito do andamento da política brasileira, ladeado por uma desigualdade econômica e social cada vez maior, abre espaço para que narrativas messiânicas se apresentem como soluções práticas e rápidas para problemas de larga escala e complexidade, colocando-se como mais uma pedra no caminho da laicidade brasileira, a qual, se não lapidada ou retirada, pode torna-se um obstáculo ainda maior no futuro. O caminho que estes pontos levantados nos levarão somente o desenrolar dos próximos anos poderão nos revelar, visto que a secularização em nosso país não aponta para caminhos que levam à privatização religiosa.

Ressaltamos que as análises aqui realizadas não esgotam o potencial de estudo do material coletado, mas dão um panorama de como os religiosos evangélicos estão agindo para ganharem espaço e legitimidade na esfera pública, bem como os grupos identificados como seus “inimigos”, por sua natureza, devem ser repelidos, execrados do convívio social. Tendo como o *locus* principal a família tradicional cristã, vemos emergir um cenário de recrudescimento do conservadorismo e de emergência de profascismos, em partes endossado por setores evangélicos. Diante destas posições, é preciso entender o que propiciou o surgimento de tais discursos e o que motiva parcela da sociedade a aderir e apoiar estes pensamentos, para então tornar possível a garantia do respeito e das liberdades individuais.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Tales. Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 117-142.

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no *Facebook*: Usos, configurações e o papel atribuído a este site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compolitca**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 155-188, jul./dez. 2013.

AIRES, Janaine Sibelle Freires; CAMARA, Clara; SANTOS, Suzy; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 19, n. 2, p. 88-108, maio/ago. 2017.

ALMEIDA, Ronaldo. Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 163-193.

ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teóricometodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano XIV, n. 34, p. 37-49, nov. 2013.

ARAÚJO, Maria Fátima. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180-198, jan./jun. 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AVENDAÑO, Tom; BETIM, Felipe. ‘Fake News’: a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil. **El País**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427_170599.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-9, 2017.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-15, 2018.

BÁRBARA, Isabel Scrivano Martins Santa. CUNHA, Fabiana Lopes da. BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. 2017. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando

governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 105-120.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARROS, Antônio Teixeira. Como os partidos políticos brasileiros usam a Internet para atrair o eleitorado jovem. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 9-30, maio/ago. 2016.

BARROS, André; MARTA, Peres. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERTOLINI, Jeferson. Os haters da crise política: guerra de todos contra todos ou ação humana? **Ciência em Curso**, Palhoça, v. 5, n. 1, p. 41-48, jan./jun. 2016.

BÍBLIA SAGRADA. Várzea Paulista: Casa Publicadora Paulista, 2013.

BORINI, Paulo, GUIMARÃES, Romeu Cardoso, BORINI, Sabrina Bicalho. Usuários de drogas ilícitas internados em hospital psiquiátrico: padrões de uso e aspectos demográficos e epidemiológicos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 171-179, maio/jun. 2003.

BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: Contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 102, p. 93-109, 2015.

_____. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 15-66.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e política no Brasil: análise das eleições de 2002 e 2010 para a câmara federal. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (Orgs.); **Instituições e sociabilidades**: religião, política e juventudes. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013, p. 63-102.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo Aires (Orgs.). **Novas comunidades católicas**: em busca do espaço pós-moderno. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. **Século XXI**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-100, jul./dez. 2017.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Religiões e eleições 2012 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, n. 23, p. 109-144, jan./jun. 2013.

_____. Eleições gerais de 2014: Religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 16, n. 27, p. 145-171, jan./jun. 2015.

_____. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Estudos sobre seguros**. Mulheres chefes de famílias no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. Disponível em: <https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

CERVI, Emerson Urizzi; CARVALHO, Fernanda Cavassana. Conteúdo e interatividade nos portais das revistas brasileiras: uma proposta para análise da cobertura pré-eleitoral. **Observatório**, Palmas, v. 9, n. 2, p. 101-127, jan./jun. 2015.

CERVI, Emerson Urizzi; CARVALHO, Fernanda Cavassana; BUCKSTEGGE, Jaqueline Kleine. A disputa presidencial em posts e comentários no Facebook: a dinâmica das *fanpages* jornalísticas ao longo da campanha de 2014. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 5, p. 47-75, dez. 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, jun. 2010.

COSTA, Gilberto. **Sem data para votação, STF encerra debate sobre descriminalizar aborto**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/sem-data-para-votacao-stf-encerra-debate-sobre-descriminalizar-aborto>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CUNHA, Magali Nascimento. Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2016.

_____. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 217-244, set./dez. 2017a.

_____. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político religioso no Brasil dos anos 2010. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 2, p. 253-276, maio/ago. 2017b.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017.

DOUDEMMENT, Marcello; CONCEIÇÃO, Vinnie Nasser Mesquita da. Frente Parlamentar em defesa das comunidades terapêuticas. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). **Comunidades terapêuticas: temas para reflexão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018, p. 167-186.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem partido: educação sem doutrinação**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/uncategorised/deveres-do-professor/>>. Acesso em: 7 dez. 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FILHO, Otavio Frias. O que é falso sobre *fake news*. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 39-44, jan./mar. 2018.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

GELAPE, Lucas; PUTINI, Rafaela. Mais de 500 candidatos usam títulos religiosos no nome de urna. **G1**. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2YjKYe9>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

_____. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOMES, Pedro Gilberto. Miatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2016.

GONÇALVES, Rafael Bruno. A candidatura de Pastor Everaldo nas eleições presidenciais de 2014 e as metamorfoses do discurso político evangélico. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 16, n. 27, p. 323-348, jan./jun. 2015.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 35-58, jan./jun. 2006.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ISAIA, Artur Cesar. As religiões afro-brasileiras e a hierarquia católica na primeira década pós-conciliar. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, Ano IV, n. 11, p. 87-101, set. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf10/06.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

JANSEN, Roberta. Intolerância religiosa se agrava no Rio com ataques de traficantes evangélicos. **Estadão**. Ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2xmQ0jP>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

JESUS, Fátima Weiss de. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “Igreja inclusiva” no Brasil. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 131-146, out. de 2010.

_____. Igrejas inclusivas em perspectiva comparada: da “inclusão radical” ao “mover apostólico”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013, p. 1-9. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373341493_ARQUIVO_FatimaWeissGT108.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; CLETO, Murilo; DORIA, Kim (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 12-15.

JUNGBLUT, Airton. Mercado Religioso e a Internet no Brasil. In: SANTOS, Hermílio (Org.). **Debates pertinentes:** para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 139-154.

KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado:** o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo. 235f. Mestrado em Direito do Estado – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

LARANJEIRA, Ronaldo. Legalização de drogas e a saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 621-631, maio 2010.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador, São Paulo: Edufba, Edusc, 2012.

LEITE, Fábio Carvalho. Liberdade religiosa e objeção de consciência: o problema do respeito aos dias de guarda. In: ORO, Ari Pedro et al. (Orgs.). **A religião no espaço público:** atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 157-179.

LUCENA, Paola Lili. “**Nenhum lar sem o lar católico!**”: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954-1986). 357f. Mestrado em História – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-48, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54, jan./abr. 2012.

_____. Pentecostais, sexualidade e família no congresso nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

_____. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república? **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 566-586, 2016.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo. Formação em gênero e educação para a sexualidade considerações acerca do papel da escola. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 10, n. 20, p. 51-62, maio/ago. 2018.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Rever**, São Paulo, v. 8, p. 68-95, dez. 2008.

_____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio (Org.). **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 112-138.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político dos evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, jan./mar. 2019.

MARIZ, Cecília Loreto. Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil: o discurso de seus líderes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-16, out. 2016.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010.

MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada. Comunicação política no *Facebook*: eleições brasileiras de 2014 e as estratégias de campanha online. **Revista ALAIC**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 128-141, jan./jun. 2016.

MATOS, Eliane Bragança de; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. Estudo sobre a utilização do Facebook por igrejas evangélicas. **FACEF: Pesquisa Desenvolvimento e Gestão**, Franca, v. 20, n. 3, p. 251-265, set./dez. 2017.

MEYER, Birgit. Mediação e Imediatismo: formas sensoriais, ideologias semióticas e a questão do meio. **Campos: Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 145-164, 2015.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Boa política se faz com gente do bem”: Candidatos evangélicos nas eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão, PR. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n. 1, p. 197-227, jan./jun. 2017a.

_____. Religião e Política: estratégias institucionais e acionamentos religiosos por candidatos evangélicos. **Rever**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 139-165, set./dez. 2017b.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; BONINI, Lara de Fátima Grigoletto. Religião e política nas eleições o legislativo municipal de Campo Mourão/PR. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 271-291, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, Júlia. Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. **Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 2, p. 201-211, maio/ago. 2015.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-14, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MONIZ, Jorge Botelho. O secularismo hodierno à luz dos instrumentos de financiamento das igrejas e confissões religiosas europeias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 23, maio/ago. 2017.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 47-65, mar. 2006.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

MORESCO, Marcielly Cristina. O Corpo “Fala” Politicamente: As Performatividades Das/Nas Ocupações Secundaristas do Paraná. 38ª Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). **Anais eletrônicos...** São Luís, out. 2017, p. 1-11. Disponível em: <<http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?page=1>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p. 274-287.

_____. **Ciência com consciência**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Isolamento, disciplina e destino social em comunidades terapêuticas. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). **Comunidades terapêuticas: temas para reflexão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018, p. 37-60.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.

_____. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas Igrejas inclusivas pentecostais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 15-33, jan./abr. 2017.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; PEREIRA, Filipe Miranda; SILVA, William dos Santos Lacerda. Homoparentalidades e conjugalidades nas Igrejas inclusivas: reflexões sobre nexos entre cuidado pastoral, subjetividades e política entre fiéis Lgbt. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2012, p. 1-5. Disponível em: <<http://twixar.me/XtgT>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

NOBRE, Gabriel; ALMEIDA, Jussara; FERREIRA, Carlos. Caracterização de bots no Twitter durante as Eleições Presidenciais no Brasil em 2018. In: VIII Brazilian Workshop on Social Network Analysis And Mining (Brasnam). Sociedade Brasileira de Computação. **Anais eletrônicos...** Belém, 2019, p. 107-118. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/brasnam/article/view/6553/6449>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em turbulência. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 140-158, 2016.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 184-208, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; LEAL, Paulo Roberto Figueira; PEREIRA, Carolina Lima Silva. A disputa eleitoral no ciberespaço: uma análise das estratégias dos candidatos a deputado federal nas *fanpages*. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-19, abr. 2016.

OLIVEIRA, André Silva de; MARQUES, Rodolfo Silva; SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. Uso das mídias e redes sociais na consolidação do Partido Novo: as eleições 2018. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 4-26, set./dez. 2019.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, Paris, v. 48, n. 49, p. 204-222, 2005.

PALMEIRA, Moacir. Política e Tempo: Nota Exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O Dito e o Feito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 171-178.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio; ROSA, Daiana Nunes da; SILVA, Lucas Alves da. A liberdade religiosa nas proposições de deputados evangélicos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Religare**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 422-450, dez. 2018.

PAZ, Carolina Rodriguez. A cultura Blog: questões introdutórias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 22, p. 66-72, dez. 2003.

PEDRO, Joana Maria. A Descriminalização do Aborto: estranhas relações com lutas mais antigas. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 8, p. 71-102, 2006.

PEDROSO, Rosemeri Siqueira. **Trajetória do usuário de crack internado e seguimento de uma coorte retrospectiva e prospectiva**. 97f. Doutorado em Ciências Médicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

PENTEADO, Claudio; LENER, Celina. A direita na rede: mobilização online no *impeachment* de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PEREIRA, Luma Costa; JESUS, Isabel Silva de; BARBUDA, Ayana de Souza; SENA, Edite Lago da Silva; YARID, Sérgio Donha. Legalização de drogas sob a ótica da bioética da proteção. **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 365-374, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do censo 2010. **ANUAC**, Cagliari, v. 1, n. 2, p. 87-96, nov. 2012.

PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 20-21, abr./jun. 2012.

PONTES, Felipe Simão. As Mediações de um fato social: o uso do frame "black blocs" na cobertura midiática do massacre de 29 de abril. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas Jornalísticas Demarcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 82-99.

PONTES, Felipe Simão; ROCHA, Angelo Eduardo. Narrativas testemunhais de um grande acontecimento: uma análise de 295 vídeos sobre o “Massacre de 29 de Abril” publicados no Youtube. **Temática**, João Pessoa, ano 14, n. 2, p. 46-62, fev. 2018.

PRANDI, Reginaldo. CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, ago. 2017.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan Willian; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./mar. 2019.

QUADRANGULAR, Igreja do Evangelho. **Secretaria Estadual de Cidadania: Cidadania Quadrangular**. Disponível em: <<http://www.portalquadrangular.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2014.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 419-428, jul./set. 2011.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

RIBEIRO, Amanda de Souza. **O aborto nas colunas religiosas do Jornal Folha do Norte do Paraná**. 109f. Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, 2017.

RIBEIRO, Amanda; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. Religião e “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE). **Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 56-70, 2016.

RIBEIRO, Andressa Dembogurski; POZOBON, Rejane de Oliveira. Eleições 2018: Análise das estratégias discursivas dos candidatos à presidência do Brasil no Instagram. In: PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (Orgs.). **O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet**. Londrina: Syntagma Editores, 2019, p. 49-80.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 25, p. 45-62, 2018.

RODRIGUES, Maria Elizabeth; NASCIMENTO, Geraldo Barbosa do; NONATO, Eunice Maria Nazareth. A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso. **Identidade**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 78-97, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Nelson Lellis Ramos. Evangélicos e a sociedade em rede: as eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil. **Reflexus**, Vitória, ano XIII, n. 21, p. 165-183, 2019.

ROSSI, Marina. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. **El País**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al.(Orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SANTOS, José Victor De Oliveira; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; NEGREIROS, Fauston; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 139-152, mar. 2018.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos**. 223f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

_____. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 118-134, dez. 2018.

SCHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes; RESENDE, Roberta Canelos. Qual o impacto do Whatsapp em eleições? Uma revisão sistemática (2010-2019). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 58-88, set./dez. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. 2006. Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos humanos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 207-236, 2006.

SEXUGI, Fábio Alexandre; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Revista Todas as Letras**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 224-236, jan./abr. 2018.

SILVA, Bárbara Amaral da. O discurso da inclusão: Uma análise argumentativa do discurso religioso de uma igreja inclusiva. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 46-60, jun. 2018.

SILVA, Alexandre Fernando da; FERREIRA, José Heleno; VIEIRA, Alexandre. O discurso falacioso do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Pedagógica**, Chapecó, vol. 19, n. 42, p. 49-65, set./dez. 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Ciberativismo, cultura *hacker* e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p. 28-39, jun./ago. 2010.

SOUZA, Rafael de Freitas; OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 121-131.

SPINELLI, Egle Muller; SANTOS, Jéssica de Almeida. Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às *fake news*. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 3, p. 759-782, maio 2018.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 16, n. 27, p. 259-288, jan./jun. 2015.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 87-116.

TEIXEIRA, Faustino. O Pluralismo Religioso e a Ameaça Fundamentalista. **Numen**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1 e 2, p. 9-24, 2007.

TIBURI, Marcia. A funcionalidade da “ideologia de gênero” no contexto político e econômico brasileiro. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, especial em português, p. 61-72, jul. 2018. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/funcionalidade-da-ideologia-de-genero-no-contexto-politico-e-economico-brasileiro/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TREVISAN, Janine. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 16, n. 27, p. 289-321, jan./jun. 2015.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VILLAR, Nayara Lemos; SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Sexualidade e relações de gênero nas comunidades terapêuticas: notas a partir de dados empíricos. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). **Comunidades terapêuticas: temas para reflexão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018, p. 101-119.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ZAHLUTH, Carolina Messeder; LIMA, Maria Lúcia Chaves; DIAS, Bárbara Lou da Costa Veloso. Caça às bruxas: a criminalização do aborto e as implicações para as mulheres na atualidade. **Periódicus**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 297-316, abr. 2019.

APÊNDICE

Apêndice I: Candidatos eleitos para a ALEP em 2018 – Mandato 2019-2022

Nome de urna	Partido	Votos	Situação
Delegado Francischini	PSL	427.749	Eleito
Coronel Lee	PSL	58.343	Eleito
Delegado Fernando	PSL	36.937	Eleito
Luiz Fernando Guerra	PSL	32.216	Eleito
Missionário Ricardo Arruda	PSL	27.574	Reeleito
Do Carmo	PSL	17.695	Eleito
Emerson Bacil	PSL	17.626	Eleito
Subtenente Everton	PSL	13.047	Eleito
Guto Silva	PSD	66.412	Reeleito
Marcio Nunes	PSD	59.192	Reeleito
Cobra Reporter	PSD	46.983	Reeleito
Mauro Moraes	PSD	39.576	Reeleito
Francisco Buhner	PSD	38.873	Reeleito
Delegado Recalcatti	PSD	35.348	Reeleito
Alexandre Curi	PSB	147.565	Reeleito
Tiago Amaral	PSB	79.455	Reeleito
Romanelli	PSB	73.383	Reeleito
Artagão Junior	PSB	57.385	Reeleito
Jonas Guimarães	PSB	41.919	Reeleito
Professor Lemos	PT	84.892	Reeleito
Tadeu Veneri	PT	69.320	Reeleito
Arlson Maroldi Chiorato	PT	36.494	Eleito
Luciana Rafagnin	PT	30.931	Eleito
Gilson De Souza	PSC	46.116	Reeleito
Reichembach	PSC	35.751	Reeleito
Mabel Canto	PSC	35.036	Eleito
Evandro Araujo	PSC	31.200	Reeleito
Gilberto Ribeiro	PP	60.540	Reeleito
Maria Victoria	PP	50.414	Reeleito
Luiz Carlos Martins	PP	44.001	Reeleito
Cristina Silvestri	PPS	48.805	Reeleito
Tercilio Turini	PPS	46.106	Reeleito
Douglas Fabrício	PPS	40.763	Reeleito
Paulo Litro	PSDB	61.791	Reeleito
Michele Caputo	PSDB	51.246	Eleito
Traiano	PSDB	43.601	Reeleito
Nelson Justus	DEM	38.349	Reeleito
Plauto	DEM	36.332	Reeleito
Requião Filho	MDB	82.652	Reeleito
Anibelli Neto	MDB	46.713	Reeleito

Goura	PDT	37.366	Eleito
Nelson Luersen	PDT	28.877	Reeleito
Delegado Jacovos	PR	61.310	Eleito
Marcel Micheletto	PR	43.177	Eleito
Homero Marchese	PROS	42.154	Eleito
Soldado Fruet	PROS	35.231	Eleito
Estacho	PV	43.088	Eleito
Soldado Adriano Jose	PV	33.757	Eleito
Alexandre Amaro	PRB	49.565	Eleito
Boca Aberta Junior	PRTB	39.495	Eleito
Dr. Batista	PMN	31.315	Reeleito
Galo	Podemos	26.210	Eleito
Marcio Pacheco	PPL	39.323	Reeleito
Tião Medeiros	PTB	54.276	Reeleito

Fonte: elaboração dos autores

Apêndice II: Endereço eletrônico das páginas e perfis dos candidatos no *Facebook*⁴⁹

Candidato	Endereços eletrônicos
Adalmo Alves	Perfil: https://www.facebook.com/adalmo.romilson https://www.facebook.com/adalmo.alves2
	Página: https://www.facebook.com/adalmoalvesoficial/
Alexandre Amaro	Perfil: https://www.facebook.com/alexandre.amaro.7503 https://www.facebook.com/alexandreamaro10123
	Página: https://www.facebook.com/aamaro10/
Apóstolo Gilmar Carvalho	Perfil: https://www.facebook.com/gilmar.carneiro.921
Bill Pastéis	Perfil: https://www.facebook.com/bimaelarrudamarcolino.marcolino https://www.facebook.com/bill.pasteis.56
	Página: https://www.facebook.com/billpasteisoficial/
Cantora Mara Lima	Página: https://www.facebook.com/oficialmaralima
Carla Pimentel	Perfil: https://www.facebook.com/carla.cristiana.7
	Página: https://www.facebook.com/DepEstadual.CarlaPimentel/
Damasceno Junior	Perfil: https://www.facebook.com/damascenojunior.junior https://www.facebook.com/damasceno.junior.5
	Página: https://www.facebook.com/DamascenoJuniorI/
Delegado Jacovos	Perfil: https://www.facebook.com/delegadojacovosVII
Denilson Caleran	Perfil: https://www.facebook.com/profile.php?id=100006307877778 https://www.facebook.com/denilsoncaleran2018
	Página: https://www.facebook.com/DenilsonCaleran/ https://www.facebook.com/DenilsonCaleranII/?ref=br_rs .
	Perfil: https://www.facebook.com/andrezaferreraaigd
Dra. Andreza Albuquerque	Página: https://www.facebook.com/Dra.AndrezaAlbuquerque/
	Perfil: https://www.facebook.com/edclaudio.cruz
Ed Claudio Cruz - Claudinho	Perfil: https://www.facebook.com/elizeu.liberato
	Página: https://www.facebook.com/elizeuliberatovereador/
Ezequias Barros	Perfil: https://www.facebook.com/vereadorezequiasbarros
	Página: https://www.facebook.com/EzequiasBarrosOficial/
Galo	Página: https://www.facebook.com/GaloComunicador/
Gilson De Souza	Página: https://www.facebook.com/deputadogilsondesouza/
Joao Geraldo Barros	Página: https://www.facebook.com/joaogeraldobarrospsc/
João Mendonca	Perfil: https://www.facebook.com/joaocondonca.dasilva.39
Karl Dietz	Página: https://www.facebook.com/karldietzoficial/
Marco Zilio	Página: https://www.facebook.com/politicamarcozilio/
Marquinhos Roque	Página: https://www.facebook.com/marquinhosroque19123/
	Perfil: https://www.facebook.com/marquinhosroque15015
Misael Pereira Junior	Página: https://www.facebook.com/misaeljunioroficial/
Missionário Ricardo Arruda	Página: https://www.facebook.com/missionarioricardoarruda/
Noemia Rocha	Página: https://www.facebook.com/GabineteNoemiaRocha/
Oziel Rodrigues	Página: https://www.facebook.com/oziel.rodrigues.90475
Pastor Adão	Perfil: https://www.facebook.com/adao.vieira.92
Pastor Alessio Violato	Perfil: https://www.facebook.com/alessio.violato
	Página: https://www.facebook.com/umanovahistoria432/
Pastor João Dos Anjos	Perfil: https://www.facebook.com/pastorjoaodosanjos/
Pastor Luciano Baruk	Perfil: https://www.facebook.com/profile.php?id=100004438758085
	Página: https://www.facebook.com/Deputado-Estadual-PastorLuciano-Baruk-19200-242666349768296/
Pastor Sandro Martins	Perfil: https://www.facebook.com/sandro.martins.58958?ref=br_rs
	Página: https://www.facebook.com/prsandromartins/?ref=br_rs https://www.facebook.com/prsandromartins/?ref=br_rs

⁴⁹ Alguns candidatos apresentaram mais de um perfil ou página no *Facebook*, por isso inserimos, em alguns casos, mais de um *link* para cada tipo de conta.

Pastor Silvio Toshio	Perfil: https://www.facebook.com/silviotoshio.saruwatari https://www.facebook.com/profile.php?id=100010971702194 https://www.facebook.com/silviotoshio.saruwatari.7
Pastor Wellington Dias	Perfil: https://www.facebook.com/wellington.caldas.96
Pastora Tatiane Galvão	Página: https://www.facebook.com/Deputada-Estadual-Pastora-Tatiane-Galvão
Pr Luiz Alsione / O Mascara	Perfil: https://www.facebook.com/Alsioni https://www.facebook.com/luizalsioni.silva?tn-str=%2AF
Professor Luiz Arnaldo	Perfil: https://www.facebook.com/luizarnaldopereira.lagos
Rosângela Silveira	Perfil: https://www.facebook.com/rosangela.silveira.5492
Samuel Pinheiro	Página: https://www.facebook.com/samuelpinheirooficial/?ref=br_rs
Soldado Fruet	Página: https://www.facebook.com/sdfruet/?tn-str=k*F
Vandeli Lima	Perfil: https://www.facebook.com/vandeli.lima
Vava Locutor/Fisioterapeuta	Página: https://www.facebook.com/VAVALOCUTOR
Wagner Vivian	Página: https://www.facebook.com/wagnervivian28128/ Perfil: https://www.facebook.com/wagner.vivian.1
Ze Luiz	Página: https://www.facebook.com/zeluiz55236/